



**DEPARTAMENTO DE
ECONOMIA**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos
Europeus



**Mundialismo canibal: do jogo das vítimas ao
barulho dos sabres**

A propósito das teses de Serge Latouche

**Dissertação de mestrado apresentada
por: João Inácio Tavares Roberto**

**Orientador: Prof. Doutor Silvério da
Rocha Cunha**

Dezembro de 2006



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos
Europeus



Mundialismo canibal: do jogo das vítimas ao barulho dos sabres

A propósito das teses de Serge Latouche

**Dissertação de mestrado apresentada
por: João Inácio Tavares Roberto**

**Orientador: Prof. Doutor Silvério da
Rocha Cunha**



163 313

Dezembro de 2006

Mundialismo canibal: do jogo das vítimas ao barulho dos sabres
A propósito das teses de Serge Latouche

Agradecimentos:

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.” *Antoine de Saint-Exupéry*

A todos os que partiram, obrigado porque estiveram.

A todos os que estão, obrigado por terem ficado.

A todos, o meu sorriso.

Mundialismo canibal: do jogo das vítimas ao barulho dos sabres

A propósito das teses de Serge Latouche

Resumo

O formato desenvolvimentista, seguido pela sociedade ocidental, conduziu a uma gradual uniformização planetária castradora de alternativas. Vivemos neste início do século XXI um mundialismo canibal que, à sombra de um imaginário colonizado, se expande numa dança tempestuosa que enfeitiça a humanidade e lhe propõe a cegueira totalizante do jogo das vítimas. A consequência é uma resposta de resistência militante, inscrita no barulho dos sabres, que, agora desembainhados e livres, se preparam para esculpir o tempo vindouro. A propósito das teses de Serge Latouche é apontada uma *carta de alforria* para com a técnica, a ciência e a economia. Nessa imensa vontade de devolver o Homem ao Homem, extrapolamos a sociedade do decrescimento para o campo internacional, através das constatações construtivistas em ascensão no domínio da análise das Relações Internacionais.

World cannibalism: from the victims's game to the sabre's noise

About Serge Latouche's thesis

Abstract

The development's model, followed by the western society, leads to a gradual planetary standardization that castrates alternatives. We live in the beginning of this XXI century a world cannibalism, that in the shadow of an imaginary one colonized, expands in a stormy dance that it bewitches the humanity and it proposes the total blindness of the victims's game. The consequence is an answer of militant resistance, inscribed in the sabre's noise, that, now unseamed and free, they get ready to sculpt the coming time. About Serge Latouche's thesis, an *enfranchisement letter* is pointed to the technique, the science and the economy. In that immense wish of returning the Man to the Man, we extrapolated the decrease society for the international field, through the constructivist verifications in ascension in the domain of the International Relationships analysis.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo/Abstract	4
Índice	5
Introdução	6

Parte I

1. O paradigma desenvolvimentista	13
a) Crescimento e Desenvolvimento	14

Parte II

1. O autor – Serge Latouche	26
2. A perspectiva de Serge Latouche	27
3. Globalização desenvolvimentista ou Mundialismo canibal?	34
a) A invenção do trabalho no imaginário social	36
b) A megamáquina	38
c) A megamáquina e os seus impactos	40
d) A megamáquina como responsável pela destruição do vínculo social	46
e) A mundialização (globalização desenvolvimentista) e o imperialismo da economia (mundialismo canibal)	49
f) A questão Norte – Sul	54
4. O jogo das vítimas	64
a) A ocidentalização do mundo	65
b) O racional e o razoável	77
5. O barulho dos sabres	92
a) O pós desenvolvimento	93
b) Perspectivas altermundialistas	104
c) A origem da ideia do decrescimento	106
d) O decrescimento	109
e) O decrescimento face às relações internacionais	123
Conclusão	134
Bibliografia	140

Introdução

Este trabalho apresenta uma perspectiva crítica sobre o actual paradigma social que radica no economicismo hegemónico. O véu que envolve a relação entre os agentes que compõem o puzzle internacional deriva de um capitalismo que “é hoje menos um modo de produção que um modo de vida. O individualismo e o consumismo transferiram para a esfera privada a equação entre interesse e capacidade. É nessa esfera que hoje os indivíduos identificam melhor os seus interesses e as capacidades para lhes dar satisfação. A redução à esfera privada desta equação faz com que muitas das desigualdades e opressões que ocorrem em cada um dos espaços-tempo estruturais sejam invisíveis ou, se visíveis, trivializadas.” (SANTOS, 1994: 276). É portanto da génese dos quadros nacionais que emanam a estrutura e os agentes das relações internacionais (RI). Assim este paradigma monolítico efectivou-se enquanto prática de sociedade generalizada e foi simultaneamente causa e efeito do fenómeno de globalização económica que alastrou aos quatro cantos do mundo. Ao considerar as relações internacionais no campo de uma leitura que não dispense a componente sistémica na qual a estrutura “torna possível pensar nas unidades como formando um conjunto, algo mais do que uma mera colecção.” (WALTZ, 2002: 62) verificamos que o sistema mundo, sobretudo com o fim da Guerra Fria e com a queda do comunismo a leste, se redesenhou com o traço de “uma espécie de *teologia de Mercado*, que reverencia a *mão invisível*” (MOREIRA, 2002: 437) e no qual “progrediu a convicção de que uma desregulamentação das trocas comerciais e a total liberdade dos mercados conduzirão a um nível de vida superior em todo o mundo, e a uma sociedade mundial mais justa.” (MOREIRA, 2002: 437).

A forma como o conceito de desenvolvimento económico mobilizou e em boa verdade mobiliza os países e a maneira como essa lógica determina as relações internacionais no mundo contemporâneo são aqui referidas e reflectidas tendo como âncora o trabalho desenvolvido pelo Professor Serge Latouche. Apresentamos uma perspectiva na qual se identifica o desenvolvimento como intimamente ligado aos problemas, e não às soluções que pretende preconizar. Como métodos, socorremo-nos do histórico e do descritivo. Evitamos deliberadamente o recurso a análises estatísticas na medida em que tal representaria, de acordo com o ângulo do autor estudado, a prossecução de outros fins pelos mesmos meios e, como refere, “é preciso começar por observar as coisas

de um modo diferente para que se possam tornar diferentes...” (LATOUCHE, 1998: 141).

Mergulhamos numa abordagem analítica que sugere a desmistificação da mentira histórica de que o crescimento gera desenvolvimento e que este, por sua vez, promove uma plataforma de vida social que acalenta a esperança de um mundo mais justo para as gerações futuras. Opera pois na densidade das palavras de Bertrand Russel (2005: 7), segundo as quais, “A tentativa de conceber, na imaginação, um ordenamento da sociedade humana melhor do que o caos destrutivo e cruel em que a humanidade existiu até agora não é, de modo algum, moderna: é pelo menos tão antiga como Platão, cuja *República* estabeleceu o modelo para sãs utopias dos filósofos subsequentes. Quem quer que contemple o mundo à luz de um ideal – seja o objeto de sua busca o intelecto, a arte, o amor, a simples felicidade, ou tudo isso – deve sentir grande tristeza diante dos males que os homens desnecessariamente permitem que continuem. E, se for um homem dotado de força e de energia vital, sentirá um desejo urgente de levar os homens à concretização do bem que inspira a sua visão criativa.”. Com Serge Latouche visitamos uma mundialização¹, forjada na tríade composta por ciência, técnica e economia, na qual, em nome da *competição saudável*, os países e os povos actuam subordinados a uma espécie de *neo-metafísica* dirigida pelo ritmo ensurdecido do Ocidente. Na senda de uma globalização timbrada pela necrofagia do novo *Leviatã* (que se identifica em pleno com o conceito de megamáquina) que não reconhece limites, sublinhamos a divisão Norte-Sul que estabelece um antagonismo crónico entre os que tudo têm e os que nada podem ou, se preferirmos, entre sociedades opulentas e sociedades pobres. Em referência ao que designamos por *jogo das vítimas*, identificamos como causas basilares dessa injustiça global o processo de expansão da cultura ocidental que tudo nivelou e sobre tudo exerceu a sua acção (crescente na segunda metade do século XX e tendencialmente absolutista no início do século XXI), bem como a deriva racionalista que *encostou às cordas* a concepção de razoabilidade. Sobre a ocidentalização do mundo começamos por

¹ Utilizamos ao longo deste trabalho o termo mundialização como sinónimo de globalização, não obstante elas não serem unanimemente reconhecidas como tal, como adiante referiremos. Apesar de notarmos que “qualquer palavra que utilizemos levanta problemas, transporta ideias e sentimentos subjacentes.” (PIMENTA, 2004: 25), optamos preferencialmente por mundialização que é o termo predilecto de Serge Latouche.

apresentar uma breve resenha da origem da relação entre um determinado território e os ideais que o povoam e destacamos a construção e alargamento de um certo imaginário de progresso, com base em pressupostos de carácter liberal, que engendra um processo de desculturação dos povos onde se implanta. Esta ocidentalização que parece querer enclausurar o mundo entre o etnicismo, por um lado, e o etnocentrismo, por outro, encontra no mercado o veículo privilegiado para afirmar, regiamente, a sua identidade.

No que toca ao domínio racionalista, verificaremos que ele é resultante de uma via que adquiriu proeminência entre duas possíveis. Temos que esta avassaladora conquista “é o produto de uma revolução intelectual verificada durante o Renascimento e que se traduziu pela emergência e a difusão da convicção num desenvolvimento indefinido das potencialidades humanas. Nesta crença na possibilidade de uma transformação antrópica do dado natural inscreve-se uma genealogia que se pode fazer remontar a Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Francisco Bacon, Isaac Newton, René Descartes, Gottfried Wilhelm Leibniz ou Joseph-Louis Lagrange.” (MARECHAL, 1999: 23). Será pois que existe espaço para a reabilitação da razoabilidade? Concerteza que sim. Há, todavia, que desconstruir um conjunto de dogmas nos quais assentam a tónica e a significância do tempo presente. Como percurso deste confronto entre racional e razoável acompanha-nos o espírito encrostado nas sábias (e acrescentamos oportunas) questões levantadas por René Passet no prefácio do livro de Jean-Paul Marechal², onde escreve “Deste modo, o significado emerge nos limites de um economismo que esgota os efeitos: quando a maior parte das necessidades essenciais estão satisfeitas, qualquer produção de ter não é, necessariamente, o indício de um progresso e aparece o problema do ser como finalidade da economia; quando o desenvolvimento tecnológico ameaça o meio natural, a questão da inserção nos regulamentos da biosfera passa para a primeira fila; quando a substituição do Homem pela máquina levanta a questão da exclusão social, o que está em causa é a finalidade do aparelho produtivo; e quando faz aparecer a interrogação da utilização do tempo liberto pelo progresso técnico, é da finalidade da vida humana que se trata em última instância. Já não senhora e soberana, mas ciência, em relação com todas as outras, subordinadas aos valores, ao humano e à vida. Este

² MARECHAL, Jean-Paul, 1999, *A economia, o emprego e o ambiente – o racional e o razoável*, Lisboa: Instituto Piaget.

estatuto de subserviência, de ancila – ao serviço dos homens – não será a sua única razão de ser?” (MARECHAL, 1999: 15).

Adiante pomos enfoque nas alternativas que, pela força da superação, tentam espreitar a luz do dia. Nas vozes que se levantam, pode ouvir-se *o barulho dos sabres*. Começamos por realçar que há possibilidade de construção de uma sociedade alternativa que se liberte da corrente massificada e acrítica que conduz a humanidade num carneirismo quase religioso onde parece existir um destino fatal e em que o Homem é apenas um humilde e servil laçao.

Como sabemos a dinâmica da vida social globalizada conduz ao aparecimento de uma permanente margem de novidade, para a qual é preciso encontrar respostas. É esse o espírito que assiste as correntes críticas que se posicionam no pós-desenvolvimento. É também essa a postura do autor aqui estudado e que é actualmente um dos principais expoentes (em França) da tese do decrescimento. Terra dura aquela em que crava firmes as garras da convicção. Em que apresenta um projecto de esperança. Com aparentes e várias fragilidades, mas com a nobre intenção de quem lê a sociedade como uma construção incessante ao serviço dos homens e que através dela se concretizam objectivos de solidariedade humana. Para tal, é urgente reposicionar a relação entre o político e o económico. É preciso que o primeiro pressuponha uma visão coordenada da sua acção transformadora. Sem isto, o poder político deixa de cumprir a sua finalidade, tornando-se incompreensível num primeiro momento e, mais tarde, questionável na sua forma. Quanto ao segundo é urgente romper com a sua hegemonia ditatorial que tudo comprime e tudo seca, enquanto promove um situacionismo castrador de novas expectativas. Vive-se, portanto, numa espécie de embriaguez cínica em que por detrás de valores filantrópicos se cimenta uma ordem predadora, a montante, enquanto, a jusante, está a tranquilização das próprias consciências.

Sabendo que “o poder económico pode compensar, na balança de poderes e suposta paz, a ausência ou perda de poder político.” (MOREIRA, 2002: 419), não deixaremos, no entanto, de apresentar uma leitura desafiante dessa ortodoxia.

Por fim desembocaremos numa pista exploratória de resposta à seguinte interrogação: de que forma poderá o decrescimento agregar-se como corpo teórico à esfera das relações internacionais?

Trabalharemos portanto numa arena de superação da quietude dos espíritos. Terra fértil onde florescem impulsos de novas configurações.

Temos assim que, neste trabalho, à luz de uma leitura inovadora, conceitos habitualmente vistos numa perspectiva doméstica, se articulam num contributo que confirma o percurso de que “As relações internacionais, de facto, foram constituídas por acréscimos sucessivos, mais que por avanços decisivos” (SMOUTS, 2004: 15). É que o Homem depende do mundo tanto quanto o mundo depende do Homem. E a humanidade tem esta extraordinária característica: não para de surpreender!

Mundialismo canibal: do jogo das vítimas ao barulho dos sabres
A propósito das teses de Serge Latouche

Parte I

“Mas o trovão da explosão final abafou também o ominoso silêncio anterior, esse silêncio que ainda hoje nos responde sempre que nos atrevemos a perguntar não «Contra que lutamos nós», mas «Pelo que lutamos?»”
(ARENDETT, 2006 (1961): 41).

1. O paradigma desenvolvimentista

As razões que têm por base a existência de intercâmbios comerciais entre os países abrigam-se na concepção de que, através deles, surgirão melhorias para as diversas partes. Mais do que os clássicos argumentos de soma nula, com a expansão gradual do mercado, o palco foi tomado pela figura da soma positiva. Com o acentuar do peso das relações internacionais, ganhou contornos a inevitável transnacionalização onde as “interacções entre Estados, são substituídas por relações transnacionais” (BADIE e SMOUTS, 1999: 91) e em que está patente o particularismo e o relativismo cultural de cada povo. É neste rasto que encontramos a generalização ao mundo daquilo a que designaremos no presente trabalho por *paradigma desenvolvimentista*. Fazemos aqui um esforço para chamar ao debate académico a discussão sobre a sua ascensão, o seu império e o anúncio do seu fim.

Durante a segunda metade do século XX, o desenvolvimento foi propalado como sinónimo de uma aspiração desejada à escala universal.

Serve-nos de lição a observação da História que ensina, pela evidência, a inexistência de paradigmas eternos. Não há linearidade no tempo longo. Pelo contrário, é sob a bitola do sobressalto que pairam os relatos do passado. As mais firmes construções humanas sempre desabaram no tempo. Territórios, impérios, regimes, líderes, movimentos, conceitos e ideologias foram primeiro expectativa, depois realidade e, finalmente, memória. Foram o mais e o menos. Esperanças e desilusões. Há efectivamente uma ideia que parece subsistir ao desgaste dos tempos – a relatividade das lógicas de vivência do Homem em sociedade. Colhe o colectivo, em tempo próprio, o que a vontade humana semeou. Frutos nascidos de um saber participado e amadurecido pela densidade e precisão das circunstâncias, onde a mão que hoje traça o zig é a mesma que amanhã desenha o zag. Pois como lembra Hanna Arendt (2006 (1961): 26 e 27) “Só na medida em que pensa, na medida em que é intemporal é que o homem, na plena realidade do seu ser concreto, habita este hiato no tempo entre passado e futuro”.

Numa busca, seguramente filantrópica, consome-se a energia que dá ânimo às massas, inventa-se a esperança e alicerçam-se convicções em terrenos polvilhados de justiça primordial. Apregoa-se a mezinha. Por ele rejubilam trombetas. Profetas de direita, de esquerda e do centro anunciam-no. A multidão, crente, não tolera quem o não venere. Ei-lo: o desenvolvimento. Pô-lo em causa, mais do que arrojo,

parece loucura. Mas afinal, que conceito é esse que parece, à primeira vista, encarnar, de forma quase bíblica, o bem, no seu estado mais puro. Intocável. Absoluto. Inatacável. Ou contingência a ultrapassar? Retirar da penumbra algumas abordagens acutilantes apontadas a este *Rei Midas* da actualidade é um dos objectivos que perseguiremos ao longo do presente trabalho.

O desenvolvimento na perspectiva que aqui se levanta é indissociável da ideia de progresso. De tal maneira que o estado posterior será sempre mais apetecível, porque melhor, que o anterior. Assenta na “ideia de que o curso das coisas, especialmente da civilização, conta desde o início com um gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, com uma melhoria do indivíduo e da humanidade, constituindo um movimento em direcção a um objectivo desejável.” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004 (1983): 1009 e 1010). Rumo a um firmamento perscrutado pelos anciãos do tempo, o desenvolvimento funda no imaginário colectivo um alçado que promete uma escaleira de avanços inquestionáveis, como se de proféticos passos para o céu se tratasse.

Ao folhear quaisquer revistas, brochuras ou boletins timbrados com o símbolo da Organização das Nações Unidas (ONU) encontraremos vezes sem conta o termo *desenvolvimento*. Afinal, não seria pois o plano internacional uma super estrutura desligada da realidade micro, de cariz desenvolvimentista, cuja consolidação tem vindo a desenhar-se quer em extensão quer em profundidade. Não obstante toda esta visibilidade, a sua consistência é questionada e até considerado terreno pouco firme, de horizonte sombrio e de arestas cortantes capazes de laminar desde a singela sobrevivência ao mais elaborado dos sonhos, como teremos oportunidade de analisar adiante.

a) Crescimento e Desenvolvimento

Quando tentamos formular um quadro de análise do desenvolvimento, e à nossa volta percebemos a tendente hegemonia da globalização, fica certa a noção de que estamos a lidar com a convergência temporal e a expansão espacial de um processo que se consubstancia num determinado traço identitário: o “desenvolvimento histórico do capitalismo” (MURTEIRA, 2003: 155).

Se dúvidas existiam, o século passado tê-las-á dissipado ao deixar claro que no código genético do desenvolvimento está pressuposto o crescimento económico. É

igualmente esse o tom que dá voz às actuais estratégias internacionais³. É a partir desta premissa produtora de incrementos que se verifica, pelo menos teoricamente, uma dinâmica autopoiética, que funda e dá sentido ao binómio crescimento/desenvolvimento. Ainda que mergulhado numa aura de “expansão dos homens em relação aos homens” (PERROUX, 1981: 56), o desenvolvimento não ousa afirmar-se sem o apoio da bengala – o crescimento.

É, desde há muito, reconhecido o papel do crescimento como factor de diferenciação entre os povos. Como tal, não é, em bom rigor, possível pensar as relações internacionais à margem deste facto. Um antigo presidente da Associação Económica Americana e distinto estudioso mundial do crescimento económico, Prof. Abramowitz, não hesita mesmo em estabelecer uma curiosa conexão entre a mais divulgada obra de Adam Smith, o crescimento e as relações internacionais: “*A Riqueza das Nações*, pelo seu título, anuncia a preocupação de Adam Smith com as forças que governam os níveis relativos de bem-estar entre países e com as causas que levam alguns ao progresso e outros ao atraso” (ABRAMOWITZ, 1992:24). Também nesta linha, François Perroux, marco incontornável na apreciação do tema, aborda a questão do desenvolvimento sem crescimento, bem como, o crescimento sem desenvolvimento. Segundo ele, a divaga de que é possível desenvolvimento sem crescimento tem por base a ideia “superficial e prejudicial” (PERROUX, 1981: 62) há alguns anos propalada na Europa a propósito do crescimento zero. Ainda, “se o crescimento sem desenvolvimento é um fenómeno observável, o desenvolvimento sem crescimento permanece – felizmente – uma hipótese gratuita” (PERROUX, 1981: 64) e, como tal, “O desenvolvimento não é compatível com o crescimento zero salvo distorções e perdas” (PERROUX, 1981: 64).

O crescimento é, portanto, condição necessária para o desenvolvimento. É a partir deste espigar que se torna materialmente viável um estado subsequente melhor que o anterior. O crescimento precede, portanto, o desenvolvimento. Poder-se-á afirmar, utilizando um paralelismo popular, que se o desenvolvimento é a *omeleta* o crescimento serão os *ovos*, no entanto, nem só a iguaria condiciona a refeição e “Se por desenvolvimento se entende o crescimento do PIB para assegurar mais

³ A este propósito deve dizer-se que, ainda que disfarçado com a roupagem sugerida na expressão “desenvolvimento humano”, o sublinhar, na *Declaração do Milénio das Nações Unidas*, dos direitos económicos bem como a referência ao *financiamento para o desenvolvimento* onde são referenciadas *políticas económicas sãs*, deixa perceber o prisma economicista do caminho proposto.

bem-estar às populações, é hoje fácil mostrar que o bem estar das populações não depende tanto do nível da riqueza quanto da distribuição da riqueza.” (SANTOS, 2000: 27). É a forma como se efectua a aplicação do crescimento, baseada numa equidade subjectiva (ainda que institucional) que irá determinar a concretização do desenvolvimento. Mas, por si só, o crescimento nada garante. Podemos mesmo tomar como exemplo o conhecimento recolhido através de inúmeros relatórios elaborados por diversas organizações que observaram, e observam, de perto este processo de crescimento-desenvolvimento nos países menos desenvolvidos, para demonstrar algumas das razões pelas quais o crescimento não é circunstância suficientemente forte para se traduzir em desenvolvimento. A este propósito “Tomar em consideração o desenvolvimento é fazer compreender o risco do crescimento sem desenvolvimento. Verifica-se manifestamente quando, nos países em desenvolvimento, a animação económica se acantona à volta das implantações de firmas estrangeiras ou de grandes trabalhos, sem irradiação no conjunto” (PERROUX, 1981: 61 e 62). A não repercussão do crescimento na esfera onde é gerado, não permite fomentar acréscimos de bem-estar bem como alargar as possibilidades dos agentes. Isso significa uma degeneração, um momento de atrofio e corte na via condutora ao objectivo formulado. É, assim, da responsabilidade do sistema decisional imediato ao crescimento a condução do processo que está no fulcro da nossa questão: “É tão importante reconhecer o papel central da riqueza na determinação das condições e da qualidade de vida como compreender a natureza específica e contingente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento tem de ir muito para lá da acumulação de riqueza, do crescimento do produto nacional bruto e outras variáveis relativas à receita. Sem ignorar a importância do crescimento económico, temos de olhar muito para lá dele” (SEN, 2003: 30).

Ao ter raízes no crescimento, mas ao não se esgotar neste, o desenvolvimento transpõe para o campo de acção política a responsabilidade pela sua arquitectura. Harmoniosa ou assimétrica, regular ou descontínua. No mínimo, de morfologia variada e muitas vezes substanciado em reproduções grosseiras e bastante diversas do bem intencionado, projecto inicial, ele arranca com facilidade alguns reparos.

A significância do termo assimetria tem, porventura, sido o espaço mais utilizado para caracterizar o apontar de dedo ao desenvolvimento, permitindo-se mesmo, no limite, questioná-lo. Temos que “Os espaços económicos e os espaços sociais não são homogéneos e não há nenhuma indicação de que o tendam a ser. Também não podemos citar nenhum exemplo histórico de crescimento ou desenvolvimento

igualmente distribuídos” (PERROUX, 1981: 67). É, precisamente, nesta incapacidade de assegurar uma coesão plena entre todas as peças do puzzle que reside o *calcanhar de Aquiles*.

A justificação para este facto parece ter variadas origens. Podemos encontrar exemplos que vão desde a área institucional até aos simples posicionamentos de livre mercado.

No respeitante ao ponto de vista do relacionamento entre os diferentes países sob a batuta da ONU temos, desde logo, que apesar do discurso apontar para um determinado objectivo, nem sempre tal é conseguido, pois se “Os termos «ajuda» e «desenvolvimento» deixam perceber que se trata de solidariedade entre os países ricos e os países pobres. Na verdade, trata-se muito pouco disso. O que os especialistas designam por «ajuda pública ao desenvolvimento» representa uma percentagem, extraordinariamente reduzida, dos rendimentos nacionais dos países ricos e é utilizada como meio de influência e de poder.” (BERTRAND, 2004: 124). Já no campo da União Europeia (UE) poder-nos-emos interrogar sobre a dimensão do contributo – 0,56%, menos de um ponto percentual – que a UE consagra do seu Rendimento Nacional Bruto para apoiar a cooperação para o desenvolvimento⁴. Mas outros podem ser os exemplos que, sem dificuldade, ilustram o figurino deste desequilíbrio efectivo (quer internamente, quer em diferentes estruturas territoriais). O mercado (aqui entendido em sentido amplo, aberto à governança), pode ele próprio permitir o acentuar das disparidades, como salienta François Perroux (1981: 68) “Quando se implantam, as unidades capitalistas exploram ao máximo a sua superioridade em relação ao conjunto. Prosseguindo a evolução, atraem para a sua esfera de interesses e de influência os mais ricos e os mais poderosos que separam do seu povo propondo-lhes operações rendosas e um estilo de vida ocidental.”.

Esta leitura, para além de sugerir uma condução ocidentalizada da agenda internacional, atenta para o aspecto da quebra dos laços de comunidade, propondo o surgimento de ilhas sociais de interesses não coincidentes e, por isso, não integradores. Uma vez mais, e sublinhando a óptica de relações internacionais, “Se por desenvolvimento se entende o crescimento do PIB e da riqueza dos países menos desenvolvidos para que se aproximem mais dos países desenvolvidos, é fácil

⁴ A este propósito pode consultar-se o Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas, Bruxelas/Maio de 2005/N.º 4.

mostrar que tal objectivo é uma miragem dado que a desigualdade entre países ricos e países pobres, não cessa de aumentar.” (SANTOS, 2000: 27).⁵

O fosso cavado conduz ao acentuar das diferenças deslocando o plano de análise para os extremos. Então, podemos concluir que a “desigualdade dos desenvolvimentos arrasta a dos resultados obtidos, ou seja, dos progressos” (PERROUX, 1981: 68). Particularmente, porque devido à estrutura genética do desenvolvimento a avaliação só pode ser feita exclusivamente através do grau de eficiência económica. Não fora alguma situação excepcional, engendrada fora deste quadro, e não seria certamente através da sofisticação da economia de mercado que fugiríamos à “irredutibilidade do desenvolvimento pessoal ao desenvolvimento económico” (PERROUX, 1981: 71). O económico não é mais uma componente que se interliga num mosaico plural. É o próprio mosaico. Dissimulado na aridez do mercado global, o económico desenha uma trajectória ensimesmada, na qual o desenvolvimento se mistura e se confunde. É a motivação maior que orienta a agenda internacional⁶. Teriam alguma vez pensado numa tal extensão de consequências todos os que ao longo do tempo teorizaram o livre comércio entre as nações como uma forma de promoção de paz entre os povos? Afinal pretendeu-se a criação de “vínculos de interdependência económica de tal forma fortes que tornariam quase impossível o recurso à guerra.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 536). Por detrás desta concepção está certamente não a guerra em si mesma mas as vítimas que através dela são fabricadas. Tal leitura, obriga por honestidade intelectual a levantar a seguinte questão: estará presente na cabeça dos altos executivos e dirigentes mundiais um semelhante conceito de vítimas quando proferem discursos e palestras a incitar a certos e determinados posicionamentos de combate no âmbito daquilo a que chamam *guerra económica*? O termo afinal não desapareceu. Pelo contrário, tornou-se vulgar. E como que, paradoxalmente, foi esvaziado da sua carga bélica. Eventualmente, estamos na presença de uma nova realidade, ou de um regresso... Estamos na presença da reanimação do imperialismo, trajado de progresso, que, através do desenvolvimento económico, faz a proposta do paraíso na terra. O caminho trouxe-

⁵ Sobre a desigualdade entre países pode consultar-se o Relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 2005.

⁶ Ver por exemplo o *memorando* da Conferência das Nações Unidas Para o Comércio e o Desenvolvimento. Décima Primeira Sessão. São Paulo, 13 – 18 de Junho de 2004, por ocasião do 40.º aniversário do grupo dos 77.

nos a este lugar onde “A par do mercado mundial e dos circuitos mundiais de produção emergiram uma nova ordem mundial, uma lógica de poder e uma estrutura de poder novas, ou em suma, uma nova forma de soberania. O Império é o sujeito político que regula efectivamente as trocas mundiais, o poder soberano que governa o mundo.” (HARDT e NEGRI, 2004: 11).

A crescente abertura das economias ao exterior e o conseqüente desaparecimento de barreiras ao livre fluxo de capitais foi o ouro no azul do céu neo-liberal que trouxe como corolário lógico a possibilidade de deslocação dos factores económicos e financeiros. Como seria, obviamente, de esperar a componente financeira tomou a dianteira e o capital teve campo aberto na procura de vantagens remuneratórias significativas para os seus detentores, os investidores. Veio juntar-se a este cenário o simultâneo interesse dos Estados que, rendidos ao encanto do desenvolvimento e governados por uma classe de tecnocratas formados sob o pressuposto da nova ordem mundial capitalista, não resistiram a subtrair da sua alçada práticas intervencionistas, ao mesmo tempo que os seus orçamentos restritivos os impulsionaram para que *convidassem* os privados a aumentar o investimento, independentemente da origem geográfica dos capitais, fossem nacionais ou estrangeiros. Observamos que a abordagem da mundialização desenvolvimentista vista de um ângulo estritamente económico é indutora de uma lógica de capacidade de atracção de investimento. Os países tudo fazem e a quase tudo se sujeitam para serem internacionalmente competitivos. Neste gigantesco baile de debutantes expressa-se simpatia sob a forma de desregulamentação. Em causa deixou de estar apenas a sua realização como povos, com pertença de determinado território, e organizados num certo sistema político, para se tornarem numa mercadoria⁷.

Assistimos à asfixia dos modos de produção autóctones, com as respectivas conseqüências, “*Un mode de production qui exige de plus en plus de capitaux, des débouchés de plus en plus larges pour amortir les investissements, mais de moins en moins de travailleurs (ou de “travail-vivant”), tend inexorablement à s’auto-asphyxier, dès lors que l’organisation sociopolitique, à échelle de chaque pays et à celle du monde, interdit l’extension du marché solvable par répartition d’un pouvoir d’achat à cette double échelle, pouvoir d’achat que serait donc indépendant du travail et fonction seulement des débouchés à assurer à la production. Les capacités productives augmentent et se*

⁷ A propósito do assunto “mercadoria”, ver JAPPE, Anselm, 2006, *As aventuras da mercadoria*, Lisboa: Antígona.

concentrent, pour répondre aux besoins d'une minorité qui diminue."⁸ (PARTANT, 1982: 153).

Neste contexto internacional, e após a queda do muro de Berlim em Novembro de 1989 que, como sabemos, marcou o fim dos anos da guerra fria, a perspectiva de futuro das sociedade afunilou-se, caminhou para um quadro monolítico numa espécie de parábola sobre um destino do qual ninguém mais fugiria.

Desde então a tensão globalizante tem sido o referencial desta nova aceção. Falar de globalização é falar de mobilidade. Mobilidade crescente de factores, de capitais, de pessoas, de bens, de serviços. Mobilidade derivada de um processo contínuo de desregulação dos mercados que, a par com o progresso tecnológico, contribui para o aprofundar da integração económica regional (no sentido macro) e porventura para afundar muitos países, sobretudo do designado Sul, como veremos adiante. É portanto neste terreno fértil de inúmeros fluxos económicos e financeiros, responsáveis pelo rasgo das antigas fronteiras estatais, que ganham relevo no discurso conceitos que se legitimam e autovalidam enquanto adquirem o estatuto de *novas unidades de medida*. A título de exemplo há a sublinhar o caso do Investimento Directo Estrangeiro, vulgarmente designado apenas por IDE⁹ que apesar de ser apresentado como uma interpenetração positiva é ainda assim, segundo Carlos Pimenta, "um fenómeno com acentuadas diferenças entre países, revelando-se mais uma vez que são os países mais desenvolvidos que mais beneficiam do investimento directo estrangeiro. (...) nas economias

⁸ Um modo de produção que requer cada vez mais capitais, com saídas de capital também elas cada vez maiores para amortizar os investimentos, mas cada vez menos trabalhadores (ou de "trabalho-vivo"), tende inexoravelmente para a auto asfixia, desde o momento que a organização sócio-política, à escala de cada país e desta para o mundo, interdita a extensão do mercado solvente pela repartição de um poder de compra a essa dupla escala, poder de compra que será então independente de trabalho e função somente das aplicações que assegurarem a produção. As capacidades produtivas aumentam e concentram-se, para responder às necessidades de uma minoria que diminui.

⁹ É pertinente referir que não obstante explorarmos aqui uma visão crítica das vias circulatórias onde se move este *filho do desenvolvimento*, na análise dominante, e que é em rigor puramente económica, prestigiados autores não deixam de salientar que "o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) tem registado, especialmente na última década, uma expansão extraordinária, atingindo fluxos de dimensão considerável e constituindo-se como instrumento essencial da globalização económica" (LEITE, António Nogueira, 2002: 36).

subdesenvolvidas estes investimentos directos estrangeiros estão parcialmente (ou quase totalmente) desinseridos do conjunto da actividade económica local, não gerando efeitos multiplicadores ou aceleradores.” (CUNHA, 2005: 62).

Chegámos pois a uma situação de *ditadura participada de base voluntária*, em que, o alimentar do sistema, no qual assenta a mundialização canibal, resulta de um quadro psicológico colectivo, de matriz individualista, que se dinamiza pela adesão espontânea dos sujeitos. Mais, essa adesão é, no imaginário resultante, uma forma de participação com a carga altruísta de dever. Dir-se-á que estamos na presença de algo que não era de todo suposto. Quando Francisco Lucas Pires (1998: 46) escrevia, a propósito do poder (num contexto de poder político) que “a força segue o poder, mas não é o poder.”, não imaginaria que seria possível esta *fusão cósmica* entre força e poder, que estabelece a arquitectura do desenvolvimento, do progresso, mas também da miséria e da fome¹⁰.

Perante tal diagnóstico, perspectivam-se novos enquadramentos, mais ou menos impulsionadores de reconversões, mais ou menos capazes de sequestrar e recuperar o modelo, mais ou menos legíveis numa nova cartografia que se adivinha. Para o *nobel* da economia Amartya Sen (2003: 30 e 31) “Os fins e os meios do desenvolvimento requerem exame e análise em vista de uma compreensão mais completa do processo de desenvolvimento; não é, pura e simplesmente, conforme à realidade tomar como objectivo básico apenas a maximização da receita ou da riqueza, que é, como Aristóteles salientava, «meramente utilitária, em vista de outra coisa». Pela mesma razão, o crescimento económico não pode, palpavelmente, ser tratado como um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de ser mais referido à promoção da vida que construímos e às liberdades de que usufruímos.” Por seu lado, há todo um conjunto de pensadores que ousam ir além do paradigma e especulam sobre um tempo novo. Anunciam a morte do presente e nela fundam os caboucos de uma superação que parece gradualmente encontrar o seu próprio espaço, afinal “A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento.” (SANTOS, 2000: 27).

A derradeira tentativa de sobrevivência da razão desenvolvimentista terá sido a adjectivação, com destaque para o chamado desenvolvimento sustentável, mas

¹⁰ Infelizmente parece não ter eco pleno a afirmação de que “muita coisa relacionada com a pobreza é suficientemente óbvia” (SEN, 1999: 7).

também aqui nada de novo. Não pode falar-se de sucesso para os países pobres na integração no mercado mundial. Nem sustentabilidade fraca, nem sustentabilidade forte resolveram, ou tão pouco se aproximaram de soluções satisfatórias que equilibrassem as relações económicas internacionais. É que até em matéria de sustentabilidade a doutrina liberal não prescinde – pelo contrário idolatra – dos mecanismos de mercado na gestão ecológica do planeta. Como tal, este campo de possibilidade está votado ao fracasso uma vez que “- *elle est fondée sur la croyance en la possibilité de substituer perpétuellement du capital technique aux ressources naturelles épuisées grâce au progrès technique, cette croyance s’opposant à toute application du principe de précaution ; - elle croit possible de fournir une évaluation monétaire des biens naturels à condition de privatiser ceux-ci ; sa profession de foi en faveur de la durabilité de la croissance ne fait qu’exprimer le choix de la durabilité du capitalisme ; - elle réduit le temps bio-physique au temps du calcul économique ; un taux d’intérêt ou d’actualisation exprime toujours la préférence du présent par rapport à l’avenir ; - elle nie l’existence d’une logique propre des systèmes vivants*”.¹¹ (HARRIBEY, 2004: 160 e 161). Exemplo disto é o comportamento verificado no que toca à abordagem feita pelo país de maior peso na cena internacional em relação ao famoso Protocolo de Kyoto. Desde que o mesmo foi celebrado, os Estados Unidos da América recusam ratificá-lo. Como fica patente, mesmo acordos internacionais que tocam matérias comuns a todos os povos e transversais a todas as nações, estão fora das preocupações daqueles a quem cabe a maior quota-parte de responsabilidade na origem do problema. E, na ausência de

* Pour une présentation plus complète de la critique de cette démarche néo-classique, voir R, Passet, *L’Économie et le vivant*, Paris, Payot, 1979, 2^e éd. Paris, Economica, 1996 ; J. M. Harribey, *L’Économie économe*, op. cit., et *Le Développement soutenable*, Paris, Economica, 1998.

¹¹ - Funda-se na convicção da possibilidade de substituir perpetuamente desde o capital técnico aos recursos naturais esgotáveis, graças ao progresso técnico, esta convicção opõe-se a toda a aplicação do princípio da precaução; - Acredita ser possível promover uma avaliação monetária dos bens naturais com vista a privatizá-los; esta profissão de fé a favor da durabilidade do crescimento mais não faz do que expressar a escolha pela durabilidade do capitalismo; - Reduz o tempo biofísico ao tempo do cálculo económico; uma taxa de juros ou de actualização exprime hoje em dia a preferência do presente em relação ao futuro; - Nega a existência de uma lógica própria dos sistemas vivos.

vontade, fica explícito que *“le marche est fondamentalement incapable d’être régulateur omniscient de la société.”*¹² (HARRIBEY, 2004: 167).

Seja qual for o enfoque, a discussão sobre o desenvolvimento não pode ser dissociada da crítica ao modelo capitalista, uma vez que a acumulação *“provoque quantité de dégâts sociaux et écologiques que la simple évocation par toutes les institutions internationales, tous les gouvernements et maintenant les firmes transnationales, du «développement durable» ne suffira pas à éliminer ni même à réduire.”*¹³ (HARRIBEY, 2004: 167). É, por isso, fundamental orientar o pensamento crítico para a busca de outras concepções.

Na senda das alternativas, assim se poderia chamar o caminho trilhado pelo autor, objecto de estudo neste trabalho, pela forma como persegue uma perspectiva para o futuro. Num arregaçar das mangas com vista a esboçar um quadro opcional onde as relações entre os povos sejam mais do que o acentuar de evidentes desigualdades produzidas pelo capitalismo vigente, veremos de seguida os principais aspectos da concepção de Serge Latouche.

¹² O mercado é fundamentalmente incapaz de ser o regulador omnisciente da sociedade.

¹³ Provoca quantidades de danos sociais e ecológicos que a simples evocação por todas as instituições internacionais, todos os governos e agora as empresas transnacionais, do «desenvolvimento sustentável», não será suficiente para as eliminar nem mesmo para as reduzir.

Mundialismo canibal: do jogo das vítimas ao barulho dos sabres
A propósito das teses de Serge Latouche

Parte II

“E além disso, também pode acontecer, como o Rei Lear disse ao cego Gloucester, «um homem sem olhos conseguir ver como vai este mundo». Na verdade, há muita coisa transparente em relação à pobreza e à miséria.” (SEN, 1999 (1981): 7).

1. O autor – Serge Latouche

Serge Latouche nasceu em Vannes a 12 de Janeiro de 1940. É especialista em relatórios económicos e culturais entre o Norte e o Sul. Economista de formação, é um dos colaboradores mais reconhecidos da revista MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales¹⁴), presidente da associação “La ligne d’horizon”, professor emérito na Faculdade de Direito, Economia e Gestão Jean Monnet (Sceaux) da Universidade de Paris XI. É um dos defensores mais conhecidos, na actualidade, da perspectiva do decrescimento sustentável (decrescimento convivial). É igualmente reconhecido pelos seus trabalhos em antropologia económica, onde sustenta uma teoria bastante crítica em torno da ortodoxia económica. Critica notavelmente, através de um discurso teórico forte e uma aproximação empírica alimentada por muitos exemplos, as noções de racionalidade e eficácia económica. É director do Groupe de Recherche en Anthropologie, Epistemologie et Economie de la Pauvreté¹⁵ (GRAEEP). Objector de crescimento (o termo é normalmente utilizado para “objector de consciência”, significando os cidadãos que, por motivos éticos ou religiosos, se recusam a participar em guerras, por exemplo.), Serge Latouche é autor de vários artigos e livros, entre outros: *Critique de l’impérialisme*, Paris: Editions Anthropos, 1979, *Le Procès de la science sociale*, Paris: Editions Anthropos, 1984, *L’occidentalisation du monde*, Paris: Editions La Découverte, 1989, *La Méga-machine*, Lyon: Parangon, 1995, *Os perigos do mercado planetário*, Lisboa: Instituto Piaget, 1998, *La planète uniforme*, Castelnau Le Fez: Climats, 2000, *La déraison de la raison économique*, ed. Albin Michel, Paris, 2001, *Justice sans limites*, ed. Fayard, Paris, 2003, *La pensée créative contre l’économie de l’absurde*, ed. Parangon, Paris, 2003, *Survivre au développement*, Paris: Mille et une nuits, 2004, *Décoloniser l’imaginaire*, Lyon: Parangon, 2005, e *L’invention de l’économie*, Paris: Editions Albin Michel, 2005.

¹⁴ Movimento Anti-Utilitarista para as Ciências Sociais

¹⁵ Grupo de Pesquisa em Antropologia, Epistemologia e Economia da Pobreza

2. A perspectiva de Serge Latouche

A corrente de pensamento sustentada por Serge Latouche partilha e, nalguns casos, aprofunda o diagnóstico crítico daquilo a que ele designa por omni-mercantilização do mundo e em que responsabiliza, ao mesmo tempo, a sociedade ocidental pela hegemonia existente. Numa postura que pretende ir além de um discurso pseudo-politicamente-incorreto, “*Il est devenu banal, de nos jours, de dénoncer l’impérialisme. Tous les bons esprits se déclarent révoltés par l’inégalité scandaleuse des situations : on déplore la misère et l’appauvrissement du Tiers-Monde, on fustige l’échange inégal et l’égoïsme des nations riches.*”¹⁶ (LATOUCHE, 1979: 11), afronta o desenvolvimento ao considerá-lo responsável pelo sub-desenvolvimento. Serge Latouche considera, por exemplo, no prefácio à edição de 2005 da sua obra “*L’occidentalisation du monde*”¹⁷, que “*l’universalisme des Lumières n’est que le particularisme de la «tribu occidentale»*”¹⁸ (LATOUCHE, 1989: 16). Realça a questão da desigualdade entre Norte e Sul e responsabiliza o Norte pela massificação, “*Des flux «culturels» à sens unique partent des pays du Centre et inondent la planète ; images, mots, valeurs morales, normes juridiques, codes politiques, critères de compétence se déversent des unités créatrices vers les tiers mondes par les médias (journaux, radios, télévisions, films, livres, disques, vidéo). L’essentiel de la production mondiale de «signe» se concentre au Nord, ou se fabrique dans les officines contrôlées par lui, ou selon ses normes et ses modes.*”¹⁹ (LATOUCHE, 1989: 45). Tal comportamento provoca no Sul um processo de “*Décivilisation: Processus de destruction de la civilisation antérieure engendré par*

¹⁶ É extremamente banal nos nossos dias denunciar o imperialismo. Todas as boas pessoas se declaram revoltadas pela escandalosa desigualdade das situações: deploram a miséria e o empobrecimento do Terceiro Mundo fustigado por trocas desiguais e pelo egoísmo das nações ricas.

¹⁷ A ocidentalização do mundo.

¹⁸ O universalismo das Luzes (em alusão ao que decorre do Iluminismo) não é mais do que o particularismo da tribo ocidental.

¹⁹ Os fluxos "culturais" de sentido único partem dos países do Centro e inundam o planeta; imagens, palavras, valores morais, normas legais, códigos políticos, critérios de competência fixam-se nas unidades criativas do terceiro mundo através dos media (jornais, rádios, televisões, filmes, livros, discos, vídeos). O essencial da produção mundial de «marca» concentra-se no Norte, ou fabrica-se nas fábricas por ele controladas ou de acordo com as suas normas e modas.

politiques de développement économique dans les pays du Sud.”²⁰ (LATOUCHE, 2000: 188).

Latouche afirma-se como um altermundialista que acusa o modelo de capitalismo ocidental de insensato. No seu livro “*La déraison de la raison économique*”²¹ dá a conhecer os motivos para tal entendimento ao assegurar peremptoriamente que a razão económica: repousa sobre uma confusão entre o fim e os meios; os objectivos, nos quais se fixa são vazios; propõe uma homogeneização impossível e incompatível com a diversidade do mundo; postula e pressupõe a existência de uma unidade no sujeito; e, finalmente, implica uma paixão em si mesma que não tem fundamento nela própria – a paixão pelo interesse.

Como a razão económica está na génese da crise global, ela manifesta-se por conexão na esfera política o que leva o autor a identificar uma crise da política que “toma duas formas complementares: vista de cima, trata-se da submissão dos aparelhos de Estado às obrigações da tecno-economia; vista por baixo, diz respeito à despolitização dos cidadãos” (LATOUCHE, 1998: 34). Já no âmbito dos caminhos alternativos, Serge Latouche na obra “Os perigos do mercado planetário” destapa o véu e apresenta um novo mapa analítico do mundo pois, segundo ele, “é preciso começar por observar as coisas de um modo diferente para que se possam tornar diferentes, para que se possam conceber soluções verdadeiramente originais e inovadoras. Por outras palavras, seria preciso descolonizar os nossos espíritos para mudar verdadeiramente o mundo, antes que a mudança do mundo nos condene ao sofrimento” (LATOUCHE, 1998: 141). Na sua perspectiva, essa transformação “*inclut aussi et surtout sa réussite dont la mondialisation actuelle est l’aboutissement le plus éclatant. Il ne s’agit donc pas de corriger, adapter, culturaliser le développement et la rationalité économique par métissages, hybridations avec des logiques non occidentales. Il s’agit de les déconstruire et de les dénoncer comme mythes. La critique de la vision économiste du développement (pour en rester à ce champ) implique bien une critique de la rationalité économique et de l’homo œconomicus. Seulement, elle débouche chez moi sur un rejet radical de l’individualisme méthodologique et de cette rationalité économique, et donc sur une approche holiste dans laquelle la personne socialement fabriquée n’est plus le postulat de*

²⁰ Descivilização: Processo de destruição da civilização anterior provocado por políticas de desenvolvimento económico nos países do Sul.

²¹ A insensatez da razão económica.

départ du jeu social, quels que soient son degré d'autonomie et l'importance de son rôle."²²
(LATOUCHE, NOHRA e ZAOUAL, 1999 : 60).

Ao longo da sua obra desenvolve acutilante crítica aos fundamentos do modelo hegemónico de governação económica global, o qual considera desencantar o mundo "ao expulsar os valores dos objectos. Ao reduzir o universo das criaturas a um universo de produção de utilidades, o mercado mundial degrada a própria ética. O bem baseia-se nos bens e confunde-se com eles." (LATOUCHE, 1998: 113).

Vocábulos como ocidentalização, técnica, ciência e economia, representam para Latouche a verbalização do que na História conduziu à absolutização do racional em prejuízo do razoável.

Para Serge Latouche, o desenvolvimento, independentemente do apelido que adopte, será sempre a máscara que disfarça o rosto daquilo a que chama a *ocidentalização do mundo*. A concepção que o sustenta, mais não é do que a acumulação proposta pelo capitalismo arrasando tudo aquilo que lhe é diferente e dobrando culturas à lógica cega da massificação. "*Le triomphe souvent arrogant de la science l'a assimilé à un bavardage cultivant le sophisme. Il est indéniable que cette opération a eu pour l'Occident des résultats spectaculaires. Il s'en est suivi un effet de puissance inouï. Toutefois, cette efficacité prodigieuse se heurte à des limites au Nord en sont une, l'échec de l'économie officielle dans le tiers-monde en est une autre.*"²³
(LATOUCHE, 2001: 67).

²² Inclui também e sobretudo o seu sucesso cuja presente mundialização é o resultado mais visível. Não se movimenta então no sentido de se corrigir, adaptar, culturalisar o desenvolvimento e a racionalidade económica através de mestiçagens, hibridações com lógicas não ocidentais. Actua no sentido de os desconstruir e de os denunciar como mitos. A crítica da visão economista do desenvolvimento (para ficar apenas neste campo) implica bem uma crítica da racionalidade económica e do homo œconomicus. Ela apenas tem para mim um caminho que é o da rejeição radical do individualismo metodológico e desta racionalidade económica e então uma abordagem holística na qual a pessoa socialmente fabricada não é mais o ponto de partida do jogo social, qualquer que seja o seu grau de autonomia e o papel que desempenhe.

²³ O triunfo frequentemente arrogante da ciência assimilou-a a uma conversa falaciosa. É incontestável que esta operação teve para o Ocidente resultados espectaculares, pois retirou daqui um efeito de poder extraordinário. Porém, esta eficiência choca contra os limites do Norte para além do seu efeito prejudicial na economia do Terceiro Mundo.

Susceptível de ser reproduzido, o desenvolvimento não é, no entanto, universalizável. Tal ficou explícito na segunda metade do século XX. Após se ter verificado a subida ao poder das gerações que durante décadas lutaram pela libertação dos seus territórios do jugo do colonialismo, quer se tratasse de sistemas mais democráticos ou mais autoritários, todas elas haviam herdado a noção de desenvolvimento como solução para todos os problemas. Deixando de lado a discussão sobre o contexto sócio-político-histórico desses países o facto é que o resultado obtido não coincidiu com o esperado.

Ao estar ancorado em aspectos como o domínio da natureza, a racionalidade e o universalismo, o desenvolvimento reproduz cabalmente o Ocidente, ao mesmo tempo que lhe dificulta a implantação em sociedades de valores diversos. “Estes valores ocidentais são precisamente aqueles que é preciso colocar em causa para se encontrar uma solução para os problemas do mundo contemporâneo e para evitar as catástrofes para as quais a economia mundial nos conduz.” (LATOUCHE, 2001a: 8).

A abertura das economias cria obstáculos aos Estados, os quais dificilmente são transpostos. O livre crescimento das multinacionais, bem como, os entendimentos jurídico-empresariais entre agentes económicos de diferentes países reduzem a competência dos Estados poderem agir de forma consistente sobre os fluxos transnacionais que se tornam, por isso, cada vez mais intensos e mais autónomos. “Neste processo de mobilização social crescente, o Estado perde progressivamente o seu controlo absoluto sobre o indivíduo, cuja fidelidade cívica se reduz ou, pelo menos, muda de natureza.” (BADIE e SMOUTS, 1999: 97 e 98). A questão que está, portanto, na essência desta astenia do Estado prende-se com o cenário global em que este exerce as suas competências. Face a tal panorama, o Estado não é hoje em dia, por si só, capaz de salvaguardar o bom desempenho das funções que estão na origem do seu nascimento. O processo de transformação à escala mundial, acelerado com o colapso do modelo comunista da Europa de leste, conduziu a profundas alterações nas relações internacionais com uma gradual perda de importância dos Estados. Também nesta senda Serge Latouche (2001a: 8) sustenta que “Os três D (desregulamentação, desobstrução e desintermediação) fizeram desaparecer o quadro estatal das regulações, permitindo, assim, que o jogo das desigualdades se alargasse sem limites.”.

Após os processos de descolonização pelos vários países do Ocidente, como que num tributo à lógica de *tudo o que sai pela porta entra pela janela*, deu-se o ressuscitar da colonização, desta vez de forma mais sofisticada, através do modelo

de desenvolvimento dando conseqüentemente origem a uma nova mundialização baseada precisamente nesse vector. O poder dos Estados silencia-se por obséquio à nova constelação de poderes. Nalguns casos dá mesmo a bênção ao fomentar, através de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, a implementação do desenho da enorme ditadura do mercado. Uma apreciação atenta dos fenómenos permitir-nos-á perceber que “Reencontra-se sempre a ocidentalização do Mundo com a colonização do imaginário pelo progresso, pela ciência e pela técnica. A economicização e a tecnicização são levadas ao seu ponto último.” (LATOUCHE, 2001a: 9). A mais evidente prova de que o desenvolvimento se constitui como uma falácia reside no esforço efectuado por verdadeiros arautos da maquilhagem que tentaram por todas as formas associar-lhe vocábulos que *limpassem* a entropia crescente e indisfarçável com que as últimas décadas nos brindaram. “Vimos desenvolvimentos “autocentrados”, “endógenos”, “participativos”, “comunitários”, “integrados”, “autênticos”, “autónomos e populares”, “equitativos”, sem falar do desenvolvimento local, do microdesenvolvimento, do endodesenvolvimento e mesmo do etnodesenvolvimento! Os humanistas canalizam, assim, as aspirações das vítimas.” (LATOUCHE, 2001a: 9).

Salientamos ainda que, de acordo com Harribey (2004: 173), sobre o apelido mais popularizado do desenvolvimento – o sustentável – Serge Latouche considera-o “*comme le «dernier avatar du développement»*.”²⁴.

Em todas estas configuração alternativas há o propósito de fabricar equívocos a quem quer que se atreva a questionar com firmeza o paradigma desenvolvimentista deparar-se-á com o argumento docemente venenoso de que falha o objectivo e, uma vez mais, esse será apresentado como o caso de um suposto *mau desenvolvimento*. O imaginário colectivo da sociedade moderna mantém incólume o desenvolvimento, em virtude dele representar o bem em si mesmo.

Todavia, o autor encara o tema de maneira bem pragmática e desapaixonada ao afirmar que, tal como o socialismo real foi aquele que existiu e gerou problemas de exclusão, de pobreza, etc., também o modelo desenvolvimentista se caracteriza pela identidade da lógica que gera. Portanto, o desenvolvimento *é o que é*, e aquilo que é não passa pelo respeito à natureza, nem ao próprio Homem. Na

* L'expression est de S. Latouche, «Développement durable : un concept alibi. Main invisible et mainmise sur la nature», *Revue Tiers-Monde*, tome XXXV, n.º 137, janvier-mars 1994, p.77-94.

²⁴ Como a «última encarnação do desenvolvimento».

interpretação aqui em estudo “O desenvolvimento realmente existente aparece, pois, na sua verdade, e o desenvolvimento “alternativo” surge como uma mistificação.” (LATOUCHE, 2001a: 9), enquanto acrescenta que “o desenvolvimento realmente existente é a guerra económica (com os seus vencedores, é claro, mas mais ainda com os seus vencidos), a pilhagem desenfreada da natureza, a ocidentalização do mundo e a uniformização planetária, enfim, é a destruição de todas as culturas diferentes.” (LATOUCHE, 2001a: 9).

A adjectivação de que os seus defensores mais criativos se socorrem, procura de forma manipulatória associar-lhe causas, de âmbito social ou ambiental, mas que não alteram a sua genética de acumulação capitalista. É afinal uma “megamáquina tecnoeconómica em que funciona a concorrência generalizada sem tréguas e agora, sem rosto.” (LATOUCHE, 2001a: 9).

Independentemente dos posicionamentos e das grelhas de análise que se possam assumir, o desenvolvimento mais não é do que, como já se referiu, a ocidentalização do mundo e que, perante os seus próprios paradoxos, serpenteia numa dança que desencadeia relações de parasitismo semântico que evitam o seu definhar. Ao permanecer em cena, não permite que surja espaço para engendrar uma alternativa viável. Inquina o terreno em que habita e num abraço sufocante mata à nascença qualquer esboço que lhe paire no horizonte.

Sem descolar do terreno mental do arquétipo dominante, não será possível pensar um pós-desenvolvimento, na qual avulte a pertinência em “reintroduzir o social e o político na relação de troca económica, reencontrar o objectivo do bem comum e da boa vida no comércio social.” (LATOUCHE, 2001a: 9). Para ele “O pós-desenvolvimento é, necessariamente, plural. Trata-se da pesquisa dos modos de expansão colectiva nos quais não seria privilegiado um bem-estar material destruidor do ambiente e dos laços sociais... Por outras palavras, trata-se de reconstruir novas culturas.” (LATOUCHE, 2001a: 9).

“Há quem pense, como Einstein, por exemplo, que possivelmente chegámos ao final da nossa carreira e que, num futuro relativamente próximo, a espécie humana conseguirá exterminar-se com maravilhosa habilidade científica.” (RUSSEL, 2001: 22 e 23).

3. Globalização desenvolvimentista ou Mundialismo canibal?

A globalização sugere-nos a imagem da mancha que se estende e tudo cobre, bem para lá da vontade dos sujeitos. Para além do seu eventual carácter multidimensional que engloba processos económicos, financeiros, culturais, ambientais ou sociais é, de facto, a componente económica que se assume como a sua imagem de marca. Como teremos oportunidade de analisar, a economia assumiu o carácter de vector todo-poderoso na sociedade moderna. De tal modo que “A maior parte das relações entre os povos e entre os Estados são hoje de natureza económica” (MOREIRA, 2002: 418).

Assente no binómio crescimento-desenvolvimento, a mundialização económica mais não é do que a economicização do mundo colonizando todos os campos da vida em sociedade. Obviamente, ao condicionar o caminho dos povos determinando as suas escolhas num quadro de esbatimento de fronteiras territoriais, este processo assume total relevo para a compreensão das relações internacionais. Realizar os pressupostos da globalização económica significa ter poder. E afinal o poder continua a ser o fulcro das relações entre os países. Como realça Adriano Moreira (2002: 246) “o poder actua independentemente de aceitar um *direito natural* ou um conjunto de valores superiores e anteriores ao Estado e ao poder político”, o que significa a ausência de qualquer limitação que não seja o realizar dos desígnios da mão invisível, até porque, para o pai desta concepção, Adam Smith, se cada um procurasse egoisticamente a satisfação dos seus próprios interesses mais não fazia do que promover o bem da sociedade, dado que “Smith reconfortava-se na sua crença religiosa de que o egoísmo era uma parte do plano providencial divino” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 534).

Esta trajectória conduz a desigualdades insanáveis entre as várias regiões do globo e à conseqüente reacção dos que nada têm contra a *grande casa do privilégio*. É a esta interacção das forças de globalização actuando neste contexto e indissociáveis dele, que designamos por mundialismo canibal. Será aquilo a que Eduardo Galeano²⁵ se referia ao afirmar que *os bens de poucos são ameaçados pelos males de muitos. Nisto, nada de novo. Assim tem sido desde que os donos de tudo não conseguem dormir e os donos de nada não conseguem comer*. Ou ainda, de forma mais directa nas palavras

²⁵ Reputado escritor uruguaio contemporâneo.

cirúrgicas do brilhante pensador Eduardo Lourenço (2005: 34): “reflexo de fartos e enjoados num mundo de esfomeados.”

À semelhança da Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização²⁶ (2005: 3) que considera que “Os resultados da globalização são aquilo que fizemos dela. Dependem das políticas, das regras e das instituições que conduzem o seu curso, dos valores que inspiram os seus actores e da capacidade destes influenciarem o processo” e incólume a este determinismo histórico está o contributo teórico de Serge Latouche. O mesmo, passa pela afirmação da economia como uma invenção, com uma dinâmica bem sucedida, que lhe permitiu consolidar-se como processo de construção de si mesma. Importa sublinhar a necessidade de desmontar a construção teórica que alimenta o arquétipo internacional contemporâneo. Há a necessidade de reapreciar a uma escala micro um conjunto de formulações que estão a montante do actual estado de coisas. É por aí que começaremos.

O autor admite o carácter provocatório para com a lógica dominante, uma vez que ao apresentar a economia como invenção, coloca intencionalmente a subjazer os pressupostos de que ela não é uma inevitabilidade, não corresponde a uma lógica natural de comportamento, que começa por ser um referencial imaginado, produto e não contexto. “*Soutenir que l'économie a été inventée, c'est montrer qu'elle est une «trouvaille» de l'esprit humain, une construction de l'imagination ou la «découverte» d'un schéma de représentation*”²⁷ (LATOUCHE, 2005a: 13). Sustenta a existência de uma ambiguidade entre a ciência económica e o seu objecto. A economia fabrica o seu próprio objecto, uma vez que na ciência económica há uma interdependência total entre o sujeito e o objecto, e acrescenta que “*L'économiste invente l'économie, comme l'économie invente l'économiste.*”²⁸ (LATOUCHE, 2005a: 14). O ponto de partida reside na inexistência de reflexão sobre economia antes de Platão e de Aristóteles. Ainda que não se possa negar a existência de *pratiques matérielles*²⁹ (LATOUCHE, 2005a) pode verificar-se que enquanto a sobrevivência material da espécie humana

²⁶ Para aprofundar este assunto ver Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização, 2005 *Por Uma Globalização Justa – Criar Oportunidades Para Todos*, Oeiras: Celta Editora.

²⁷ Sustentar que a economia foi inventada, é mostrar que ela é um achado da mente humana, uma construção da imaginação ou a descoberta de um diagrama de representação

²⁸ O economista inventa a economia tal como a economia inventa o economista.

²⁹ Práticas materiais

bem como a autonomização dos grupos sociais não se encontram realizadas, não existe vida económica. A economia pressupõe a emancipação de um determinado domínio, o que obriga à existência de um referencial de relacionamento e conceptualização enquadrante. Para tal devem existir lógicas de representação assentes em conceitos e em instituições. Para Serge Latouche a moeda, o comércio e o mercado são as invenções que estão por detrás do impulsionamento da economia e da reflexão desenvolvida em torno dela. Todavia, essa mesma reflexão muito cara ao mundo ocidental, é resumida aos parâmetros económicos e, por assim dizer, limitada pela própria economia. Isso fica bem patente na seguinte afirmação: “*Notons que de développement de la vie économique et de la réflexion économique se produit presque exclusivement en Occident. Des traces, des embryons, des anticipations parfois géniales se rencontrent ici ou là, en Chine, en Inde et dans le monde arabe, mais «l'échec» du capitalisme dans ces pays et, finalement, de «l'économie» limite les réflexions.*”³⁰ (LATOUCHE, 2005a: 15).

A economia, como realidade social que é, não representa pois uma dádiva natural. Move-se, isso sim, no campo da construção histórico sociológica não sendo as suas funções nem naturais, nem inevitáveis, nem obrigatoriamente globalizáveis e muito menos imperecíveis. A economia é historicamente contingencial. “*La construction d'une «sphère» économique est un processus historique et culturel.*”³¹ (LATOUCHE, 2005a: 17).

a) A invenção do trabalho no imaginário social

Como vimos, ao tratar-se de uma construção, a economia repousa num determinado imaginário entendido como um referencial de adesão voluntária à qual as massas³² se submetem na ausência de qualquer reflexão crítica. O trabalho é a base desse imaginário social que possibilita que o puzzle ganhe forma. No

³⁰ Notemos que o desenvolvimento da vida económica e a reflexão económica acontece quase exclusivamente no Ocidente. Os rastos, os embriões, as antecipações às vezes brilhantes encontram-se aqui ou lá, na China, na Índia e no mundo árabe, mas "o fracasso" do capitalismo nestes países e, finalmente, "a economia" limita as reflexões.

³¹ A construção de uma “esfera” económica é um processo histórico e cultural.

³² O termo massas surge aqui referido no sentido acrítico, sugerindo que estas *aparecem ao olhar e ao espírito como vagos aglomerados de entidades amorfas e inertes, semelhantes às coisas* (PERROUX, 1974:7), como Fañçois Perroux analisa em detalhe na obra *Massa e Classe*, Lisboa: Livros Horizonte.

entanto, se aprofundarmos um pouco mais o nosso estudo verificaremos que o trabalho é uma criação da burguesia em ascensão que, com o objectivo de desacreditar a aristocracia, terá desenvolvido entre os séculos XVI e XVIII, através de fórmulas propagandistas, a ideia *trabalhista* herdada de São Paulo e subordinada à ideia de *quem não trabalha não come*. Como refere o nosso autor reportando-se à época “*Cela revient à dire : nous, les bourgeois des villes, nous travaillons dur pour produire le bien-être de tous, nous avons donc par cela même un droit légitime à la richesse et au pouvoir*”³³ (LATOUCHE, 2005a: 64). Perante tal ideologia não se poderia esperar outra consequência senão a solidariedade da enorme massa de camponeses e de operários. Como resultado, a burguesia empreendedora deste capitalismo nascente, ansiosa por ascender através do seu sucesso material a símbolos que até aí lhe eram vedados, empenhou-se enormemente em transformar a moeda, então um referencial de equivalência geral de valor, em símbolo de poder e reconhecimento social tendo como consequência a implementação de uma lógica de acumulação capitalista. Ainda que essa actividade não seja exactamente o melhor exemplo de um paradigma trabalhista o facto é que foi geradora da oposição antagónica entre um imaginário de emancipação e uma realidade escravizante. Aduz o autor que “*L’imaginaire, c’est celui de «l’homo faber» (...) et plus précisément l’idéologie de l’artisan libre qui vit du fruit de son habilité à transformer la nature pour la satisfaction de nos besoins.*”³⁴ (LATOUCHE, 2005a: 64).

A realidade é a alienação específica possibilitada pelo rendimento salarial. Mas há um preço a pagar. A condição a suportar passa pela redução à condição de *l’animal laborant* através da execução de tarefas repetitivas sequestradoras da criatividade humana. Trata-se da submissão real e formal ao dinheiro³⁵. Em que o trabalhador não tem qualquer controlo sobre a acção do seu trabalho nem, tão pouco, a

³³ Aquela volta a dizer: nós, os burgueses das cidades, trabalhamos no duro para produzir o bem-estar de todos, nós temos então, por isso mesmo, um direito legítimo à riqueza e ao poder.

³⁴ O imaginário é o de um homo faber (...) e mais precisamente a ideologia do artesão livre que vive do fruto da sua habilidade para transformar a natureza com vista à satisfação das suas necessidades.

³⁵ Para lembrar que nem sempre foi assim, é oportuno e justo salientar que quando muitas vezes se estabelece, de modo erróneo, uma conexão directa entre o actual estado da economia e o pensamento de Adam Smith, o clássico fundador dos pressupostos mais notáveis do mercado livre, este tinha sobre o dinheiro um entendimento completamente diverso do que aquele que existe actualmente. Para ele o dinheiro possuía apenas “o que se pode chamar de valor relativo, ou de troca, dos bens.” (SMITH, 2003 (1776): 36).

capacidade de reapropriação sobre o que produz. Com o tempo a burguesia funda a legitimidade sociológica do seu poder e do seu direito de propriedade. A realidade do trabalho escraviza e estupidifica os trabalhadores “*sans lui laisser espoir de devenir jamais propriétaire*”³⁶ (LATOUCHE, 2005a: 64). De salientar que aqui se expressa um alinhamento à lógica dominante e se estabelece um dualismo viciante entre opressores e oprimidos que, no limite, deixa perceber a libertação do oprimido por via da sua passagem à condição de castrador de liberdades alheias.

A verdade é que estamos na presença de um imaginário libertador através de uma vivência cerceada. E esta articulação de factos é absolutamente turvada, através da mediatização, pela existência das excepções. Como tal o referido imaginário facilitou o nascimento da megamáquina. Sobre os seus impactos, a maneira como corrói as relações sociais e abre alas a um mundialismo económico, com especial reflexo na divisão do mundo em duas realidades opostas, é o que particularizaremos adiante.

b) A megamáquina

A mais extraordinária máquina criada pelo Homem foi a organização social. Na constatação daquele que é o seu ponto de vista fundamental para a nossa análise, o autor afirma que “*Dans ces organisations de masse, combinant la force militaire, l’efficience économique, l’autorité religieuse, la performance technique et le pouvoir politique, l’homme devient le rouage d’une mécanique complexe atteignant une puissance quasi absolue : une Mégamachine. Les machines simples ou sophistiquées participent au fonctionnement de l’ensemble et en fournissent le modèle.*”³⁷ (LATOUCHE, 1995: 23). Face a esta megamáquina o indivíduo não é mais visto como pessoa e ainda menos como cidadão. Ele é tão-somente um autómato que obedece acriticamente a uma lógica desarticulada da sua própria dignidade. É a partir do diagnóstico que desenha o mundo como uma megamáquina que Serge Latouche estrutura toda a sua concepção. Como tal importa perceber a forma como se articulam as peças do referido engenho.

³⁶ Sem lhe deixar a esperança de vir a tornar-se o dono.

³⁷ Nestas organizações de massa, combinando a força militar, a eficiência económica, a autoridade religiosa, o desempenho técnico e o poder político, o homem torna-se o dente de engrenagem de uma mecânica complexa que alcança um poder quase absoluto: uma megamáquina. As máquinas simples ou sofisticadas participam no funcionamento do todo e alimentam o modelo.

O desenvolvimento, que tem como referência o crescimento do PNB mundial assente no modo de vida americano (sobretudo os trinta gloriosos: 1945-1975), traz associado uma aplicação em massa da técnica. *“Dans les premières décennies du développement (...) toutes les stratégies de décollage reposaient sur des choix techniques au sens large: priorité aux cultures de rente sur les cultures vivrières, priorité à l’industrie sur l’agriculture, priorité à l’industrie lourde sur l’industrie légère, priorité aux techniques de pointe sur les techniques traditionnelles ou intermédiaires, etc.”*³⁸ (LATOUCHE, 1995: 29). Todas estas alterações reflectem uma nova e diferente forma de organização social alterando substancialmente o posicionamento do Homem na mesma. Traz, igualmente, consigo uma enorme fé no papel desempenhado pela técnica aí entendida como estando ao serviço de um desígnio altruísta e como componente fulcral do desenvolvimento. Pelo que, se por hipótese, e colocamo-la, desde o momento em que se considere que o paradigma desenvolvimentista é um *gigante com pés de barro* e que se encontra num estado de crise profunda, é então óbvia a abordagem interrogativa acerca da técnica e da crença no progresso. Daqui que o questionar do progresso sem qualidade atinja em pleno o âmago do imaginário da modernidade. A técnica interroga-se, pois, na perspectiva em que ela não é absoluta uma vez que está inserida num determinado contexto social e histórico. Não está isolada do jogo planetário. Ela convive e alimenta a riqueza e o poder. Portanto, não é estranho que, do ponto de vista comunicacional, esta construção tenha erigido um verdadeiro código, *“Modernité, Occident, Grande Société, mais aussi développement, progrès, rationalité, technique : autant de maîtres mots qui se font signe, se renvoient les uns aux autres et peuvent se substituer dans une certaine mesure pour désigner le même complexe ou le même paradigme, celui de la Mégamachine. (...) La Mégamachine est tout aussi bien moderne, occidentale, développementiste, progressiste, rationnelle et technoscientifique.”*³⁹ (LATOUCHE, 1995: 30). As articulações tornam-

³⁸ Nas primeiras décadas do desenvolvimento (...) todas as estratégias de partida têm por base escolhas técnicas em sentido lato: prioridade para as culturas de rendimento sobre as culturas de subsistência, prioridade para a indústria em detrimento da agricultura, prioridade para a indústria pesada sobre a indústria ligeira, prioridade para as técnicas de ponta sobre as técnicas tradicionais ou intermédias, etc.

³⁹ Modernidade, Ocidente, Grande Sociedade, mas também desenvolvimento, progresso, racionalidade, técnica: como muitas outras palavras-chave que se tornaram símbolos e se fizeram umas às outras e que até certo ponto se podem substituir para designar o mesmo complexo ou o mesmo paradigma que é a megamáquina. (...) A megamáquina é desta forma moderna, ocidental,

se, então lógicas. A racionalidade económica está na génese da investigação no âmbito da técnica e da ciência. O progresso constitui o objectivo a atingir e é simultaneamente a consequência da economicização do mundo traduzida no ilimitado acervo de capital, assim como, de bens materiais e imateriais. A técnica representa a condição do crescimento e do desenvolvimento ao mesmo tempo que acaba por ser também resultado destes. Para Serge Latouche (1995: 31 e 32), *“Le fait que la société issue des Lumières, émancipée de toute transcendance et de toute tradition, ait véritablement renoncé à son «autonomie» et se soit abandonnée à la régulation hétéronome de mécanismes automatiques pour se soumettre aux lois du marché et à celles du système technicien, en est venu à constituer un danger mortel pour la survie de l’humanité.”*⁴⁰ Esta leitura aparentemente pessimista e catastrófica procura evidenciar sinais de alerta que conduzam à tomada de consciência sobre os perigos do caminho seguido até aqui. A insensatez congénita desta racionalidade absoluta traduz-se num totalitarismo do sistema tecno-económico. “O Ocidente moderno, nem mais nem menos impôs a técnica e a economia como «meio» social, reduzindo o sentido a uma simples função, a função vital, a de viver por viver ou de viver para consumir e consumir para viver...” (LATOUCHE, 1998: 122). O império erigido sobre a dominação da racionalidade, da técnica, da ciência e da economia deu à megamáquina contemporânea uma amplitude invulgar na história humana.

c) A megamáquina e os seus impactos

Serge Latouche considera que os pilares da megamáquina são as traves mestras da modernidade. O Homem moderno é incapaz de pensar a vida fora da alçada da técnica e da economia. Comporta-se como se estas fossem inatas à condição humana e como se sempre tivessem existido. *“Le projet de la modernité, c’est-à-dire celui de construire la cité humaine sur la seule base de la raison, sans s’appuyer sur la tradition ni chercher de garantir dans la transcendance ou des règles dans la révélation, fait une place centrale à «l’efficience».”*⁴¹ (LATOUCHE, 1995: 37). A eficiência deixa de

desenvolvimentista, progressista, racional e técnico-científica.

⁴⁰ O facto de a sociedade nascida das Luzes, emancipada de toda a transcendência e de toda a tradição levou verdadeiramente à renúncia da sua autonomia e ao abandonar-se à regulação heterónima de mecanismos automáticos para se submeter às leis do mercado e ao sistema técnico, o que veio constituir um perigo mortal para a sobrevivência da humanidade.

⁴¹ O projecto da modernidade significa o construir da cidade humana na única base da razão sem se apoiar na tradição nem procurar a garantia na transcendência ou regras na revelação, coloca a

ser um objectivo associado a um determinado processo para se transformar em algo absoluto. A eficiência, como coração da técnica, explica que a segunda invada todo o campo social da modernidade (Serge Latouche, 1995). A técnica reduz-se, portanto, à utilidade e à instrumentalidade. Dá-se por esta via a destruição do vínculo ou ligação social. “*La prise de conscience de la nature de la Mégamachine, de ses logiques technoscientifiques et des mécanismes de fonctionnement du système technicien permet de comprendre comment la culture et finalement le lien social se trouvent pratiquement liquidés dans cette confrontation.*”⁴² (LATOUCHE, 1995: 39).

A técnica transforma-se em algo mais. Passa a ser vista como uma verdadeira ideologia e como um substituto da cultura. Passa a ter consigo a pulsão “das ideologias que pretendem escapar à ideologia...” (LOURENÇO, 2005: 34). O Homem apaga-se, como já vimos, ao resumir o seu comportamento. Ao permitir-se agir como se fosse uma simples roda dentada numa enorme engrenagem. Latouche fala mesmo de uma cibernética social, e caracteriza-a: “*Cela se marque dans un premier temps par l’émancipation de la technique et de l’économie par rapport au social, puis, dans un second temps, par l’absorption du social dans le techno-économique.*”⁴³ (LATOUCHE, 1995: 42 e 43).

A disseminação da tecnologia à escala planetária criou uma dinâmica de transnacionalidade, “colocando as nações ou grupos de ponta nesse domínio numa situação hegemónica objectiva e de um tipo novo na história, pois separa-os dos outros povos até há pouco de similar estatuto cultural e científico.” (LOURENÇO, 2005: 39). Quer se trate de custos, de efeitos positivos ou negativos, há um ignorar das fronteiras nacionais. Dir-se-á que a soberania residente no povo e nos seus representantes foi sequestrada, enquanto o seu poder cedeu o lugar à ciência e à técnica. As leis quer da ciência quer da técnica assumem um papel que as coloca acima do Estado enquanto reconduzem à memória colectiva laivos de um caos feudal à solta dos espaços nacionais. Pelo que “Esta destruição da base do Estado-nação engendra os fenómenos de decomposição com que os *media* nos bombardeiam ao longo do dia. O desaparecimento da política como instância

eficiência num lugar central.

⁴² A tomada de consciência da natureza da megamáquina, das suas lógicas técnico-científicas e dos mecanismos de funcionamento do sistema técnico permitem entender como a cultura e finalmente a ligação social é praticamente liquidada nesta confrontação.

⁴³ Ela comporta-se numa primeira etapa através emancipação da técnica e da economia em relação ao social, então, numa segunda fase, efectiva-se a absorção do social pelo tecno-económico.

autónoma e a sua absorção na economia fazem reaparecer aquilo que era o estado de natureza segundo Hobbes, a guerra de todos contra todos.” (LATOUCHE, 1998: 36). Neste quadro, as distâncias deixaram de ser relevantes. Assistimos ao despoletar e, mais tarde, ao consolidar da aldeia global com o conseqüente desmoronamento dos espaços políticos nacionais. Esse desaparecimento dos espaços nacionais, tradicionais guardiães seculares de regulação social, também ela uma vez desaparecida, conduziu a uma desordem que corroe a base do Estado-nação. Pode mesmo dizer-se que a transnacionalização da economia foi o complemento indispensável – a cereja no topo do bolo – à emancipação da técnica. “*Comme la science et la technique, les lois de l'économie dépossèdent le citoyen et l'État-nation de la souveraineté (...) Si on ne peut plus faire autre chose que gérer des contraintes, le gouvernement des homes est remplacé par l'administration des choses; le citoyen n'a plus de raison d'être*”⁴⁴ (LATOUCHE, 1995: 45). O autor considera que Adam Smith terá sido o *grande profeta* da megamáquina com a sua *mão invisível*, uma vez que através de tal tese sustentou as vantagens dos mecanismos automáticos do mercado. Os *homens das luzes* (em alusão aos princípios ideológicos decorrentes da revolução francesa) fascinaram-se pelos automatismos e desejaram que a dinâmica social fosse regulada de forma mecânica. “*Cette «machination» participe du projet de la modernité, d'une rationalisation totale du social*”⁴⁵ (LATOUCHE, 1995: 46).

Aos conceitos e mecanismos clássicos foram aduzidas novas roupagens e polimentos que possibilitaram uma outra amplitude e flexibilidade à megamáquina. Todavia o seu comportamento continuou a respeitar rigorosamente a filosofia da sua criação. Aqui se explica o seu funcionamento: “*Les consommateurs, conditionnés par la publicité, répondent aux sollicitations du système de production, comme les producteurs réagissent aux contraintes et aux signaux du marché. Les ingénieurs, en faisant leur travail au mieux, contribuent, à leur insu le cas échéant, à la croissance illimitée des techniques. Ces techniques fournissent des moyens toujours nouveaux et toujours plus raffinés pour déposséder les citoyens de la maîtrise de leur propre*

⁴⁴ Como a ciência e a técnica, as leis da economia desapropriam o cidadão e o Estado-nação da soberania (...) Se não podermos fazer qualquer outra coisa para lá de administrar alguns constrangimentos, a governação dos homens é então substituída pela administração das coisas; o cidadão não tem mais razão de ser.

⁴⁵ Esta maquinação participa do projecto da modernidade, de uma racionalização total do espaço social.

vie. Elles accroissent par ailleurs les inégalités entre le Nord et le Sud et alimentent la course aux moyens de destruction. Les responsables politiques eux-mêmes fonctionnent comme des rouages du mécanisme. Ils se font les exécutants de contraintes qui les dépassent. La médiatisation de la politique politicienne accentue le phénomène de façon caricaturale. La dimension essentielle actuelle du jeu politique n'est plus le «savoir-faire», mais le «faire-savoir». La politique se transforme de plus en plus en marché (développement du «marketing» politique).”⁴⁶ (LATOUCHE, 1995: 46 e 47).

Podemos referir que, se por um lado, a técnica e os seus executantes estão ao serviço da produção em massa gerada com base, não nas necessidades individuais, mas sim numa ideologia de posse desregrada que fomenta o crescimento sem limite e acentua as desigualdades internacionais, por outro, há o esvaziar do campo político, ou melhor o seu sequestro tornando-o refém da nova fabricação. “Assiste-se a uma universalização planetária dos modos de vida e de consumo, ao mesmo tempo que a uma ditadura da mediocridade, com a banalização do excepcional (o sangue na televisão e na primeira página dos jornais) e da exaltação do banal (os concursos televisivos)” (LATOUCHE, 1998: 43). Nestes moldes, este fenómeno é relativamente novo e toma a via da mundialização da megamáquina, assumindo um carácter transnacional conjugado com a mecanização total da sociedade. As novidades tecnológicas “*accélèrent un processus de «déterritorialisation» enclenché par l'abstraction du marché (...). Les satellites de télécommunication, l'interconnexion des banques de données, des ordinateurs de gestion des Bourses et des agences de toutes sortes, les autoroutes de l'information créent des sphères immédiatement transnationales. D'ores et déjà, la vitesse des moyens de communication rend toujours plus archaïques les*

⁴⁶ Os consumidores, condicionados pelos anúncios publicitários, respondem às solicitações do sistema de produção do mesmo modo que os produtores reagem aos constrangimentos e aos sinais do mercado. Os engenheiros, enquanto fazem o seu trabalho, o melhor possível, contribuem neste caso com desconhecimento, para o crescimento ilimitado das técnicas. Estas técnicas alimentam de meios sempre novos e sempre mais sofisticados para desapropriar os cidadãos do domínio da sua própria vida. Aumentam as desigualdades entre o Norte e o Sul e alimentam a marcha fornecendo-lhes meios de destruição. Os responsáveis políticos funcionam como dentes de engrenagem do mecanismo. Eles fazem-se executantes das imposições que os ultrapassam. A mediação da política politiceira acentua a sua vertente caricatural. A dimensão essencial presente no jogo político não é mais a experiência e o saber-fazer, mas o fazer-saber. A política é cada vez mais um mercado (desenvolvimento do marketing político).

*réglementations nationales et exige une organisation mondiale.*⁴⁷ (LATOUCHE, 1995: 47). Isto significa que não é mais possível, no seio da globalização desenvolvimentista, encontrar soluções parcelares para um contexto em que, por via da megamáquina, tudo está omnipresente. O anonimato generalizado da megamáquina desvirtua as relações sociais e políticas entre as colectividades humanas.

A eficiência é o único valor reconhecido por tudo aquilo que circula na máquina. Porém, esta eficiência ao tornar-se um fim em si mesma é auto destrutiva e *“fait de la machine une machine infernale”*⁴⁸ (LATOUCHE, 1995: 47).

A caracterização de infernal da megamáquina deriva, desde logo, de algo que não é susceptível de controlo por quem a concebe e quem a constrói. É, segundo o autor, o que se passa com a máquina social indomável, anónima e irresponsável. Para ele esta rebelião da máquina manifesta-se de três maneiras distintas: 1) Escapa a toda a regulação política; 2) Conduz a um impasse; 3) É profundamente injusta.

1) Escapa a toda a regulação política

Enquanto o funcionamento da economia se resume aos territórios nacionais é possível existir um certo controlo da máquina pelas forças sociais e políticas garantindo uma certa atitude de vigia por parte do poder político. No entanto, com a mundialização económica e a transnacionalização que arrebatam as dinâmicas sociais clássicas, associada à uniformização totalizante que se estende desde as telecomunicações até à própria cultura, torna evidente a impossibilidade de domínio da megamáquina. *“Les logiques de fonctionnement se situent à des niveaux qui dépassent celui des organisations sociales.”*⁴⁹ (LATOUCHE, 1995: 48). Quando as economias não têm mais uma existência autónoma e, por isso, estão absolutamente dependentes de circunstâncias alheias ao controlo dos poderes políticos nacionais,

⁴⁷ Aceleraram um processo de desterritorialização encantado pela abstracção do mercado (...). Os satélites de telecomunicações, a inter conexão dos bancos de dados, os administradores dos mercados bolsistas e as agências de todos os tipos, as auto-estradas da informação mundial criam algumas esferas de cariz imediatamente transnacional. Também, a velocidade da comunicação torna arcaicos os regulamentos nacionais e requer uma organização mundial.

⁴⁸ Faz da máquina uma máquina infernal.

⁴⁹ As lógicas de funcionamento situam-se a níveis que ultrapassam o das organizações sociais.

tal significa o fim do poder político⁵⁰ enquanto no seu lugar nasce e prolifera a tecnocracia.

2) Conduz a um impasse

O rumo do progresso desenvolvimentista é absolutamente desregrado, baseia-se na acumulação ilimitada de capital e no crescimento indefinido como um fim em si mesmo, o autor classifica-o de delirante, uma vez que não é possível mantê-lo indeterminadamente. Refere que “*Cette fuite en avant, nécessaire à l'équilibre dynamique du système, vient buter sur la finitude relative du monde.*”⁵¹ (LATOUCHE, 1995: 49). Ao mesmo tempo considera que os limites naturais estão claramente ultrapassados.

Existem possibilidades de diferentes concepções no que respeita à associação entre pessoas e máquinas. Se existe uma sociedade onde pessoas são absolutamente automatizadas e inseridas como peças num mundo povoado de máquinas e subordinado à técnica, também é possível utilizar a técnica para reformular essa sociedade reconciliando-a consigo própria. O autor considera angustiante assistir-se à utilização descontrolada de técnicas ultra poderosas por parte de empresas, utilização essa que não segue outra lei que não a dos lucros, “*des seigneurs de la guerre ne rêvant que de leur domination, des bureaucrates ne recherchant que l'efficacité*

⁵⁰ “Esta incapacidade do liberalismo para pensar o político tem raízes profundas. Como Carl Schmitt salientou, o princípio puro e rigoroso do liberalismo não pode dar origem a uma concepção especificamente política*. Na realidade, todo o individualismo coerente tem de negar o político, uma vez que exige que o indivíduo se mantenha *terminus a quo* e *terminus ad quem*. É por isso que, segundo Schmitt, o pensamento liberal se movimenta entre dois pólos – a ética e a economia – e se limita a tentar impor obrigações éticas ao político ou a submetê-lo à economia. Daí o facto de não existir uma política genuinamente liberal, mas apenas uma crítica liberal da política em nome da defesa da liberdade individual**” (MOUFFE, 1996:50). Para aprofundar, ver Chantal Mouffe, 1996 (1993) *O regresso do político*, Lisboa: Gradiva.

* Carl Schmitt, *The Concept of the Political*, Rutgers, 1971, p.70.

** Id., *ibid.*, p.71. Reconsiderar a pertinência da crítica feita por Schmitt ao liberalismo não significa, evidentemente, aceitar a totalidade da sua posição.

⁵¹ Esta fuga para a frente, necessária ao equilíbrio dinâmico do sistema, vem tropeçar na finitude relativa do mundo.

oppressive, dans un monde sans âme, sans cohérence et sans projet."⁵² (LATOUCHE, 1995: 50).

3) É profundamente injusta

A injustiça advém do facto de ter sido, à partida, pensada para fazer *o bem* ao maior número possível de pessoas e acabar por se tornar maléfica de um modo geral pois realiza escandalosamente o bem-estar de somente alguns. "*Dans ces conditions, l'universalisme, que l'Occident a tant mis en avant, est une escroquerie.*"⁵³ (LATOUCHE, 1995: 50). Ao tomar como exemplo os países do terceiro mundo verifica-se que estes nunca estarão em condições de produzir ou de consumir como o mundo ocidental. É tal não se trata de atrasos, mas sim de estar completamente fora da trajectória. É aqui que se percebe "*l'une des conséquences les plus dramatiques de la Mégamachine : le fait qu'elle fonctionne non seulement à l'uniformisation, mais aussi à l'exclusion.*"⁵⁴ (LATOUCHE, 1995: 50). De salientar que também sobre este assunto, a já anteriormente referida Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização considera que "A via actualmente seguida pela globalização deve mudar. São pouco numerosos os que colhem os frutos e numerosos os que, por falta de voz na matéria, não podem influenciar o seu curso" (Comissão Mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização, 2005: 3).

d) A megamáquina como responsável pela destruição do vínculo social

A megamáquina funciona como uma mancha que a partir do Ocidente se estende ao resto do globo. Ela uniformisa, desenraíza e destrói o espaço político, "*Elle réduit l'homme moderne à n'être, suivant l'expression de Heidegger, qu'un «fonctionnaire de la technique».*"⁵⁵ (LATOUCHE, 1995: 50). Veremos a seguir estes três aspectos.

1) A uniformização

⁵² Os senhores da guerra que apenas sonham com a sua dominação, os burocratas apenas procuram a eficácia opressiva, num mundo sem alma, sem coerência e sem projecto.

⁵³ Nestas condições o universalismo, que o Ocidente tanto expandiu, é uma fraude.

⁵⁴ Uma das consequências mais dramáticas da Megamáquina: é o facto de ela não servir apenas a uniformização, mas também a exclusão.

⁵⁵ Ela reduz o homem moderno a não ser, na expressão de Heidegger, mais do que um "funcionário da técnica".

Através daquilo a que Latouche chama *a ocidentalização do mundo*, presencia-se um processo de uniformização planetária. Tal, é sustentado como fruto da Megamáquina que como se de um rolo compressor se tratasse esmaga culturas, esbate diferenças e homogeneíza o mundo em nome da razão racionalista. Este processo de desculturação é sentido, particularmente, no hemisfério sul e o vínculo social acaba por sucumbir à perda de referências morais que são substituídas por “*les modes et les sondages*.”⁵⁶ (LATOUCHE, 1995: 51). Entronca também num conformismo que praticamente canta em unísono a inevitabilidade da mundialização da cultura. Assiste-se a uma generalização dos modos de vida e de consumo que mais não é do que a realização do programa da modernidade que concebe a humanidade como “*une collection abstraite d’hommes identiques – l’homme universel des Lumières*”⁵⁷ (LATOUCHE, 1995: 51). Não há razões para que se seja diferente. É o mundo do estereótipo ocidental. Todavia, a universalização das normas e dos comportamentos não enterra as rivalidades, agora, entre iguais, “*plus les hommes se ressemblent, plus les haines apparaissent, plus les différences persistent au sein de l’identité*”⁵⁸ (LATOUCHE, 1995: 51). A perda das diferenças possibilita a comparação com o que era inicialmente diverso o que leva ao esvaziamento do *status* o que se torna insuportável. Trataremos mais adiante deste tema, em detalhe, no capítulo denominado *a ocidentalização do mundo*.

2) O desenraizamento

A lógica da tecno-economia mundializada desenraíza as pessoas por via do nivelamento cultural declarando guerra a tudo o que é tradicional, “*La perte des identités culturelles, le «désenchantement du monde» et l’exclusion économique et sociale – par la dévalorisation des compétences, la délégitimation des statuts et l’impossible accès au niveau de vie américain – favorisent un déchaînement désespéré d’explosions identitaires*”⁵⁹ (LATOUCHE, 1995: 51). A ordem ética dos Estados nacionais mais não é do que uma aparência. O direito das pessoas a disporem de si próprias na

⁵⁶ As modas e as sondagens. (Numa alusão ao comportamento massificado e acrítico).

⁵⁷ Uma colecção abstracta de homens idênticos – O homem universal das luzes.

⁵⁸ Mais os homens se assemelham, mais ódios aparecem, mais as diferenças persistem dentro da identidade.

⁵⁹ A perda das identidades culturais, o *desencanto do mundo* e a exclusão económica e social - pela desvalorização das competências, a deslegitimação dos estatutos e o acesso impossível ao padrão de vida americano - favorece um surgir de explosões identitárias

qual assenta a vida social das nações acaba por ter como resultado o corroer dessa sociedade tornando vazio o conceito de pessoa. A noção de pessoa não pode desvincular-se de um sentimento subjectivo de pertença. Serge Latouche lembra que *“Chaque groupe humaine lié par en trait quelconque – langue, religion, terroir, coutume... - peut revendiquer le label de «peuple» et réclamer la reconnaissance étatique, condition de son existence comme sujet de droit au sein du concert international des puissances.”*⁶⁰ (LATOUCHE, 1995: 52). Tudo aquilo que conduza ao degenerar da óptica da nacionalidade – aqui entendida enquanto corpo sólido de costumes comuns – e que por essa razão adicione nacionalismo e totalitarismo, levará a uma espécie de tribalismo em que a reivindicação nacional se confundirá com reivindicações particularistas que originarão Estados fanáticos e Estados fantoche, sem a maturidade de uma verdadeira sociedade civil e, por sua vez, sem cidadãos no seu real sentido. Erguem-se, assim, particularismos que pretendem constituir-se como Estados.

3) A destruição do político

A abordagem dos problemas para lá da sua dimensão, complexificando-os, ao mesmo tempo que, por outro lado, se simplificam determinadas situações mediatizando-as, com cada vez mais elaboradas encenações, conduz a que os eleitores sejam desapossados de um verdadeiro poder de conhecer a realidade e em consequência poderem decidir. Da combinação entre a manipulação e a impotência resultou o esgotamento do conteúdo da cidadania. *“Le fonctionnement même de la Mégamachine implique cette abdication pour des raisons très terre à terre : la dépossession productive et l’absence du désir de citoyenneté.”*⁶¹ (LATOUCHE, 1995: 52). Vejamos melhor cada um destes aspectos:

i) A desapropriação produtiva

A situação de abundância ao mais baixo custo transformou-se em suposta condição de maior bem-estar para o maior número possível de pessoas. Tal feito é, uma vez mais, supostamente obtido através, e graças, à técnica que permite maximizações de energia. Desta forma e seguindo estes desígnios o cidadão agora transformado

⁶⁰ Todo grupo humano ligado por um traços qualquer - idioma, religião, terra, costume... - pode reivindicar o estatuto de povo e reclamar o reconhecimento como Estado, condição da sua existência como sujeito de direito dentro dos acordos internacionais dos países.

⁶¹ O próprio funcionamento da Megamáquina implica esta abdicação por razões muito terra a terra: a desapropriação produtiva e a ausência do desejo de cidadania.

em trabalhador, consumidor e utilizador “*se soumet corps et âme à la machine.*”⁶² (LATOUCHE, 1995: 53). A sucessão histórica entre taylorismo e fordismo conduziu à realização de uma produção de massas, a um consumo de massas e a um estado em que o trabalhador é reduzido a um simples e incondicional servidor da máquina. O autor coloca então a questão “*Les nouvelles technologies redonneront-elles la citoyenneté dans l’entreprise? Peut-être, mais au prix d’une exclusion de la vie de la cité.*”⁶³ (LATOUCHE, 1995: 53) e avança uma resposta que não ignora a diferenciação do trabalho: “*Sans doute le travailleur des cercles de qualité a-t-il le sentiment d’une reconnaissance dans son collectif d’entreprise, mais c’est au prix d’une renonciation à une part importante de sa vie privée.*”⁶⁴ (LATOUCHE, 1995: 53).

ii) Ausência do desejo de cidadania

O Homem da actualidade é um verdadeiro caçador de tempo sem que, paradoxalmente, tenha tempo para nada. As rotinas a que o quotidiano o submete, levam-no a ter predilecção pelo entretenimento em detrimento da informação. Não lhe resta tempo para a *àgora*. Para, em nome da sua participação na polis, escutar argumentos, desmontar retóricas e tomar de forma esclarecida as suas opções. Assim há de um modo geral uma ausência de participação que começa na ausência do próprio desejo, revelando um total desprendimento em relação à dimensão política, quando afinal “Só no contexto de uma tradição que dê realmente lugar à dimensão política da existência humana e que permita pensar a cidadania como algo mais do que a simples titularidade de direitos é que podemos falar de valores democráticos” (MOUFFE, 1996: 50).

e) A mundialização (globalização desenvolvimentista) e o imperialismo da economia (mundialismo canibal)

De acordo com o autor, a quem damos primazia neste trabalho, a globalização é o termo anglo-saxónico que quer significar precisamente o mesmo de

⁶² Submete-se de corpo e alma à máquina.

⁶³ As tecnologias novas devolverão a cidadania nas empresas? Talvez, mas à custa de uma exclusão da vida na Cidade (no sentido da *Polis*).

⁶⁴ Sem dúvida que o trabalhador dos círculos de qualidade tem o sentimento de um reconhecimento dentro do colectivo da empresa, mas à custa de uma renúncia a uma parte importante da sua vida privada.

mundialização⁶⁵. A mundialização não é um fenómeno novo, no entanto, no concreto quotidiano das vidas, mundialização e globalização traduzem a mesma realidade. Aquilo a se chama globalização não é mais do que a mundialização dos mercados que por sua vez corporiza a mercantilização ou economicização do mundo. Pode afirmar-se que o que nos faz estar numa nova etapa da História não é a mundialização dos mercados. É, isso sim, a mercantilização de tudo no mundo.

Por paradoxal que possa parecer, embora no mundo contemporâneo cada um de nós seja um dente da enorme engrenagem económica, o facto é que a economia se apresenta misteriosa para a maior parte dos cidadãos. Dela falam-nos especialistas em tom régio. Não obstante, esse aparente distanciamento, constata-se que não é possível nas sociedades modernas viver fora da economia. Tal significa que todos os que participam na vida económica possuem, de algum modo, um mínimo de conhecimento sobre a economia. Na sociedade moderna ocidental o cidadão define-se pelos aspectos económicos. Se trabalha ou se está desempregado, que rendimentos obtém, que despesas efectua, como se comporta enquanto consumidor, etc. Todavia, *“Pour surprenant que cela soit, les préoccupations économiques, en tant que telles, avaient peu de place dans la vie des hommes avant la Renaissance ou en dehors de l’Occident. Chacun accomplissant ses tâches, les plus souvent domestiques, et se préoccupait de politique pour le citoyen grec, de religion pour l’homme du Moyen-Âge ou de fêtes et de rituels pour l’indigène d’Afrique.”*⁶⁶ (LATOUCHE, 2005: 95). A economia apenas se espalhou durante a época moderna e mais não é do que a racionalidade herdeira da visão do século da luzes. Como lembra Fernand Braudel (1985: 48) “O perigo reside, evidentemente, em vermos somente a economia de mercado, em a descrever-mos com tal exuberância de detalhes que denote uma presença avassaladora, persistente, não sendo ela afinal senão um fragmento de um vasto conjunto. A sua própria natureza a reduz a ter um papel de

⁶⁵ A coincidência de significâncias entre mundialização e globalização não é consensual. Em sentido diverso de Latouche ver Pimenta, C.J.C. (2005). *Globalização: Desafios Económicos e Éticos*. Em: S. Cunha (ed.), *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*. Instituto Superior Económico e Social. Évora. Ver também PIMENTA, Carlos, 2004 *globalização – produção, capital fictício e redistribuição*, Lisboa: Campo da Comunicação.

⁶⁶ Por surpreendente que possa parecer, as preocupações económicas, como tal, tiveram pouco espaço na vida dos homens antes do Renascimento ou fora do Ocidente. Cada um realizava as suas tarefas frequentemente domésticas e preocupado com a política para o cidadão grego, com a religião para o homem da Idade Média ou com festas e rituais para o nativo de África.

ligação entre a produção e o consumo, e, antes do século XIX, ela é um simples estrato mais ou menos espesso e resistente, por vezes muito fino, situado entre o oceano da vida quotidiana que a sustém e os processos do capitalismo que, em metade dos casos, a manobram desde cima.”. Há efectivamente, se nos socorrermos da grelha de análise dominante, uma verdade incontornável, o “*triomphe planétaire apparent de la modernité, par l’impérialisme d’abord militaire et politique, puis de plus en plus culturel, a imposé, de fait, l’économie comme pratique et comme imaginaire mondiaux.*”⁶⁷ (LATOUCHE, 2005: 96). Após o desmoronamento do antigo bloco soviético, com a consequente e evidente falha do projecto socialista, a economia de mercado surge aos olhos do mundo como triunfadora. A partir de então abre-se campo para que as sacrossantas leis do mercado possam ser impostas contra tudo, e contra todos, se for caso disso. De salientar, no entanto, que a perspectiva crítica do século XX terá sido tocada por vícios da razão dominante. Por exemplo, a partir de um quadro de leitura sobre os problemas fundamentais das ciências sociais e derivando para uma visão alternativa em sentido amplo e global, Boaventura Sousa Santos (1994:244 e 245) não hesitou em afirmar que “resultam em boa medida do facto de estas, na sua versão hegemónica moderna, se terem especializado na produção do conhecimento adequado à engenharia de soluções de curto prazo, estreitas no âmbito e superficiais na espessura. Este tipo de conhecimento científico, e mais do que isso, uma cultura dominada por este tipo de cientismo deslegitimou, à partida, a ideia de alternativas globais e, sempre que o não conseguiu, deslegitimou a vontade colectiva de lutar por elas”. E acrescenta, que “Talvez, por isso, o nosso século tenha sido tão pobre em pensamento utópico. Mesmo o socialismo, sempre que se pretendeu como uma alternativa global, apresentou-se como científico.” (SANTOS, 1994: 245).

Terá assim deixado de haver esperança para os deserdados da História? De onde provém este espantoso regresso do liberalismo que nós designamos precisamente de “neo-liberalismo”? Para Serge Latouche o espectro que assombra o mundo daqui em diante não é mais o do Comunismo de 1848, mas sim o do liberalismo de 1776⁶⁸.

⁶⁷ Triunfo planetário aparente da modernidade pelo imperialismo, primeiro militar e político, e depois mais cultural, impôs, na realidade, a economia como prática e como imaginário mundial.

⁶⁸ Data simbólica da publicação do Ensaio sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, de Adam Smith.

O regresso do liberalismo que aparentemente surpreendeu os meios europeus foi, segundo o autor, cuidadosamente preparado ao longo do tempo nos departamentos de economia das universidades americanas, *“Ils ont essaimé leurs experts dans le tiers-monde et l'ex-second monde, di Chili de Pinochet à la Russie de Boris Eltsine. Progressivement, ils ont réussi à coloniser la quasi-totalité des facultés d'économie de la planète”*⁶⁹ (LATOUCHE, 2005: 97). A globalização é assim explicada através do triunfo do imaginário económico e da omnimercantilização do mundo. A mundialização é, antes de mais, a mundialização dos mercados. Esta mundialização condena as empresas a uma flexibilidade cruel. É uma lógica agonizante que destrói identidades culturais, leva ao definhar dos poderes públicos, enquanto obriga a deslocalizações massivas com a conseqüente criação de desemprego e exclusão social. A desterritorialização da economia passa pelo facto do capital, onde a mesma assenta, ser essencialmente transnacional. A mundialização da economia emancipa totalmente a megamáquina tecno-económica enquanto absorve integralmente a componente política. A crise da política assume duas formas: por um lado, através da submissão dos aparelhos de Estado à pressão da tecno-economia. Por outro, a despolitização dos cidadãos.

Não pode, portanto, ignorar-se que a globalização tem efeitos sobre as liberdades políticas e os direitos fundamentais dos indivíduos. Ao liquidar culturas gera o emergir de conflitos étnicos e de verdadeiras tribos em vez de coexistência pacífica e diálogo. Verifica-se que *“après quarante ans d'occidentalisation économique du monde, il est naïf et de mauvaise foi d'en regretter les effets pervers. On est ainsi enrôlé dans un manichéisme suspect et dangereux : ethnicisme ou ethnocentrisme, terrorisme identitaire ou universalisme cannibale.”*⁷⁰ (LATOUCHE, 2005: 106).

Se o etnicismo exacerbado deve ser denunciado uma vez que traduz intolerância, deve igualmente ser fonte de preocupação o etnocentrismo arrogante e a boa consciência ocidental. Que mais não é do que a mesma intolerância, travestida com moralismo, num corpo em cuja voz entoa um repetido monólogo. Pode assim afirmar-se que há um alcance que atinge a diversidade cultural remetendo-a para

⁶⁹ Enxamearam os seus peritos no terceiro mundo e no ex-segundo mundo, do Chile de Pinochet à Rússia de Boris Yeltsin. Progressivamente tiveram sucesso colonizando a quasi-totalidade das faculdades de economia do planeta

⁷⁰ Depois de quarenta anos de ocidentalização económica do mundo é ingénuo e de má fé lamentar os efeitos perversos. Estamos assim presos num maniqueísmo suspeito e perigoso em: etnicismo ou etnocentrismo, terrorismo identitário ou universalismo canibal.

um exotismo decorativo e como lembra Eduardo Lourenço (2005: 40) “«a cultura» não é apenas o verniz e o luxo neutros de uma sociedade, mas o seu cartão de identidade.” Na prática a mundialização constitui uma forma de imperialismo cultural. Longe de aceitar e integrar a diversidade das sociedades, a globalização impõe a visão particular do Ocidente, “*plus encore celle de l’Amérique du Nord.*”⁷¹ (LATOUCHE, 2005: 108). O autor fundamenta esta posição com base em intenções vaticinadas por altos dirigentes da administração dos EUA. Explica ainda que as mestiçagens culturais apesar de serem honrosas excepções são frágeis e precárias na medida em que resultam de reacções à evolução em curso da lógica global. Poder-se-á afirmar, sem grande probabilidade de erro, que Serge Latouche tende a assumir uma posição culturalista⁷². Na prática também este nivelamento cultural proporcionado pela globalização é uma das fórmulas facilitadoras da desintegração social. A guerra económica engendra vencedores e vencidos, tornando os primeiros heróis mediáticos. Ao mesmo tempo fomenta uma integração imaginária dos excluídos. “*Cette «culture» de la performance est donc ipso facto une culture de l’échec.*”⁷³ (LATOUCHE, 2005: 110). Face ao poder do mercado, o Estado é corroído. A integração global sucede por via de uma dessocialização que destrói o imaginário de cada povo. Mesmo o campo clássico da segurança foi relegado para um plano secundário de modo que “muitos políticos e académicos têm vindo a insistir que os problemas económicos têm substituído as tradicionais preocupações de segurança das nações” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR, 2003: 591).

É preciso encontrar novos equilíbrios que desfaçam a realidade que se vê lida como a significância de quem evolui “no sentido da submissão do globo a um sistema, que em muitos aspectos substitui pela submissão as prometidas autonomias das comunidades e das pessoas” (MOREIRA, 2002: 229) e que “implicou o sacrifício de valores que amparavam a promessa de que nem os homens nem os povos voltariam a ser usados como instrumentos de projectos alheios.” (MOREIRA, 2002: 229). Ainda assim, como vimos, novos dogmas se instalaram em nome da liberdade, em nome do direito individualmente garantido e que, porventura, se

⁷¹ Uma vez mais o da América do Norte.

⁷² “O culturalismo exalta o relativismo dos valores, deixando cada sociedade desenvolver-se segundo as suas tradições” (BONIFACE, 2001:118). Ver em BONIFACE, Pascal 2001 (1996) *Dicionário das Relações Internacionais*, Porto: Plátano Edições Técnicas.

⁷³ Esta “cultura” do desempenho é então *ipso facto* uma cultura do fracasso.

esqueceu de que ele próprio mais não é do que um somatório de deveres que, sendo-lhe externos, a ele se dirigem.

Resta-nos a convicção de quem deposita solidariedade e esperança nas palavras de Philippe Engelhard (1998: 353), segundo as quais “O mundo e a vida, no entanto, não se deixam nunca capturar num único campo de visão. O modelo liberal actuante no processo de mundialização suscita reacções complexas. Coexiste com as maquinarias de Estado que o mercado não desmantelou e que se mantêm sob formas ramificadas. *As sociedades, no Norte como no Sul, em boa parte ainda são administradas.*” É precisamente sobre esta dicotomia que no deteremos de seguida.

f) A questão Norte – Sul

O Sul abaixo do Norte, mais do que uma fatalidade geográfica, é em relações internacionais a constatação de um estatuto que uma das partes não escolheu, mas do qual parece não conseguir libertar-se. O Norte sinónimo de riqueza e o Sul dos pobres são o rosto, porventura simplificado, do mundo nos dias que correm⁷⁴. No entanto, esta situação não é exactamente nova, “Desde muito antes do final da Guerra Fria que se ouviam declarações vindas do Terceiro Mundo acerca de que o debate Norte-Sul, que se centrava nas desigualdades estruturais da economia internacional, havia suplantado a competição Leste-Oeste e as suas preocupações políticas, ideológicas e militares.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR, 2003: 591). Recuperando sucintamente alguns marcos facilitadores do enquadramento desta problemática, Adriano Moreira (2002: 436) salienta que “A necessidade de uma nova ordem económica internacional foi em primeiro lugar exigida pelo Terceiro Mundo, a partir, historicamente, da conferência de Bandung de 1955. A

⁷⁴ Não obstante a totalidade da literatura que se debruça sobre as desigualdades entre países à escala global relatar a dicotomia Norte-Sul, importa referir que existe igualmente a noção generalizada que tem tradução na ideia de que “É uma simplificação grosseira identificar os países industrializados do Norte com «os ricos» e os países menos desenvolvidos do Sul com «os pobres».” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR, 2003: 591). No entanto, salvaguardada esta reserva, “não podemos negar que o grosso da humanidade vivendo nos mais de 100 países (fora da América do Norte, Europa Ocidental, Central e de Leste, Japão, OPEP e NPI), e especialmente nos 40 países com os rendimentos *per capita* mais baixos, se encontra em condições substancialmente piores em termos materiais (apesar disto poder não ser verdade em termos culturais, psicológicos ou espirituais) do que as pessoas que vivem nos 40 países mais ricos.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR, 2003: 592).

ONU criou a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) (...) Em 1967, o então *Grupo dos 77* adoptou em Argel uma *Carta* que era o manifesto reivindicativo contra os países desenvolvidos. O movimento acabou por levar a Assembleia Geral da ONU a aprovar em 1974, uma Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados.* (...) No mesmo ano e pela segunda vez, a ONU aprovava os princípios gerais de uma “nova ordem económica internacional”, completada, em 1975, por uma resolução sobre o “desenvolvimento e cooperação económica internacional.” Tratava-se, por então, de um programa de acção que, se desenvolvido, implicaria uma intervenção da comunidade internacional no sentido de que os países em vias de desenvolvimento reconquistassem a *independência económica real* em face do que chamam as imposições do neocolonialismo.” O objectivo perseguido por esta gradual sucessão de *conquistas* no plano do reconhecimento internacional tem a ver com necessidade de redução das desigualdades e da não aceitação da coacção económica dos países ricos sobre os países pobres. Com estes passos procurava-se estabelecer “uma política de *igualdade preferencial*, de desenvolver uma relação de *direito de ajuda* e de *obrigação de assistência*” (MOREIRA, 2002: 436).

Foi pois com normalidade, dados os posicionamentos relativos de cada uma das partes, que se assistiu ao questionar das premissas da ordem internacional em vigor uma vez que a mesma não era portadora de qualquer espécie de equidade. A persuasão junto dos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, para a cooperação com base em benefícios recíprocos, designadamente, a arma que constitui o preço do petróleo, foi um dos métodos utilizados por forma a conseguir alterações no padrão de distribuição dos rendimentos que, pretensiosamente, se traduzissem em menos para os países ricos e mais para os países pobres⁷⁵.

* In *Legado Político do Ocidente*, cit., p. 289.

⁷⁵ Este contraponto Norte-Sul, ou ricos e pobres, referenciado como *sociedades opulentas* e *sociedades pobres*, “De acordo com a orientação de Rostow, Eugene R. Black, John K. Galbraith, Raul Presbisch, Teodoro Moscoso, Milton, E. Eisenhower, Dean Rusk, e utilizando a terminologia que Galbraith tornou corrente, o mundo pode ser dividido em dois grupos fundamentais de países: as *sociedades opulentas*, que compreendem todos os países da América do Norte e da Europa Ocidental, com economia de direcção descentralizada e com alto consumo popular; as *sociedades pobres*, que compreendem a generalidade dos países da Ásia, com excepções como os chamados Tigres, o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia, os países da África salvo parte da África Austral, e a maior parte dos

A questão por detrás do pano, e que alguns autores de renome no âmbito das relações internacionais colocam, é se efectivamente existe, ou não, uma responsabilidade por parte do Primeiro Mundo em relação à pobreza do Terceiro Mundo. As respostas aventadas referem que a História não deixará morrer a exploração que durante séculos existiu pelo Norte em relação ao Sul. Todavia, também houve consequências positivas nesse imperialismo. Ninguém nega que “as novas sociedades sejam superiores às que foram destruídas pelo imperialismo.” (Brown, 1992 *apud* DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR; DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR, 2003: 593). Ultrapassadas as diversas considerações há, ainda assim, um ponto de convergência que se consubstancia na ideia de que os países ricos devem tomar medidas que aliviem a assimetria existente⁷⁶, pois ela é efectiva e teima em enegrecer o quadro global das relações internacionais. Para Boaventura Sousa Santos (1994: 247) a questão era há muito previsível, pois “O problema fundamental do espaço-tempo mundial é a crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial. Este problema comporta uma grande pluralidade de vectores.” Acrescenta o reputado sociólogo: “Salientarei apenas três deles: a explosão demográfica, a globalização da economia e a degradação ambiental.” (SANTOS, 1994: 247). Em relação ao crescimento populacional lembra que “A diferença entre o tempo de Malthus e o nosso reside em que no século XVIII e XIX a explosão demográfica e a explosão tecnológica tiveram lugar na mesma região do sistema mundial, enquanto hoje a primeira ocorre no Sul e a segunda ocorre no Norte. Aliás, a disparidade entre o Norte e o Sul é tão grande que, enquanto o Sul se debate com o problema da explosão demográfica, o Norte começa a preocupar-se com o crescimento negativo da população e com o envelhecimento desta.” (SANTOS, 1994: 248 e 249). Esta discrepância não apenas pontual, mas de

países sul-americanos, onde as características são as opostas das sociedades anteriores.” (MOREIRA, 2002: 95 e 96).

⁷⁶ No entanto a efectivação dessas ajuda depara-se com dois aspectos problemáticos, o primeiro deriva da impopularidade que as democracias parlamentares encontram nos seus contribuintes que, independentemente da sua generosidade intrínseca, não vêem com bons olhos o repetido esforço que por detrás da elevação moral arrasta o esforço material. O segundo aspecto prende-se com a ausência de uma ordem internacional com força de legitimidade geradora da obrigação de auxílio: “não há autoridade pública mundial que aplique essa obrigação e que a transforme em política de taxaço para redistribuir pelo Sul alguma da riqueza do Norte.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR, 2003: 594).

tendência, está hoje em dia na génese de um dos maiores flagelos da actualidade, a imigração. “*La presión de la inmigración en estos países ricos se considera económicamente incómoda (sobre todo para las políticas de empleo) dentro de las fronteras del “Norte”, y políticamente desestabilizadoras (a la hora de proporcionar un punto aglutinador a los partidos extremistas).*”⁷⁷ (SEN, 1996: 57). Além disso, a rotina de exposição de imagens diárias sobre os problemas do Sul, permite dar a conhecer ao Norte o enorme fosso que separa as partes e as condições infra humanas em que vive a maioria da população mundial. “*En el Norte una opinión “internacionalista” y “humanitaria” que va ganando adeptos culpa de esta difícil situación a la desigualdad internacional, que proporciona a la gente del Sur los incentivos necesarios para emigrar hacia el Norte. El problema de la inmigración queda convertido así en una razón más para llevar a cabo acciones que reduzcan la desigualdad internacional.*”⁷⁸ (SEN, 1996: 57).

Outro dos aspectos que, como já vimos, está implicado na polarização planetária é a globalização da economia. Entre as várias considerações que sobre a globalização económica se encontram *espalhadas* ao longo deste trabalho há um vector que reputamos de ajustado enquadrar neste ponto. Trata-se das empresas multinacionais. Apesar de a sua raiz ser temporalmente longínqua, o seu papel, enquanto intervenientes destacados, data do pós Segunda Guerra Mundial. “Começaram a emergir nos finais dos anos 1960 quando os produtores americanos reponderam à formação da Comunidade Económica Europeia (...) que estava a reduzir as barreiras comerciais internas, enquanto acordava uma pauta aduaneira externa comum. A estratégia multinacional foi uma forma de «passar por cima» da muralha proteccionista da Europa. As companhias petrolíferas no Médio Oriente, a par das empresas europeias e, em menor número, das japonesas e de outras nações, seguiram o exemplo americano de investir em actividades no estrangeiro.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR, 2003: 593). Não nos interessa particularmente, para o caso, entrar na discussão de tentar saber se as

⁷⁷ A pressão da imigração nos países ricos é economicamente incómoda (sobretudo para as políticas de emprego) dentro das fronteiras do “Norte” e politicamente destabilizadora (ao ponto de proporcionar um suposto motivo de aglutinação para os partidos extremistas).

⁷⁸ No Norte uma opinião “internacionalista” e “humanitária” que vai ganhando adeptos culpa desta difícil situação a desigualdade internacional que proporciona às gentes do Sul os incentivos necessários para emigrar para o Norte. O problema da imigração vê-se assim convertido numa razão mais para levar a cabo acções que reduzam a desigualdade internacional.

multinacionais são prejudiciais ou benéficas para os países hospedeiros e para os países investidores. Referiremos apenas que elas estão no âmago da “lógica da luta pela posição na balança internacional de poderes, que subordina a política económica a uma lógica subordinada àquela. Assim como a luta puramente política conduziu às instituições internacionais e à transnacionalização de processos, assim também a área das relações económicas deu origem a um conjunto de instituições governamentais internacionais.” (MOREIRA, 2002: 419). O caso das empresas multinacionais é porventura o cenário mais adequado onde pode ler-se um dos traços marcantes do fenómeno global: “a globalização deu uma proeminência sem precedentes a sujeitos económicos poderosíssimos que não se sentem devedores de lealdade ou de responsabilidade para com nenhum país, região ou localidade do sistema mundial.” (SANTOS, 1994: 258). Explica-se assim que exista em paralelo um processo de astenia crescente do poder político estatal. Este remete-nos para um outro aspecto determinante na polarização Norte-Sul. É a “erosão da eficácia do Estado na gestão macro-económica.” (SANTOS, 1994: 251). É que no contexto de um mercado global, dá-lhe a mão a figura das soberanias em crise. O que não é de espantar pois nesta configuração “os Estados apenas gerem individualmente parcelas do todo” (MOREIRA, 2002: 440). Norte e Sul vivem neste domínio problemas semelhantes mas com origens de certo modo distintas, “No Norte, o Estado está paralisado pelo jogo da mediocracia, que o leva a abandonar a sua função de antecipação e domínio do tempo, e a entregar-se a uma tecnocracia politicamente irresponsável. No Sul, está debilitado pelos choques sucessivos da História, ou por uma falta de legitimidade que o crispa no autoritarismo. Nos dois casos, a margem de manobra é reduzida pelo económico que se impõe, decerto, como uma restrição evidente – não se pode repartir mais do que aquilo que se produz -, mas cujo primado acaba por ter efeitos contraproducentes.” (ENGELHARD, 1998: 351). Também neste particular, o autor central do nosso estudo, tem uma perspectiva contundente ao considerar que “avec la mondialisation de l'économie, la concurrence de la misère du Sud se retourne contre le Nord et est en train de le détruire à son tour.”⁷⁹ (LATOUCHE, 2005: 99). Todos estes aspectos devidamente reflectidos são um precioso contributo para a compreensão do afastamento entre o Norte e o Sul ao longo das últimas décadas.

O problema da degradação ambiental é outro aspecto que deve ser ponderado na dinâmica Norte-Sul. De todos, talvez seja o que, pelas suas características, melhor

⁷⁹ Com a mundialização da economia, a concorrência da miséria do Sul vira-se contra o Norte e vai destruindo tudo em volta.

se define como transnacional e que “consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional.” (SANTOS, 1994: 256). Com diferentes níveis de poluição derivada de diferentes capacidades productivas Norte e Sul, como lembra Amartya Sen (1996: 61) “*A pesar del aumento de actividades contaminantes en el Sur, el Norte daña más a la atmósfera común en un solo día que el Sur lo hace – o puede hacer – en una semana.*”⁸⁰, estão todavia irremediavelmente votados ao mesmo perigo. Ainda que temporariamente os efeitos possam ser distintos nas várias regiões do globo, a breve trecho os efeitos serão gerais pelo que “Para além de muitas outras razões, e por absurdo que pareça, depois do colapso do comunismo, a capacidade de poluição é talvez a única ameaça credível com que os países do Sul podem confrontar os países do Norte e extrair deles algumas concessões.” (SANTOS, 1994: 256).

Analisadas estas três áreas – população, globalização e a ambiente – “o espaço-tempo mundial parece defrontar-se com uma situação dilemática a vários níveis. Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar continuarão confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto os seus custos se distribuirão por uma maioria sempre crescente.” (SANTOS, 1994: 258). A ambivalência que estamos a examinar não é nova. Tem também como vimos, por pressões sobretudo, entrado nas preocupações e na agenda dos organismos internacionais. Como consequência têm sido atribuídas pelos países ricos ajudas ao desenvolvimento dos países do Sul. Essas ajudas são criticadas, por Serge Latouche, por obedecerem à lógica desenvolvimentista ocidental. No entanto, e se possível for atribuir palavras de ordem crítica, de acordo com a geografia, dir-se-á que “*Dans les pays industrialisés, l’aide publique au développement (APD) était accusée d’inefficacité.*”⁸¹ (CORDELLIER e DIDOT, 2005: 35), por outro lado, “*De plus, nombreux étaient ceux, au Sud que restaient convaincus que l’aide ne faisait que masquer les intérêts égoïstes du Nord.*”⁸² (CORDELLIER e

⁸⁰ Apesar do aumento de actividades contaminantes no Sul, o Norte inflige mais estragos à atmosfera comum num só dia do que o Sul o faz – ou pode fazer – numa semana.

⁸¹ Nos países industrializados a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) foi acusada de ineficácia.

⁸² Além disso, são numerosos os que no Sul continuam convencidos de que aquela ajuda não fez mais do que mascarar, os interesses egoístas do Norte.

DIDIOT, 2005: 35). Não que estas perspectivas sejam obrigatoriamente antagónicas mas revelam, no entanto, ângulos de apreciação substancialmente diferentes. Depois da década de 1990 multiplicaram-se as intenções a favor de uma revisão da APD que culminou com a Declaração do Milénio⁸³, adoptada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas. Desde então “*De nouvelles propositions ont surgi, visant à doubler l’aide au développement*”⁸⁴ (CORDELLIER e DIDIOT, 2005: 35). As organizações internacionais encetam, deste modo, uma nova orientação fundada na luta contra a pobreza. Mas, e os países receptores destas ajudas, estarão eles em condições de as absorver sem que o desperdício seja significativo? Terão eles estruturas capazes de planear aquilo que a ditadura normativa do Norte lhes impõe sob a batuta da ajuda selectiva⁸⁵? Ora, esta abordagem é no mínimo bastante questionável na medida em que deixa perceber numa leitura absolutamente pragmática que, se não existe internacionalmente uma legitimidade efectiva para que uma organização defina os objectivos políticos e de governação de Estados soberanos, é igualmente certo que quem determina a ajuda acaba por ter o poder efectivo. Reconhece-se, ainda assim, que associada a essa capacidade (e não legitimidade) de determinar restrições podem em certos casos existir aspectos positivos, tais como, o respeito pelos direitos humanos ou o aumento da transparência na gestão de fundos públicos. No

⁸³ “A Declaração do Milénio, veio lançar um processo decisivo da cooperação global no século XXI. Nela foi dado um enorme impulso às questões do Desenvolvimento com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio e com a aprovação dos denominados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio pela comunidade internacional a serem atingidos num prazo de 25 anos, nomeadamente: 1. *Erradicar a pobreza extrema e a fome*; 2. *Alcançar a educação primária universal*; 3. *Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres*; 4. *Reduzir a mortalidade infantil*; 5. *Melhorar a saúde materna*; 6. *Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças*; 7. *Assegurar a sustentabilidade ambiental*; 8. *Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento*. Foram ainda aí estabelecidas metas quantitativas para a maioria dos objectivos com vista a possibilitar a medição e acompanhamento dos progressos efectuados na sua concretização, ao nível global e nacional.” INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, 2004: p. 7. *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Relatório de Portugal*, Lisboa: MNE.

⁸⁴ Surgiram novas propostas com o objectivo de duplicar a ajuda ao desenvolvimento.

⁸⁵ De acordo com os estabelecido a selectividade implica que “*l’aide devrait être réservée aux pays bien gérés, les autres ne recevant que des conseils pour améliorer politiques et institutions*” (CORDELLIER e DIDIOT, 2005: 39).

entanto, “*L’approche «sélective» replace le débat sur la finalité de l’aide. Si celle-ci matérialise une solidarité au niveau international, la question de l’efficacité n’est pas pertinente en tant que critère d’allocation. Au contraire, les payes les plus pauvres, dont les habitants auraient les plus besoins d’être aidés, sont souvent parmi les plus mal gérés et disposent des institutions les plus faibles.*”⁸⁶ (CORDELLIER e DIDIOT, 2005: 39 e 40). Assim, toda esta fundamentação de selectividade corre o risco de ser contraditória com os próprios objectivos que lhe estão subjacentes. Há pois que reconhecer que “Enquanto os pobres – maioritários – não forem capazes de utilizar os impulsos da democracia para obter uma política e uma economia que lhes sejam mais favoráveis, esta nunca deixará de ser uma roupagem institucional superficial.” (ENGELHARD, 1999: 19).

Como verificámos, existe hoje uma mundialização dos valores ocidentais assente na técnica, na ciência e na economia. No campo das relações internacionais, assistiu-se nas últimas duas décadas a um intricar das interdependências entre os países do sistema mundo, “A lei da complexidade crescente teve aqui reflexos da maior importância. Eugene R. Black escreveu o seguinte: “Diz-se que a ciência e a técnica reduziram o tamanho do mundo, e é verdade que isso aconteceu. Mas também aumentaram todos os problemas muito além da sua proporção em referência ao passado. A ciência e a técnica forçaram as sociedades da espécie humana a uma intimidade nunca antes verificada na história. Ao mesmo tempo, como opinou Lord Russell, o primeiro e principal efeito da ciência e da técnica foi infundir na Humanidade um grande aumento do sentido do poder humano, poder do homem sobre a Natureza e sobre os seus congéneres. Esta combinação do aumento da intimidade e o sentido, enormemente incrementado, do poder humano, veio acrescentar a Babel de diferenças entre as sociedades humanas, e de tal modo que o grau de perigo e descontentamento que hoje compartilhamos é único em toda a história moderna⁸⁷”. (...) Este perigo do descontentamento, para além dos problemas derivados apenas da concorrência de poderes políticos no mundo, veio salientar que, ao lado da importância das metas do próprio

⁸⁶ A abordagem "selectiva" substitui o debate sobre a finalidade da ajuda. Se esta materializa uma solidariedade ao nível internacional então a questão da eficiência não é aplicável como critério de concessão. Pelo contrário, os países mais pobres cujos habitantes terão maior necessidade de serem ajudados são frequentemente os mais mal geridos e os que dispõem de instituições mais fracas.

⁸⁷ Eugene R. Black, *The diplomacy of economic development*, Harvard University Press, 1961. Há tradução brasileira, sob o título *A política do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro, 1962.

desenvolvimento, que foi expresso na fórmula *revolução das esperanças crescentes*, avulta a importância dos métodos pelos quais se procura conseguir desencadear esse desenvolvimento. Os Estados proeminentes nos dois pólos que dominaram por meio século a divisão de forças no mundo, EUA e URSS, ofereceram modelos diferentes a essa revolução e lutaram por uma hegemonia que, nos casos extremos, revestiu respectivamente os aspectos do *neocolonialismo* e da *satelização*.” (MOREIRA, 2002: 96). Ainda assim, após o final da Guerra Fria o cenário internacional não foi, como se poderia esperar, tocado pela moderação e equilíbrio com reforço das tensões democráticas. Como recorda Boaventura Sousa Santos (1994: 259) “Paradoxalmente, o colapso do «grande inimigo» da democracia ocidental, o comunismo, traduz-se não em maior mas antes em menor poder democrático internacional por parte dos países periféricos e semiperiféricos. As próprias Nações Unidas, que foram durante décadas uma das plataformas de concorrência entre as duas superpotências e com isso granjearam um certo poder de arbitragem e uma cultura de imparcialidade, estão hoje crescentemente prisioneiras dos interesses geo-estratégicos dos Estados Unidos da América, (sem, no entanto, serem capazes de os servir de acordo com as «expectativas» norte-americanas).”.

“Duas coisas enchem o ânimo de admiração e veneração sempre novas e crescentes, quanto mais frequentemente e com maior assiduidade delas se ocupa a reflexão: O céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim.” (KANT, 1994: 183).

4. O jogo das vítimas

A expressão “jogo das vítimas” pretende transmitir a forma ligeira como, no contexto massificado da sociedade moderna, o sofrimento, alheio entenda-se, é apresentado. O sofrimento parece ter perdido o seu conteúdo concreto de um mal que aflige. Talvez porque se vulgarizou, é-nos apresentado numa dimensão estatística, numérica, sociológica, desprovido de tensão humana.

Quando pela tendência global os territórios se unem e as fronteiras desaparecem em nome de uma ordem apregoada como boa, não deveria haver espaço para a exclusão. No entanto o que nos dizem sucessivos relatórios de instituições internacionais é precisamente o contrário. A actual ordem mundial contempla os excessos e as assimetrias cardeais. As condições materiais continuam a definir a realidade social e a condicionar a esperança e a falta dela. O presente estado de coisas não deixa grandes expectativas para a sua melhoria futura. O modelo de desenvolvimento ocidental muito racional e pouco razoável, como veremos, não apenas vende ilusões a quem deseja partir para o Norte, mas sobretudo inflige desilusões a quem não pode abandonar o Sul. O desenvolvimento continua assim a desencadear uma enorme transformação material assimétrica.

Tivéramos nós o talento satírico do escritor irlandês de Jonathan Swift⁸⁸ e ver-nos-íamos obrigados a deixar indispostos os que forjam os terrenos do imaginário e do

⁸⁸ Recuperemos um excerto do panfleto satírico de Jonathan Swift, escrito em 1729, "Modesta proposta sobre as crianças pobres da Irlanda": "É uma tristeza para aquele que atravessa esta vila ou viaja pelos campos ver as ruas, as estradas e as soleiras dos casebres peçadas de mendigas, seguidas por três ou quatro crianças, todas andrajosas, importunando com as mãos estendidas aquele que passa. Estas mães, em vez de trabalhar para ganhar honestamente a vida, são forçadas a passar o tempo a calcorrear a calçada, a mendigar a pitação para as suas crias indefesas que, quando crescerem, tornar-se-ão ladrões à falta de arranjar trabalho(...) Penso que todos reconhecem que este fenomenal número de crianças penduradas nos braços, nas costas ou nos calcanhares da mãe, e muitas vezes do pai, constitui, no deplorável estado actual do reino, um muito grande encargo suplementar; por conseguinte, aquele que encontrasse uma forma equitativa, simples e pouco onerosa de pôr estas crianças a participar na riqueza comum mereceria de tal forma o apreço comum que lhe ergueriam, no mínimo, uma estátua, enquanto benfeitor da nação(...) Pela minha parte, dediquei-me vários anos a reflectir sobre este assunto capital, a examinar atentamente os diferentes projectos dos outros pensadores, onde sempre encontrei erros

simbólico pondo-os “não só ao serviço do poder, mas incluindo-os efectivamente no seu próprio funcionamento.” (HARDT e NEGRI, 2004: 51).

Veremos seguidamente como a ocidentalização do mundo e a racionalidade levada ao seu extremo contribuíram e contribuem, de acordo com Serge Latouche, para vincar o actual paradigma.

a) A ocidentalização do mundo

Previamente a aprofundar um conjunto de aspectos intrínsecos a um determinado conceito há que, em primeiro lugar, identificar quais as características que o definem, de onde surgiu, como evoluiu, quais as suas implicações nas relações internacionais e quais as suas limitações. Importa pois tentar perceber o que é o Ocidente enquanto modo de vida assente numa certa cultura que tomou força de civilização. O Ocidente apresenta-se como um corpo, com valores e instituições, que ultrapassa as suas divisões políticas e territoriais. Temos assim que “a civilização ocidental pode definir-se numa primeira abordagem, pelo Estado de direito, a democracia, as liberdades intelectuais, a racionalidade crítica, a ciência e uma economia de liberdade fundada na propriedade privada” (NEMO, 2005: 11).

Toda a sua arquitectura é fruto de uma paulatina construção histórica. Não obstante a complexa morfogénese cultural, a sua estruturação baseia-se em cinco

de cálculo grosseiros.(...) Como elevar e assegurar o futuro destas multidões, tal é, portanto, a questão, uma vez que, como já disse, perante o actual estado de coisas, todos os métodos propostos até hoje revelaram-se totalmente impossíveis de aplicar, pelo facto de não se poder arranjar emprego para esta gente nem no artesanato, nem na agricultura; de não construirmos novos edifícios (pelo menos nas aldeias), tal como também não cultivamos a terra(...) Venho, portanto, expor humildemente as minhas próprias ideias, que, espero, não levantarão a mínima objecção. Um americano muito sabedor que conheci em Londres garantiu-me que uma criança de boa saúde e bem alimentada constitui, com um ano de idade, uma deliciosa iguaria, nutritiva e sã, seja ela estufada, cozida, assada no espeto ou no forno, e tenho todas as razões para acreditar que também ficará boa em fricassé ou guisada. (...) Reconheço que este alimento ficará algo oneroso, pelo que convirá perfeitamente aos proprietários de terra que, tendo já sugado a medula dos pais, parecem ser os melhor qualificados para comer a carne dos filhos.(...)” (SWIFT, 2000: 23). Conviveria hoje a opinião pública com indiferença a este texto? Concerteza que não. Então porque nos esquecemos que continuam a existir *outras Irlandas* carentes de uma ordem internacional mais justa?

acontecimentos, como lembra Philippe Nemo (2005: 11 e 12) “1) A invenção da Cidade, da liberdade graças ao primado da lei, da ciência e da escola pelos Gregos; 2) a invenção do direito, da propriedade privada, da “pessoa” e do humanismo por Roma; 3) a revolução ética e escatológica da Bíblia: a caridade que ultrapassa a justiça e a instauração de um tempo linear, o tempo da História e da escatologia; 4) a “Revolução Papal” dos séculos XI a XIII, que escolheu utilizar a razão nas duas formas da ciência grega e do direito romano, para integrar a ética e a escatologia bíblicas na história, realizando-se assim a primeira verdadeira síntese entre “Atenas”, “Roma” e “Jerusalém”; 5) a promoção da democracia liberal, realizada pelo que se convencionou chamar as grandes revoluções democráticas (na Holanda, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em França e, depois, sob uma forma ou outra, em todos os outros países da Europa Ocidental). Sendo o pluralismo mais eficiente, nos três domínios da ciência, da política e da economia, do que qualquer ordem natural ou artificial, este último acontecimento deu ao Ocidente uma capacidade de desenvolvimento sem precedentes, que lhe permitiu gerar a modernidade.”

Daqui se retira que existe uma continuidade no tempo histórico-cultural do Ocidente que lhe proporcionou constituir-se e consolidar-se como o modelo contemporâneo de referência. Este Ocidente ideológico e civilizacional designa neste trabalho a argamassa cultural que é comum à Europa Ocidental e à América do Norte. “As sociedades que passaram por estes cinco acontecimentos são a Europa Ocidental e a América do Norte. (...) A Europa Ocidental é constituída pelos países católicos e protestantes, ou seja, pelos países que conheceram o quarto acontecimento e que, para além disso, evoluíram no sentido de criar instituições democráticas e liberais: a anterior Europa dos Quinze, excepto a Grécia (em certos aspectos), e ainda a Suíça, a Noruega e a Islândia. Os Estados Unidos e o Canadá foram criados pela Inglaterra e a França na própria época em que decorria o quinto acontecimento e foram povoados por inúmeros outros europeus: alemães, irlandeses, italianos, polacos, etc. (...) Por isso, culturalmente, os Estados Unidos não diferem em nada de essencial em relação ao Canadá moderno, nem ambos em relação aos países da Europa Ocidental. Todas estas sociedades são profundamente ocidentais. É necessário acrescentar a este conjunto os territórios directamente administrados pelos países que acabámos de referir: os departamentos franceses do Ultramar – as Antilhas, a Guiana, Reunião, etc. -, as ilhas espanholas e portuguesas – as Canárias, os Açores, etc. – a Gronelândia, o Havai, etc. -, bem como os países independentes saídos directamente de países ocidentais, ainda que

situados fora da Europa ou da América, como a Austrália e a Nova Zelândia” (NEMO, 2005: 140 e 141). De referir que o autor deixa *um ponto de interrogação* para a África do Sul.

É entendimento que em todas as referidas sociedades, os traços comuns prevalecem sobre as diversidades regionais que certamente existem.

O sonho do Ocidente será o de uma *civilização universal*⁸⁹, na qual a humanidade convergirá para a aceitação de valores e instituições comuns, os do próprio Ocidente, claro. Temos que “os seres humanos, em praticamente todas as sociedades, partilham certos valores básicos, como o homicídio ser um mal, e certas instituições básicas, como algumas formas de família. A maior parte dos povos, na maioria das sociedades, têm um «sentido moral» semelhante, uma «fina» moralidade mínima com conceitos básicos sobre o que é certo ou errado⁹⁰. Se é isto o que significa civilização universal, é profundo e extremamente importante, mas não é novo nem relevante” (HUNTINGTON, 2001: 63). Como percebemos pela abordagem dominante apresentada neste trabalho, há uma tendência para a difusão e homogeneização do modo de vida ocidental. Mas com ela coexiste, nas palavras de Eduardo Lourenço (2005: 35), “um Ocidente que se acusa, delira ou se dilacera, levando ao fim a sua pulsão crítica (gémea da pulsão da morte), fundamento da paradoxal hegemonia da nossa «civilização»”.

Voltemos, no entanto, à questão da civilização universal para dizermos que tal não é absolutamente consensual (ainda que diversos autores dêem como certo que esta esteja a impor-se como modelo através da via da expansão económica e dos padrões de consumo), assim “O argumento de que a difusão *pop* e de bens de consumo representa o triunfo da civilização ocidental trivializa a cultura ocidental. A essência da civilização ocidental é a *magna carta*, e não o *magna mac*. O facto de não ocidentais poderem trincar este último não implica que aceitem a primeira” (HUNTINGTON, 2001: 65 e 66).

⁸⁹ Expressão atribuída a V.S. Naipaul *apud* HUNTINGTON; HUNTINGTON: 2001, 63.

⁹⁰ V. James Q. Wilson, *The Moral Sense*, Nova Iorque. Free Press, 1993, Michael Walzer, *Thick and Thin: Moral Argument at Home and Abroad*, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1994, esp. caps. 1 e 4, e, para uma resenha breve, Frances V. Harbour, «Basic moral values: a shared core», in *Ethics and International Affairs*, 9, 1995, 155-170.

Feita esta abordagem, com carácter introdutório, retomemos o que pensamos ser o cerne da questão em estudo e debruçemo-nos sobre a dinâmica que se verifica estar em curso.

Como uma mancha que tudo tinge, o Ocidente⁹¹ produziu, reproduziu, exportou e alastrou aos quatro cantos do mundo os seus ideais e valores.

A ocidentalização do mundo assumiu verdadeiros contornos de colonização ou, melhor dizendo, de uma completa dominação assente na ciência, na técnica e na economia, por seu turno, ancoradas no paradigma desenvolvimentista.

Afrontando o desenvolvimento, ao considerá-lo responsável pelo subdesenvolvimento, Serge Latouche estabelece, como veremos, uma estreita ligação entre este e a ocidentalização. Considera no prefácio à edição de 2005 da sua obra “L’occidentalisation du monde”⁹², que “l’universalisme des Lumières n’est que le particularisme de la «tribu occidentale»”⁹³ (LATOUCHE, 1989: 16).

Se é um facto que a antiga ordem ocidental teve um desenho essencialmente colonial, sob forma política, a nova ordem assenta num quadro económico. É reconhecido que “o progresso técnico-científico, contrariamente à previsão das “grandes narrativas”, como foram chamadas as filosofias da história oitocentistas, não contribuiu para o aperfeiçoamento moral do homem, mas apenas – e apenas para uma parte da humanidade – para o seu melhoramento material, aliás, lhe proporcionou instrumentos para exercer com maior eficácia a sua vontade de potência.” (BOBBIO, 2000: 667). Na prática, o direito dos países mais fortes a dominar politicamente o mundo colide com o direito de igualdade dos povos que está na base das soberanias nacionais e que uma vez subtraído não será possível gerar uma autêntica ordem internacional.

A prevalência deste modo de vida repousa nas potências simbólicas, pelo que a dominação abstracta é mais insidiosa mas menos contestável. As novas formas de domínio são a ciência, a técnica, a economia e “l’imaginaire sur lequel elles reposent: les valeurs du progrès.”⁹⁴ (LATOUCHE, 1989: 41).

⁹¹ Sobre o Ocidente, ver p.e. NEMO, Philippe, 2005 *O que é o Ocidente*, Lisboa: Edições 70; e BURUMA Ian e MARGALIT Avishai, 2004 *Occidentalism*, London: Atlantic Books.

⁹² A ocidentalização do mundo

⁹³ O universalismo das luzes não é mais do que o particularismo da «tribo ocidental».

⁹⁴ O imaginário sobre o qual assentam: os valores do progresso.

A técnica é uma via persuasiva de colonização. A técnica transformou-se num *objecto* de fé universal, “*la conséquence concrète et la présence visible de la nouvelle divinité : la science.*”⁹⁵ (LATOUCHE, 1989: 43). O imperialismo introduziu assim *novos deuses*.

Todos os povos foram tocados pelo funcionamento do mercado mundial e participam na divisão internacional do trabalho. Ao integrar as diversas partes do mundo no mercado mundial, o Ocidente, não apenas modificou os modos de produção desses povos, como destruiu o sentido desses sistemas sociais. A economia criou um campo autónomo da vida social e transformou-se num fim em si mesma. As antigas formas de ser mais foram substituídas pelo *objectivo* ocidental de ter mais. Assim se universalizou a ambição pelo desenvolvimento. O desenvolvimento é a aspiração ao modelo de consumo ocidental. O meio privilegiado de realizar esta aspiração é a técnica.

Para o autor Serge Latouche, a mundialização económica que resulta da hegemonia da política americana mais não é que o nome recente do desenvolvimento económico lançado pelo presidente americano Harry Truman em 1949, para que os EUA pudessem apossar-se dos mercados das ex-colónias europeias e evitar assim que estas caíssem na esfera da União Soviética. No entanto, o autor considera que no que toca propriamente à *ocidentalização* do mundo, o seu nome mais antigo deverá ser a colonização e o velho imperialismo, “*Si le développement, en effet, n’a été que la poursuite de la colonisation par d’autres moyens, la nouvelle mondialisation, à son tour, n’est que la poursuite du développement avec d’autres moyens. Mondialisation et américanisation sont des phénomènes intimement liés à un processus plus ancien et plus complexe : l’occidentalisation.*”⁹⁶ (LATOUCHE, 1989: 10). O Ocidente é uma máquina viva, meio mecanismo, meio organismo, cuja engrenagem é formada pelos homens que a alimentam e lhe dão força. Em suma, o Ocidente é a megamáquina. Aliás, para o autor da *ocidentalização do mundo*, os dois aspectos definidores do Ocidente são precisamente a sua ideologia e o seu carácter de megamáquina tecno-económica.

⁹⁵ A consequência concreta e a presença visível da nova divindade: a ciência.

⁹⁶ Se o desenvolvimento, com efeito, não é mais do que o prosseguimento da colonização por outros meios, a nova mundialização, por seu turno, não é mais do que o prosseguimento do desenvolvimento com outros meios. Internacionalização e Americanização são fenómenos intimamente ligados a um processo mais velho e mais complexo: a *ocidentalização*.

O Ocidente é na actualidade uma noção menos geográfica e mais ideológica. *“Irréductible à un territoire, l’Occident n’est pas seulement une entité religieuse, éthique ou même économique. L’Occident comme unité synthétique de ces différentes manifestations est une entité «culturelle», un phénomène de civilisation. (...) Inséparable de sa souche géographique originelle, son extension et ses dérivés tendent à le réduire à un imaginaire. (...) Il s’est identifié presque totalement au «paradigme» déterritorialisé qu’il a fait naître”*⁹⁷ (LATOUCHE, 1989: 11 e 12).

As principais características deste imaginário passam pela crença inabalável na escalada do cosmos e da cultura num tempo histórico cumulativo e linear, na missão de domínio total do Homem sobre a natureza e no acreditar que é através da racionalidade e do cálculo que essa acção se organizará. Este é o programa da modernidade. No fim desse caminho está a economicização da vida como consequência da ideologia e da cultura ocidentais. Mas o modo de vida ocidental assente no desenvolvimento económico implica também o subdesenvolvimento. É um processo destrutivo que, alimentado pela dinâmica da economia de mercado, provoca uma desaculturação à escala planetária que desfaz o vínculo social e incita um ressentimento crescente. A ocidentalização propaga um etnocentrismo do Norte tão universalista como devastador que consiste, como já vimos, na neutralização de todas as diferenças culturais ao assumir o pressuposto de que estas se opõem ao progresso. Esquece porém, de acordo com Manuel Branco, que “muitos dos aspectos ditos culturais que bloqueiam o desenvolvimento não resultam tanto de um suposto fundo cultural herdado como de intervenções externas frequentemente, senão sempre, dirigidas com o intuito de impor um domínio político e económico estrangeiro.”⁹⁸ (CUNHA, 2005: 151). Em suma pode referir-se que *“l’économie est en passe de phagocyter en Occident tous les aspects de la vie”*⁹⁹ (LATOUCHE, 1989: 15). Também Hanna Arendt (2006: 217) reflectiu a este

⁹⁷ Irredutível a um território, o Ocidente não é somente uma entidade religiosa, ética ou até mesmo económica. O Ocidente como unidade sintética destas diferentes manifestações é uma entidade "cultural", um fenómeno de civilização. (...) Inseparável da sua geografia original, a sua extensão e as suas derivações têm a tendência para o reduzir a um imaginário. (...) Ele é quase totalmente identificado com o "paradigma" desterritorializado que fez nascer.

⁹⁸ Para aprofundar esta visão ver Branco, M.C. (2005). Quanto valem os valores: discurso sobre o determinismo cultural do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Em: S. Cunha (ed.), *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*. Instituto Superior Económico e Social. Évora.

⁹⁹ A economia está em vias fagocitar* no Ocidente todos os aspectos de vida.

propósito: “A cultura de massas aparece quando a sociedade de massas se apropria dos objectos culturais, e o seu perigo está em que o processo vital da sociedade (que, como todos os processos biológicos, atrai insaciavelmente tudo o que pode para o ciclo do seu metabolismo) irá literalmente consumir os objectos culturais, irá devorá-los e destruí-los.” Sendo a cultura semelhante à ténue epiderme, camada embora fina mas imprescindível à vida (FAROUKI, 2005), é essencial a compreensão do valor da diversidade nas identidades culturais. “*L’identité culturelle est une aspiration légitime, mais coupée de la nécessaire prise de conscience de la situation historique, elle est dangereuse. Ce n’est pas un concept instrumentalisable. D’abord, lorsqu’une collectivité commence à prendre conscience de son identité culturelle, il y a fort à parier que celle-ci est déjà irrémédiablement compromise. L’identité culturelle existe en soi dans les groupes vivants. Quand elle devient pour soi, elle est déjà le signe d’un repli face à une menace ; elle risque de s’orienter vers l’enfermement, voire l’impoture. Produit de l’histoire, largement inconsciente, elle est dans une communauté vivante toujours ouverte et plurielle. Au contraire, instrumentalisée, elle se renferme, devient exclusive, monolithique, totalisante, en danger de devenir totalitaire. La purification ethnique n’est pas loin.*”¹⁰⁰ (LATOUCHE, 1989: 17). E sintetiza: “Pode dizer-se também que esta suposta cultura ocidental é uma anticultura” (LATOUCHE, 1998: 122).

É precisamente esta zona de não respeito efectivo pela diferença que transforma o Ocidente no proeminente paladino do anti-culturalismo em nome da sua verdade. Este assunto tem merecido a atenção de especialistas de diversas áreas, desde o

* De Fagocitose: *substantivo feminino*. BIOLOGIA - importante fenómeno biológico cujos agentes (fagócitos) atacam e digerem outras células do mesmo organismo ou outros elementos que o invadem; (De *fagócito*+*-ose*). In *Diciopédia 2006* [DVD-ROM]. Porto: Porto Editora, 2005. ISBN: 972-0-65260-8.

¹⁰⁰ A identidade cultural é uma aspiração legítima, mas castrada da necessária tomada de consciência histórica é perigosa. Não é um conceito instrumentalizável. Primeiro, quando uma colectividade começa a dar conta da sua identidade cultural há fortes possibilidades que esta já esteja irremediavelmente comprometida. A identidade cultural existe *em si* mesmo nos grupos vivos. Quando ela passa a existir *para si* mesmo já é o sinal de que enfrenta uma ameaça; arrisca-se a ficar aprisionada ou transformar-se numa impostura. Produto de uma história, largamente inconsciente, ela é em comunidade, viva, aberta e plural. Pelo contrário, se for instrumentalizada, torna-se exclusiva, monolítica, totalizante e em perigo ficar totalitária. A purificação étnica não está distante.

Prémio Nobel da economia, Amartya Sen (2003: 249) que reconhece a utilização do “poder irresistível da cultura e do modo de vida ocidentais para debilitar os modos de vida e os costumes sociais tradicionais.” E acrescenta que “Para todos os que se preocupam com o valor da tradição e com os modos de vida das culturas particulares isso representa, de facto, uma séria ameaça. O mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente e, embora a autoridade imperial dos outrora senhores do mundo tenha declinado, o domínio do Ocidente permanece tão forte como sempre – nalguns aspectos mais forte que antes, especialmente em matéria cultural. O Sol não chega a pôr-se no império da *Coca-Cola* ou da MTV. A ameaça para as culturas nativas no mundo globalizante de hoje é, em grande medida, inelutável.” (SEN, 2003: 249), até ao campo da sociologia onde Boaventura Sousa Santos (1994: 237) não tem dúvidas em afirmar que “Trata-se de uma estratégia simbólica do capitalismo transnacional no sentido de integrar na lógica do consumo todas as classes sociais do sistema mundial e muito especialmente as classes populares dos países periféricos e semiperiféricos. É um processo antigo mas que nos últimos anos assumiu uma qualidade diferente com a nova ordem da informação mundial e com o controle global dos mercados mediáticos e da publicidade. Pressupõe uma separação grande entre a prática do consumismo e o consumo de produtos, ou seja, entre o consumismo, enquanto prática cultural-ideológica, e os produtos em que ele na maioria dos casos não se pode concretizar. Os dois factores estão interligados, como seria de esperar. As empresas multinacionais são os grandes veículos da cultura-ideologia do consumismo e têm desempenhado um papel crucial em aumentar expectativas consumistas que não podem ser satisfeitas, num futuro previsível, pela massa da população do chamado Terceiro Mundo.” Vários são, portanto, os contributos para que melhor se compreenda o quadro onde se processam as actuais dinâmicas das relações internacionais que afinal “jamais tiveram contornos definidos e os especialistas que reivindicavam esses contornos nunca chegaram a um acordo sobre o que seria conveniente estudar.” (SMOUTS, 2004: 11).

A bitola cultural do Ocidente proporciona o acentuar de visões radicais do mundo. Para Latouche, por exemplo, o fundamentalismo que está na origem do actual terrorismo islâmico é parte de uma questão maior: “*la déculturation engendrée par l’Occident (industrialisation, urbanisation, nationalitarisme) offre les conditions inespérées de ce renouveau religieux. L’individualisme, ou plus exactement l’individuation, déchaîné comme jamais, donne sens au projet de recomposition du corps social sur la seule base du lien religieux abstrait en effaçant toute autre inscription territoriale. (...) La religion*

devient la base d'un projet de reconstruction de la communauté. Elle se voit attribuer le rôle d'assumer la totalité du lien social."¹⁰¹ (LATOUCHE, 1989: 18). No entanto, este fundamentalismo não segue uma via diferente do esquema do Ocidente. Pelo contrário, é igualmente tecnológico, material, universalista, etc. O Ocidente acaba por fomentar, de algum modo, as atitudes que parecem agora virar-se contra ele. Em devido, tempo nem sempre teve presente que não há valores transcendentais à pluralidade das culturas pela simples razão de que *"une valeur n'existe comme telle que dans un contexte culturel donné."*¹⁰² (LATOUCHE, 1989: 20). A ocidentalização do mundo é mais uma americanização do que uma europeização. O uniforme que veste o mundo foi talhado nos Estados Unidos da América – foi o triunfo do *American way of life*¹⁰³. "Longe de manter a fertilização crescente de diversas sociedades, a mundialização impõe aos outros uma visão particular, a do Ocidente, e mais ainda a da América do Norte" (LATOUCHE, 1998: 123). Os EUA são doravante a potência hegemónica em praticamente todos os domínios, desde o político ao militar, do cultural ao tecnológico, do financeiro ao económico. Deste modo, *"plus que la vieille Europe, l'Amérique incarne la réalisation quasi intégrale du projet de la modernité. Société jeune, artificielle et sans racines, elle s'est construite en fusionnant les apports les plus divers. L'organisation rationnelle, fonctionnelle et utilitaire qui a présidé à sa constitution est vraiment universaliste et fonde son unilatéralisme."*¹⁰⁴ (LATOUCHE, 1989: 21 e 22).

A mundialização e a via que segue não são um processo natural construído com base na fusão de culturas e de Histórias. Pelo contrário, resulta de uma dominação baseada em contrapartidas, sujeições, injustiças e destruições. Além de que, "Há

¹⁰¹ A desaculturação gerada pelo Ocidente (industrialização, urbanização, nacionalitarismo) oferece condições inesperadas a uma renovação religiosa. Individualismo, ou mais precisamente a individuação, à solta como nunca, dá sentido ao projecto de recomposição do corpo social na única base do vínculo religioso abstracto enquanto apaga qualquer outro de matriz territorial. (...) A religião torna-se a base de um projecto de reconstrução da comunidade. A ela caberá o papel de assumir a totalidade da relação social.

¹⁰² Um valor apenas existe como tal dentro de um dado contexto cultural.

¹⁰³ Estilo de vida americano.

¹⁰⁴ Mais do que a velha Europa, a América encarna a realização quase completa do projecto da modernidade. Sociedade jovem, artificial e sem raízes, ela construiu-se fundindo várias contribuições. A organização racional, funcional e utilitária que lhe presidiu à constituição é realmente universalista e funda aí o seu unilatéralismo.

uma evidente tendência na América e na Europa para presumir, mesmo se só implicitamente que o primado da liberdade política e da democracia é um traço fundamental e antigo da cultura ocidental” (SEN, 2003: 242). Parece que foi perscrutado no princípio dos tempos uma marca que torna oportuna a seguinte afirmação: “Os promotores ocidentais da liberdade pessoal e política no mundo não ocidental encaram-se muitas vezes como portadores dos valores ocidentais à Ásia e à África. O mundo é convidado a aderir ao clube da «democracia ocidental» e a admirar e assumir os tradicionais «valores do Ocidente»” (SEN, 2003: 242 e 243), no entanto, “O que encontramos nos escritos de certos autores ocidentais clássicos (Aristóteles, por exemplo) é a defesa de alguns *elementos* da noção global que configura a concepção contemporânea de liberdade política. Mas a defesa de tais elementos pode encontrar-se também em muitos escritos das tradições asiáticas” (SEN, 2003: 243). No seu “desejo apostólico inerente a todo aquele que está convencido de possuir a verdade” (CEBRIÁN, 2005: 17) o Ocidente aparece assim aos olhos do mundo, segundo esta perspectiva, como o responsável pela uniformização dos modos de vida e a estandardização do imaginário. É uma potência que impõe unidimensionalmente uma conformização de comportamentos, “*nous proposons de se lire comme une machine impersonnelle, sans âme et désormais sans maître, qui a mis l’humanité à son service.*”¹⁰⁵ (LATOUCHE, 1989: 26).

Historicamente os Estados Unidos da América (EUA), por razões de ordem vária, pensam-se de maneira ensimesmada¹⁰⁶. Desde o processo da sua independência, onde não se desligaram somente da *velha* Inglaterra, mas até da própria Europa, os EUA tendem a posicionar-se como pivots de uma civilização. É assim quando para lá do seu território proclamam zonas de segurança enquanto criam mecanismos económicos que garantem a sua sustentação e influência planetária. É comumente aceite que “Num grande número de domínios, a América assegurou-se do controlo do vocabulário, de conceitos e de sentido. Ela obriga a enunciar os problemas que criou com as palavras que ela própria propõe. Ela fornece os códigos que permitem decifrar os enigmas que ela própria impõe. E dispõe, para este efeito, de muitas instituições de investigação e câmaras de ideias, para as

¹⁰⁵ Nós propomos que seja lida como uma máquina impessoal, sem alma e daqui em diante sem governo que pôs a humanidade ao seu serviço.

¹⁰⁶ Ver FERREIRA, Álvaro, MOCITO, Filipe e MENDES, Nuno. 2000, *A legitimidade dos Estados Unidos da América nas Relações Internacionais*, SODILIVROS: Lisboa.

quais colaboram milhares de analistas e de peritos. Estes produzem informação sobre questões jurídicas, sociais e económicas numa perspectiva favorável às teses neoliberais, à mundialização e aos meios de negócios. Os seus trabalhos, generosamente financiados, são mediatizados e difundidos à escala mundial*.” (RAMONET, 2001: 28). Sobre o campo da produção cinematográfica, por exemplo, pela forma como é relevante na nossa sociedade, podemos afirmar que “A América povoa os nossos sonhos de uma multidão de heróis mediatizados. Cavalo de Tróia do opressor na intimidade dos nossos cérebros.” (RAMONET, 2001: 29).

Sem ter verdadeiramente em conta a dimensão humana, esta megamáquina ocidental tenderá a prosseguir a sua obra de desenraizamento à escala planetária, subtraindo os homens aos seus territórios, não poupando mesmo os sítios mais recônditos e atirando-os para desertos urbanos sem todavia os integrar. Os excluídos desta sociedade, cada vez mais numerosos para que possam sobreviver como Homens de pleno direito, deverão construir novas soluções. “*Ces projets différents se cherchent en pratique dans l'improvisation et le bricolage. Ils peuvent donner naissance à des monstres, ou êtres récupérés par la machine, mais ils nourrissent ainsi l'espoir que le blocage de la machine ne sera pas la fin du monde mais l'aube d'une nouvelle recherche d'humanité plurielle.*”¹⁰⁷ (LATOUCHE, 1989: 26).

Após a colonização e a descolonização o Ocidente continua o seu processo de domínio. Esse jogo é hoje realizado através de poderes simbólicos, pelo que sendo abstracta é contudo pérfida e contestável. Essa opressão sociológica é realizada através da ciência, da técnica, da economia e de um imaginário colectivo que são, em suma, os valores do progresso. Ao conceptualizar o globo como um puzzle onde encaixam todas as peças do mercado mundial, o Ocidente leva a uma modificação das estruturas de produção que em grande medida é responsável pela destruição dos respectivos sistemas sociais. O objectivo de *ter mais* leva que “*Le bien-être canalise tous les désirs (la bonheur, la joie de vivre, le dépassement de soi...) et se résume à quelques dollars supplémentaires... Ainsi s'universalise l'ambition au développement. Le développement, c'est l'aspiration au modèle de consommation occidentale, à la puissance*

* Ler Herbert I. Schiller, «La fabrique des maîtres. Décervelage à l'américaine», *Le Monde diplomatique*, Agosto de 1998.

¹⁰⁷ Estes projectos diferentes procuram-se em práticas situadas entre a improvisação e a bricolage. Eles podem dar à luz monstros, ou seres recuperados para a máquina, mas eles alimentam a esperança que o bloqueio da máquina não será o fim do mundo, mas o amanhecer da procura de uma nova humanidade plural.

magique des Blancs, au statut lié à ce mode de vie. Le moyen privilégié de réaliser cette aspiration est évidemment la technique.”¹⁰⁸ (LATOUCHE, 1989: 44).

A propaganda da sociedade ocidental asfixia toda a criatividade cultural transformando os povos em receptores passivos da *mensagem*. A ideologia da ciência, da técnica, do progresso e do desenvolvimento encontrou aí um canal para transmitir o seu recado. A transnacionalização das comunicações através dos satélites e da informática reforçará a uniformização dos modelos. Pode sempre passar a ideia de pertença a um império cultural dos países ricos através da condição de incorporação do mecanismo.

A aceção de fazer da técnica uma referência do quotidiano, a óptica de crença ilimitada no seio da ciência como fonte das maravilhas da técnica, a sujeição *forçada* à economia, bem como a invasão cultural constituíram-se como factores irresistíveis de standardização do imaginário num cenário em que “A eficácia social é confundida com a eficácia económica e esta com rentabilidade financeira do capital.” (AMIN, 2005: 9). A ciência, a técnica e a economia fundam um conteúdo imaginário bastante atractivo. A relação do Homem com o mundo passará doravante a estar profundamente determinada. A organização prática funciona assente num sistema único que tem como consequência a uniformização dos modos de vida e de pensar. Tudo parece repousar numa pálida harmonia de dinâmica acelerada tal como Norberto Bobbio (2000: 668) a identificou “O progresso científico e o progresso técnico estão em relação recíproca entre si: como foi inúmeras vezes afirmado, a ciência favorece novas tecnologias, que por sua vez favorecem novas pesquisas científicas, e essas novas pesquisas científicas criam novas tecnologias. Assim o progresso técnico-científico torna-se cada vez mais vertiginosamente acelerado, irresistível e irreversível.”

O Ocidente produziu e elaborou o sonho de uma *cidade* emancipada onde todos os homens teriam o seu lugar e em que cada um seria um cidadão livre. Não deixa por isso de ser paradoxal que esse mesmo Ocidente que *inventou* o

¹⁰⁸ O bem-estar canaliza todos os desejos (felicidade, a alegria de viver, a alienação...) e resume-se a alguns dólares adicionais... Assim se universaliza a ambição pelo desenvolvimento. O desenvolvimento é a aspiração ao modelo de consumo ocidental ao poder mágico dos Brancos e ao estatuto associado a esse estilo de vida. O meio privilegiado para alcançar esta aspiração é evidentemente a técnica.

desenvolvimento, o progresso e a pluralidade invente também "*le déclin, la décadence, le chaos.*"¹⁰⁹ (LATOUCHE, 1989: 160).

Ao contemplarmos a aldeia global assaltam-nos algumas dúvidas. Será este triunfo do Ocidente o triunfo da humanidade? Ou o triunfo sobre a humanidade? Que olhar terá a História sobre nós? A sensatez obriga a que "*Nous savons que nous sommes mortels ; même si nous pensons que l'Occident fait exception, nous avons appris que les civilisations sont mortelles.*"¹¹⁰ (LATOUCHE, 1989: 162). O fim do Ocidente não será o caos. Será isso sim um acerto de contas. Afinal "O Ocidente não podia deixar de ser, um belo dia, apanhado pelos seus demónios..." (LATOUCHE, 1998: 19).

b) O racional e o razoável

Um dos aspectos que considerámos estruturantes no pensamento de Serge Latouche e que marca, de uma maneira geral, a totalidade das obras da sua autoria, ou com a sua participação, que são referenciadas na bibliografia deste trabalho, é uma clara separação entre o *racional* e o *razoável*¹¹¹. No fundo, e ainda que lhes possa ser atribuída alguma semelhança de significado, no contexto aqui apresentado, os termos são absolutamente antagónicos, revelando duas formas distintas de observar e participar no mundo. Enquanto o racional está na génese da actual mundialização, o razoável é apontado como via para o caminho alternativo. Como já sabemos, a mundialização "tem as suas raízes no projecto da modernidade de construir uma sociedade racional." (LATOUCHE, 1998: 22). A racionalidade manifesta-se em todos os domínios, desde logo na organização política, no funcionamento da economia, na forma como se articulam os meios de produção, ou seja, a racionalidade intrínseca à técnica, entra em todos os lugares onde esta se encontra, o que no período da modernidade lhe dá, de certa maneira, uma omnipresença.

¹⁰⁹ O declínio, a decadência e o caos.

¹¹⁰ Nós sabemos que somos mortais; mesmo que pensemos que o Ocidente é a excepção, nos aprendemos que as civilizações são mortais.

¹¹¹ Este assunto é amplamente desenvolvido em MARECHAL, Jean-Paul. 1999, *A economia, o emprego e o ambiente – o racional e o razoável*, Lisboa: Instituto Piaget.

A justificação apresentada é segundo o autor porque “*Elle se résume au principe du «maxime»*”¹¹² (LATOUCHE, 1995: 37). Tal, pressupõe a existência de um quadro relacional dinâmico, numa lógica sistémica, em que ao mínimo de *inputs* corresponde o máximo de *outputs*. Pretende-se a obtenção do máximo resultado com o mínimo de meios empregues. Produzir a maior quantidade de produtos com a menor utilização de recursos, visar o cúmulo do lucro através do ínfimo custo. “*La modernité se résume à la recherche des procédés les plus «efficients»*”¹¹³ (LATOUCHE, 1995: 37). Antes de aprofundarmos a análise sobre a racionalidade importa referir que, salvaguardado o ângulo em que aqui é observada, “A teoria da escolha racional, não obstante as suas manifestas limitações, tem provado, de forma consistente, ser o quadro de análise teórico mais bem sucedido no género das ciências sociais que (...) trabalham com explicações de fenómenos a nível macro ou sistémico.” (TURNER, 2002: 255). Ao mesmo tempo, a sua utilização representou um qualitativo salto histórico. Não poderia, como é óbvio, esperar-se que fosse um substituto perfeito para um conjunto de mezinhas que ela própria removeu e “É indubitável que a tentativa conscienciosa de aplicar os métodos científicos ao governo dos assuntos humanos foi origem de múltiplos efeitos positivos, aliviou sofrimentos, afastou ou impediu injustiças, denunciou a ignorância. Refutaram-se dogmas e combateram-se vitoriosamente preconceitos e superstições condenáveis. Foi possível confirmar em muitos casos a convicção crescente de que o recurso ao mistério, às trevas e à autoridade servia apenas para justificar comportamentos arbitrários, não passando de um álibi vergonhoso destinado a ocultar o interesse pessoal, a indolência intelectual ou a estupidez. Mas o sonho fundamental, a tentativa de demonstrar que todas as coisas do mundo são movidas por forças mecânicas, que todos os males podem ser curados através de intervenções tecnológicas apropriadas, que é possível termos engenheiros tanto das almas como dos corpos humanos, revelou-se uma ilusão. Apesar de tudo, bem feitas as contas, esse sonho revelou-se menos enganador do que os ataques contra ele desferidos no século XIX, mobilizando argumentos não menos falaciosos, mas que tinham, tanto no domínio intelectual como político, implicações bem mais sinistras e opressivas. A força intelectual, a honestidade, a lucidez, a coragem e o amor desinteressado pela verdade dos pensadores mais dotados do século XVIII continuam até hoje inigualados. A época que foi a sua é um dos melhores e mais animadores episódios da vida da humanidade” (BERLIN, 2006: 79 e 80).

¹¹² Ela resume-se ao princípio da maximização.

¹¹³ A modernidade resume-se à procura dos procedimentos mais «eficientes».

Para aprofundar a nossa análise, e estabelecer um melhor enquadramento, socorremo-nos de um texto dedicado a Herbert Marcuse¹¹⁴ nos seus 70 anos a 19/07/1968, por Jürgen Habermas (1993: 45), onde expõe com uma clareza cristalina a perspectiva de racionalidade que subjaz ao edifício da actualidade. Começa por identificar o contexto em que o termo é incorporado na linguagem sociológica. “Max Weber introduziu o conceito de «racionalidade» para definir a forma da actividade económica capitalista, do tráfego social regido pelo direito privado burguês e da dominação burocrática.”, e acrescenta que “Racionalização significa, em primeiro lugar, a ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios de decisão racional. A isto corresponde a industrialização do trabalho social com a consequência de que os critérios da acção instrumental penetram também noutros âmbitos da vida (urbanização das formas de existência, tecnificação do tráfego e da comunicação)” (HABERMAS, 1993: 45). Esta dominação do real pelo racional não é nova sob o ponto de vista histórico. Desde os antagonismos da Grécia clássica entre Arquimedes e Platão, sucedidos por Aristóteles e mais tarde por Galileu, que não estamos senão na presença de racionalidades em luta. O percurso é pois um compósito onde se exhibe a complexidade de diversos contributos. Todavia, a partir do salto histórico a que Kant chamou “a saída do homem da sua menoridade”¹¹⁵ há a realçar a formação do actual mosaico onde se identificam as três etapas consecutivas: geometrização, matematização e artificialização que moldaram o traje deste conceito.

Estamos assim perante uma sequência organizada de processos, devidamente racionalizados, que persegue o critério eficácia. “A «racionalização» progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico. Na medida em que a técnica e a ciência pervadem as esferas institucionais da sociedade e transformam assim as próprias instituições, desmoronam-se as antigas legitimações. A secularização e o «desencantamento» das cosmovisões orientadoras da acção, da tradição cultural no seu conjunto, é o reverso de uma «racionalidade» crescente da acção social”. (HABERMAS, 1993: 45 e 46). Finalmente, ocorre a

¹¹⁴ Guia, antes da Guerra, da Escola de Frankfurt, célebre pelo seu marxismo heterodoxo, o grande filósofo Herbert Marcuse (1898-1979) emigrou em 1934 para os Estados Unidos. Foi nesse país que, em 1942, escreveu “Etat et individu sous le national-socialisme”, uma obra visionária e decisiva para a compreensão do fenómeno nazi. (Le monde Diplomatique, Outubro de 2000, Ed. Portuguesa).

¹¹⁵ Em referência ao Iluminismo.

horizontalização do racional que conjuga meios e contexto. A ciência e a técnica como meios e a libertação religiosa/metafísica como contexto. Esta racionalidade apenas contempla a possibilidade de uma escolha entre estratégias que comportem um conteúdo tecnológico e que se organizem como sistema com vista à obtenção de determinada finalidade. Assim, “ela subtrai o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais. Essa racionalidade estende-se, além disso, apenas às situações de emprego possível da técnica e exige, por isso, um tipo de acção que implica dominação quer sobre a natureza ou sobre a sociedade.” (HABERMAS, 1993: 46). Legitimada racionalmente, a técnica adquire aqui uma independência, com a qual deixa de estar ao serviço da sociedade e, em última análise, do Homem, pelo que “A acção racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controlos. Por conseguinte, a «racionalização» das relações vitais segundo critérios desta racionalidade equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social de acção racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político.” (HABERMAS, 1993: 46). A racionalização passa a ser *a verdade, a palavra*. O referencial que as estruturas sociais, agora racionais e técnicas, procuram, promovem e encontram. “Na sua crítica a Max Weber, Marcuse chega a esta conclusão: «O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo uma ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem).” (HABERMAS, 1993: 46). A racionalização adquire, portanto, o nível político na plenitude do termo, estabelecendo-se como base ontológica do próprio sistema, onde “Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas «posteriormente» e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projecto histórico-social; nele se projecta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é ‘material’ e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica»*.” (HABERMAS, 1993: 46 e 47). Há aqui o sublinhar de uma inversão congénita, do sentido da técnica racionalizada, em que passa a ser percebida como fim e como meio em simultâneo. Simultaneidade essa que, contudo, anula a percepção de meio, reduzindo-a a um fim que, como se viu, a transforma em força

* «*Industrialisierung und Kapitalismus Im Werk Max Webers*» in *Kultur und Gesellschaft*, II, Francoforte, 1965.

de dominação¹¹⁶. É por isso pertinente a observação de Marechal (1999:19) “espantosa situação em que a racionalidade tecnicista molda o mundo, não apenas pelas máquinas, mas igualmente pela grelha que devia interpretá-lo; (...) Refém da ideologia tecnicista, prisioneira de um jogo de espelhos, de secundarização em que a figura da técnica se desdobra até ao infinito, a ciência económica está, doravante, reduzida a aplicar soluções técnicas para problemas que estão longe de o serem totalmente, mas que só sente como tais.” e acrescenta “técnica entendida no sentido heideggeriano de uma força de dominação e de construção do real baseada no cálculo” (MARECHAL, 1999: 19).

A dominação em causa é-nos traduzida pela forma laudativa como as forças produtivas estão implementadas. “A racionalidade da dominação mede-se pela manutenção de um sistema que pode permitir-se converter em fundamento da sua legitimação o incremento das forças produtivas associado ao progresso técnico-científico, embora, por outro lado, o estado das forças produtivas represente precisamente também o potencial, pelo qual medidas «as renúncias e as incomodidades impostas aos indivíduos estas surgem cada vez mais como desnecessárias e irracionais»***.” (HABERMAS, 1993: 47). Convertido a uma amnésia primordial, o sistema técnico-científico reorienta as forças produtivas e transforma-as paradoxalmente em factor de resistência à sua própria libertação. “Marcuse pretende reconhecer a repressão objectivamente supérflua na «sujeição intensificada dos indivíduos ao imenso aparelho de produção e de distribuição, na desprivatização do tempo livre, na quase indiferenciável fusão do trabalho social produtivo e destrutivo». Mas, paradoxalmente, esta repressão pode desvanecer-se da consciência da população, porque a legitimação da dominação assumiu um novo carácter: a saber, a referência «à crescente produtividade e ao crescente domínio da natureza, que também proporcionam aos indivíduos uma vida mais confortável»” (HABERMAS, 1993: 47 e 48). A noção de bondade intrínseca ao conceito de desenvolvimento emanado da racionalização da técnica constitui-se

¹¹⁶ Para Habermas (1993:47), “Já em 1965, num contexto inteiramente diverso, Marcuse chamara a atenção para o peculiar fenómeno de que, nas sociedades capitalistas industriais avançadas, a dominação tende a perder o seu carácter explorador e opressor e torna-se «racional», sem que por isso se desvaneça a dominação política: «A dominação está ainda apenas condicionada pela capacidade de e pelo interesse em manter o aparelho no seu conjunto e em o alargar **.”

** «Trieblehre und Freiheit», in *Freud in der Gegenwart*, Frankf. Beit. z. Soz., Vol VI, 1957.

*** Ibid., p.403

como força legitimadora da dominação. “O aumento das forças produtivas institucionalizado pelo progresso técnico-científico faz explodir todas as proporções históricas. Daí tira o enquadramento institucional as suas oportunidades de legitimação. O pensamento de que as relações de produção pudessem medir-se pelo potencial das forças produtivas desenvolvidas fica cerceado pelo facto de que as relações de produção existentes *se apresentam* como a forma de organização *tecnicamente necessária* de uma sociedade racionalizada. A «racionalidade», no sentido de Max Weber, mostra aqui a sua dupla face: já não é só a instância crítica do estado das forças produtivas, perante o qual possa desmascarar-se a repressividade objectivamente supérflua própria das formas de produção historicamente caducas, mas é ao mesmo tempo o critério apologético em que essas mesmas relações de produção se podem também justificar como um enquadramento institucional funcionalmente necessário. À medida que aumenta a sua eficiência apologética, a «racionalidade» neutraliza-se como instrumento de crítica e rebaixa-se a mero correctivo *dentro* do sistema; a única coisa que assim ainda se pode dizer é que, no melhor dos casos, a sociedade está «mal programada». Por conseguinte, ao nível do desenvolvimento técnico-científico, as forças produtivas parecem entrar numa nova constelação com as relações de produção: já não funcionam em prol de um esclarecimento político como fundamento da crítica das legitimações vigentes, mas elas próprias se convertem em base da legitimação.” (HABERMAS, 1993: 48). A racionalidade lança assim as bases para que a economia do cálculo se difunda nos meandros da sociedade como um todo e ao mesmo tempo subtrai campo a qualquer possibilidade de ser questionada. Este novo dogma fecha as portas e “encerra-se, progressivamente, nas suas contradições e limites.” (MARECHAL, 1999: 10).

Por seu turno, a economia como altar de excelência da racionalidade é confrontada com um mundo plural, onde não é possível conformar os seus intentos monitorizadores, conforme escreve René Passet no prefácio do livro de Jean-Paul Marechal – *A economia, o emprego e o ambiente* – o racional e o razoável, “Queira-se ou não, o que ela encontra não é o *homo oeconomicus*, mas o homem da rua, o homem real na intersecção das três esferas. Se a racionalidade económica já não se satisfaz com a coerência interna e também se preocupa com a adequação ao real, abrem-se-lhe três pistas: a da multidimensionalidade, a da evolução económica em interdependência com a natureza e a do sentido.” (MARECHAL, 1999: 11).

Conclui, portanto, Jürgen Habermas (1993: 49) que “A «racionalização» de Max Weber não é apenas um processo a longo prazo da modificação das estruturas

sociais, mas também ao mesmo tempo «racionalização» no sentido de Freud: o verdadeiro motivo, a manutenção da dominação objectivamente caduca, é ocultado pela invocação de imperativos técnicos. Semelhante invocação é possível só porque a racionalidade da ciência e da técnica já é na sua imanência uma racionalidade do dispor, uma racionalidade da dominação.” Deste modo, qualquer tensão crítica que tenha por finalidade, ainda que remota, o esboço de uma alternativa, não terá cabimento no desenho inerente à lógica existente, pelo que deverá passar, com carácter obrigatório, pela reabilitação do terreno que lhe subjaz, ou seja, o regenerar do político. Tal consiste desde logo em “pôr em causa a absorção do político pela razão tecnocrática e pela razão económica: I) - A crítica da razão tecnocrática equivale a pôr em evidência o poder cada vez menos legítimo das tecnocracias nacionais e internacionais, poder que subverte o político e o confina a um papel marginal. As instituições de Washington, cuja missão implícita é realizar o programa liberal da grande sociedade planetária, acabam por exercer direitos soberanos à escala do mundo. II) - A crítica da razão económica, conduzida a partir da teoria das antecipações racionais *na sua versão fraca*, permite estabelecer um verdadeiro *princípio de incerteza* em economia, que destrói toda e qualquer pretensão a estabelecer leis gerais e deterministas nessa disciplina (bem como nas ciências sociais). O interesse de construções teóricas ou de modelos gerais não desaparece, mas esses modelos e essas teorias não podem ter outras pretensões além das de fornecerem instrumentos de simulação, cujas aplicações só podem ser práticas e contingentes. III) – A mesma crítica da razão económica leva a um exame rigoroso do problema do *individualismo metodológico*, que constitui um dos fundamentos do pensamento liberal. Esta investigação conduz a um duplo resultado: 1) os indivíduos são racionais em todas as sociedades, mas essa racionalidade não é independente do contexto em que se exerce (sobre este ponto há convergência de pontos de vista com a teoria liberal); 2) esse contexto, ao contrário do que pensam os liberais, não é apenas institucional, *é também social e cultural*. A sociedade não é uma soma de indivíduos dotados de funções de preferência separáveis. A liberdade de empreendimento não é certamente a condição suficiente dos avanços económicos e sociais. Pretender o contrário pode conduzir – e conduz – a novos campos de ruína. Dois pontos de vista vão poder reforçar-se mutuamente: - Se não existem leis gerais em economia, a política económica – e os famosos ajustamentos – deve ter em conta o *contexto social e cultural*, e não apenas institucional. – A razão política, absorvida pela razão económica, não se pode emancipar como que por milagre. Será um trabalho de reconstrução social e cultural que dará alguma possibilidade à razão política para

recuperar os seus direitos e reinvestir no campo económico. Este ponto de vista esquemático estabelece artificialmente sequências lineares. A reconstrução política decorre de uma forte interação do social, do cultural e do económico. Deveria mesmo emitir-se algumas dúvidas sobre a possibilidade de empreender uma reconstrução social que não se apoiasse numa mudança económica, que deveria ser ela própria negociada com o poder político.” (ENGELHARD, 1998: 351 e 352).

O comportamento racional do Homem, em busca permanente do proveito máximo, manipulando a natureza, sem qualquer limite, em nome do aumento da felicidade de todos, será razoável? Um sistema que assenta sobre a competição técnica e económica desenfreada corresponderá a um modelo de moderação e sabedoria? Vivemos numa civilização de risco em que, “*En inventant le bateau, l’homme a inventé le naufrage*”¹¹⁷ (LATOUCHE, 2001: 11 e 12), mas ao chegar ao ponto de manipular-se a si próprio, acaba por comprometer a sua identidade de Homem a abandonar-se a um destino técnico. E como que por ironia, “*Le grand manipulateur finit par n’être plus qu’un robot manipulé.*”¹¹⁸ (LATOUCHE, 2001: 14).

O uso da razão pode seguir duas vias. A via do razoável e a via do racional. A maioria das sociedades adoptou o caminho do razoável como meio de resolução dos seus problemas, “*Seul l’Occident, semble-t-il, a transposé dans la sphère des rapports humains la deuxième voie. La raisonnable, victime d’une dévaluation, a été mis en une place injustement subalterne et souvent même chassé.*”¹¹⁹ (LATOUCHE, 2001: 66). No entanto, perante as ameaças geradas pelas consequências práticas da racionalidade tecno-científica começam a aparecer, a espaços, invocações do razoável. É pois tempo de compreender estas duas abordagens da razão.

O razoável foi a grande vítima do triunfo da racionalidade, sobretudo por via do domínio do económico. Para o autor, que evidencia esta diferenciação, ela cruza-se paradoxalmente com a banalidade, uma vez que de certa maneira esta oposição entre razoabilidade e racionalidade atravessa todo o pensamento económico e filosófico da modernidade ocidental. “*Dès les origines, elle traverse*

¹¹⁷ Ao inventar o barco, o homem inventou o naufrágio.

¹¹⁸ O grande manipulador acaba por mais não ser que um robot manipulado.

¹¹⁹ Só o Ocidente parece ter transposto para a esfera das relações humanas o segundo modo. O razoável, vítima de uma desvalorização, foi atirado para um plano injusto de subalternidade e frequentemente mesmo esquecido.

l'histoire de la pensée occidentale avec l'opposition de la phronésis et de la ratio, du jugement éclairé et de la raison calculatrice."¹²⁰ (LATOUCHE, 2001: 69).

Verificou-se, contudo, uma impotência do razoável face à propagação do racional. O que está em causa é precisamente a emancipação do imaginário dos povos não ocidentais, e simultaneamente para o Ocidente a liberalização do *Império*¹²¹, fundado nas multinacionais, arautos do *economismo* e do *utilitarismo*.

A desvalorização e o conseqüente quase desaparecimento do razoável ocorreu em simultâneo, uma vez que a razão incorporou um vasto conteúdo racional por via do económico e se esvaziou de qualquer outra substância. Por outro lado, a racionalidade não se reduz estritamente ao campo económico, pelo contrário transformou-se no modelo privilegiado. Sendo que o económico se disseminou pela globalidade do espaço social, abriu caminho a que a racionalidade colonizasse esse mesmo espaço. "O traço característico do mundo em que vivemos é a racionalização. Numa primeira aproximação, esta corresponde a um alargamento da esfera as acções *zweckrational*". A empresa económica é racional, a gestão do Estado pela burocracia também. A sociedade moderna no seu conjunto tende para a organização *zweckrational*, e o problema filosófico do nosso tempo, problema eminentemente existencial, é o de delimitar o sector da sociedade em que subsiste e deve subsistir uma acção de outro tipo." (ARON, 2004: 479). A racionalidade é construída sobre a razão cartesiana do século XVII, pela transposição do raciocínio matemático para o mundo moral. Para o autor, de acordo com a tradição racionalista, afirma-se uma clara separação entre paixão e razão. A mesma tende a excluir tudo aquilo que não é mensurável. A construção de um projecto de sociedade tendo por alicerce a razão implicou durante a modernidade a rejeição da tradição e da transcendência. A racionalidade implica que todas as componentes do "empreendimento" sejam quantificáveis e homogéneas. Se bem que razão expurgada da tradição, dos preconceitos e dos dogmas liberta o indivíduo deixa-o, todavia, ser sujeito de cálculo e disponibiliza-lhe uma nova realidade como resultado desse cálculo permitindo-lhe a realização dos seus prazeres, ao mesmo

¹²⁰ Desde as origens, ela cruza a história do pensamento ocidental com a oposição do *phronésis* e a *ratio*, o julgamento clarificado e a razão calculadora.

¹²¹ Sobre o Império, ver p.e. HARDT, Michael e NEGRI, Antonio, 2004, *Império*, Lisboa: Livros do Brasil e 2005, *Multidão – Guerra e democracia na era do império*, Porto: Campo das Letras.

* A acção racional relativamente a um fim.

tempo, subtrai-lhe as suas paixões e conseqüentemente o seu interesse. A sociedade por esta via transforma-se num jogo de forças e não de vontades.

Despojado de mitos, o mundo transforma-se à luz do novo entendimento num cardápio de matérias-primas prontas a serem transformadas em riqueza. O cálculo das utilidades sobrepõe-se assim ao cálculo técnico. Pensado de acordo com as utilidades subjectivas, o dinheiro acaba por oferecer à razão o padrão social dominante de valores que ela precisa, tornando tautológica e de certo modo vazia de sentido, esta versão subjectiva da racionalidade. A razão racional torna-se, portanto, auto destrutiva. “*L’argent est ainsi le jugement dernier de la raison.*”¹²² (LATOUCHE, 2001:75). Por isso, “*La rationalité économique, pour faire court, est le «site symbolique d’appartenance» de l’homme occidental qui, en conséquence, est un «homo œconomicus occidentalis».*”¹²³ (LATOUCHE, NOHRA e ZAOUAL, 1999: 59). Coloca-se então a questão: se na prossecução do meu interesse eu faço a maior quantidade possível de dinheiro, e não apenas não impeço os outros de fazer o mesmo, pelo contrário os ajudo, ou lhes facilito essa tarefa, que interesse terão eles em ser desinteressados? “*Cela serait non seulement économiquement stupide, donc irrationnel, mais encore moralement condamnable, donc déraisonnable.*”¹²⁴ (LATOUCHE, 2001: 78).

A racionalidade não é apenas uma norma subjectiva, mas uma norma objectiva que se impõe a cada um e que prescreve como fazer negócios, “*tout le reste étant chimère.*”¹²⁵ (LATOUCHE, 2001: 78). No entanto o autor reconhece um conjunto de interrogações à própria razoabilidade, “*Cette quête du raisonnable nous condamne de plus à la rhétorique. Il n’y a pas de méthode rationnelle du raisonnable (...) Le raisonnable nous emprisonne dans une condition humaine, trop humaine même si l’on veut, faisant de tout notre savoir politique au sens noble du terme. En cela, l’opposition du raisonnable et du rationnel n’est pas étrangère à la frontière fragile que sépare la*

¹²² O dinheiro transforma-se assim na decisão última da razão.

¹²³ A racionalidade económica é o local simbólico de pertença do homem ocidental que, por conseguinte, é um *homo œconomicus occidentalis*.

¹²⁴ Não só seria economicamente estúpido, logo irracional, mas também moralmente condenável e, por isso, insensato.

¹²⁵ Tudo o resto são quimeras.

démocratie du totalitarisme."¹²⁶ (LATOUCHE, LAURENT, SERVAIS e SINGLETON, 2004: 44).

A justaposição entre a racionalidade e o cálculo económico como fio condutor do domínio social põe determinados problemas. O duplo processo de formalização e de quantificação do social dentro do económico reduz a interpretação da realidade histórica à construção da economia política como física social, lida a partir do modelo da mecânica racional de Newton e concomitantemente à simplificação da felicidade à riqueza, desta à utilidade e da utilidade ao dinheiro. A partir daqui, todo o indivíduo que vise obter máximo de proveito e de utilidade é considerado como agente racional. Ainda que, "*Aun cuando se aceptara como correcta la caracterización del comportamiento racional de la economía convencional, podría no tener sentido, necesariamente, suponer que las personas se comportan realmente de modo racional caracterizado. Existen muchas dificultades obvias si se toma este camino, sobre todo porque es evidente que todos cometemos equivocaciones, hacemos experimentos, nos sentimos confusos, etc. Sin duda, el mundo tiene su parte de Hamlets, Macbeths, Lears y Otelos. Los tipos fríos y racionales pueden llenar nuestros libros de texto, pero el mundo es más rico.*"¹²⁷ (SEN, 1987: 28 e 29).

São cinco os motivos apresentados por Serge Latouche para considerar não razoável a razão económica:

1. Repousa sobre uma confusão entre o fim e os meios. Ou melhor dizendo, suprime qualquer fim;
2. Os objectivos, nos quais se fixa, são vazios;

¹²⁶ Esta questão do razoável condena-nos à retórica. Não há um método racional do razoável (...) O razoável encarcera-nos numa condição humana, muito humana embora a pessoa queira fazer uso de todo o seu conhecimento político no sentido nobre do termo. Nisto, a oposição do razoável ao racional, não há absoluta estranheza à frágil fronteira que separa a democracia do totalitarismo.

¹²⁷ Quando se aceita como correcta a caracterização do comportamento racional da economia convencional, poderá não ter sentido, necessariamente, supor que as pessoas se comportam realmente do modo racional caracterizado. Existem muitas dificuldades óbvias se se toma este caminho, sobretudo porque é evidente que todos cometemos equívocos, fazemos experiências, sentimo-nos confusos, etc. Sem dúvida, o mundo tem a sua parte de Hamlets, Macbeths, Lears e Otelos. Os indivíduos frios e racionais podem ler os nossos livros e textos, no entanto, o mundo é mais rico do que isso.

- 3 Propõe uma homogeneização impossível e incompatível com a diversidade do mundo;
- 4 Postula e pressupõe a existência de uma unidade no sujeito caracterizado como racional;
- 5 Implica uma paixão em si mesma que não tem fundamento nela própria - A paixão pelo interesse.

A justificação de cada um dos aspectos anteriores constitui um passo para a restauração do conceito de razoabilidade.

1) A confusão entre fins e meios. Segundo a definição económica o comportamento racional reside, como vimos, na afectação de recursos escassos na melhor combinação susceptível de realizar eficientemente o fim pretendido. Ora, não pode certamente ser essa a finalidade nem do agente, nem obviamente da humanidade. No entanto, a lógica económica reduz o sentido de bem-estar a um bem-ter de utilidades ou daquilo que as possibilita, o dinheiro. O potencial maximizado não é razoável para lá de ter em si próprio um projecto onde possa ser aplicado. Mas, na lógica da racionalidade económica a utilidade mais não é do que o acréscimo sucessivo de utilidades. *“La logique du rationnel n’est plus alors de produire pour consommer ou de consommer pour produire. Elle est de produire-consommer plus. Toute la tradition philosophique considère que cette disparition des limites est contraire à la saine raison”*¹²⁸ (LATOUCHE, 2001: 83). O consumo crescente das massas é uma condição fundamental para o funcionamento do delírio racional, uma vez que as satisfações produzidas não visam responder a necessidades reais, mas sim a necessidades publicitariamente engendradas geradoras de novas insatisfações que vão alimentar este ciclo de consumo crescente que, pode dizer-se, irracional. *“Le déraisonnable de la raison rationnelle tient ici en ce que la rationalité dans son principe se définit précisément dans cette adaptation et adéquation du comportement aux exigences de la situation.”*¹²⁹ (LATOUCHE, 2001: 84).

2) Os objectivos, nos quais se fixa, são vazios. Os objectivos em que a razão económica se ancora são vazios de sentido e por isso mesmo insensatos. O

¹²⁸ A lógica do racional não é mais a de produzir para consumir ou consumir para produzir. Ela é produzir-consumir mais. A tradição filosófica inteira considera que este desaparecimento dos limites é contrário à razão saudável.

¹²⁹ A insensatez da razão racional apresenta aqui o que a racionalidade tem definido nos seus princípios, precisamente a adaptação e adequação do comportamento às exigências da situação.

princípio de maximização conduz à produção dos bens mais eficientes, o que na prática se cifra em necessidades codificadas como gerais. Mas em que consiste verdadeiramente essa codificação genérica, senão num artificialismo virtual e enganador, de cariz fabricado? A racionalidade tende deste modo a “*uniformiser aussi les goûts pour le calcul subjectif se fonde dans le calcul objectif.(...) Le marché est la procédure normale pour le choix rationnel*”¹³⁰ (LATOUCHE, 2001: 85).

3) Propõe uma homogeneização impossível e incompatível com a diversidade do mundo. Em virtude do seu carácter de cálculo, a razão racional mede e quantifica tudo aquilo com que se relaciona. A diversidade do mundo é sequestrada pela sensações do indivíduo que a reduz à utilidade homogeneamente construída e claro mensurável em dinheiro. “*Dans un marché généralisé, moitié réel, moitié fictif, toutes les sensations trouvent à se mesurer et à s’échanger et se mirent dans l’étalon universel*”¹³¹ (LATOUCHE, 2001: 86).

4) Postula e pressupõe a existência de uma unidade no sujeito caracterizado como racional. A arquitectura do cálculo racional assenta na crença na existência de um sujeito racional que será definido como “*«l’homo oeconomicus», c’est-à-dire d’une machine à calculer simple et unique, qui quantifie les sensations converties en leur «monnaie» individuelle, l’utilité, ou a leur mesure sociale, l’argent.*”¹³² (LATOUCHE, 2001: 86). Assim, a única problemática será a hipotética existência de um sujeito pensante, isto é, desalinhado do sistema e por isso mesmo soberano. Como se constata, o pensador livre e despegado de interesse material representa uma pedra no sapato da racionalidade. O autor deixa com ironia a seguinte questão “*Faut-il inaugurer un marché intérieur à chaque sujet, où se règlent les divergences entre les instances?*”¹³³ (LATOUCHE, 2001: 88).

5) Implica uma paixão, em si mesma, que não tem fundamento nela própria – A paixão pelo interesse. Como verificámos a razão racional constrói-se na rejeição de

¹³⁰ Uniformizar também os gostos para que o cálculo subjectivo se funda no cálculo objectivo. (...) O mercado é o procedimento normal para a escolha racional.

¹³¹ Num mercado generalizado, meio real, meio fictício, todas as sensações tendem a ser medidas, trocadas e comparadas com a bitola universal.

¹³² Um *homo oeconomicus*, isso significa uma máquina de calcular simples e única, que quantifica as sensações e as converte em moeda individual, em utilidade, ou na sua medida social o dinheiro.

¹³³ Será necessário inaugurar um mercado interno em cada sujeito, onde se regulam as divergências entre as instâncias?

toda e qualquer paixão. No entanto, “*la rationalité suppose une passion pour le calcul intéressé que n’est pas forcément rationnelle*”¹³⁴ (LATOUCHE, 2001: 89). A escolha da razão económica é fria, neutra e baseada no cálculo, só assim poderá procurar o útil. A razão racional usa o cálculo pois este evita as discussões eliminando argumentos uma vez que repousa na lógica do mensurável. No limite, estaríamos perante um paradoxo. É que se transforma numa paixão pelo cálculo.

Deste modo, a ética baseada em valores de bem e mal, de justo ou de injusto, as questões ecológicas, os problemas sociais ou a própria dimensão humana, são remetidas para uma perspectiva de simples adjectivação retórica. No fundo, do que se trata é da subtracção do campo político em toda a sua amplitude.

Por fim, sobre este assunto, se olhado pelo prisma das RI, temos que o seu horizonte “compreende as relações entre entidades políticas, a maior parte delas governando um povo que não é uma Nação, e relações entre entidades privadas sujeitas a entidades políticas diferentes, assim como as relações entre entidades privadas e entidades políticas de que não estão dependentes.” (COSTE¹³⁵, 1967 *apud* MOREIRA, MOREIRA, 2002:71), o que implica mais do que a simplificadora ferramenta da racionalização, dada a multidisciplinaridade que aqui se encontra.

¹³⁴ A racionalidade supõe uma paixão pelo cálculo, interesse que não é necessariamente racional.

¹³⁵ René Coste, *Moral International*, Barcelona, 1967, p. 38 e sgts.

“Algumas teorias políticas morrem e vão para o céu; outras, espero eu, morrem e vão para o inferno. Mas algumas têm uma longa vida neste mundo, na maioria dos casos uma história ao serviço dos poderes vigentes, mas também, por vezes, uma história de oposição.” (WALZER, 2004: 211).

5. O barulho dos sabres

Neste ponto do trabalho daremos cumprimento à exposição das movimentações que se esboçam em sentido diverso da mundialização canibal que temos vindo a caracterizar. Agir onde for possível, reagir onde for necessário, poderia ser a palavra de ordem representativa do barulho dos sabres que se ergue em resposta ao eco sofrido do jogo das vítimas. O apelo de hoje, tal como no passado, pede-nos novos horizontes: “deveis fechar os olhos e convocar antes uma outra visão que haveis de despertar dentro de vós, uma visão que é de todos por direito de nascimento, mas que poucos utilizam.” (Plotino, s/d apud HARDT e NEGRI; HARDT e NEGRI, 2004: 431).

Essa busca é aqui proposta com base numa visão altermundialista que desafia os poderes opressores da ordem estabelecida e objectiva “que o respeito pelo outro se torne um valor transnacional, num momento em que nenhuma instituição tem meios para o impor pela coacção.” (BADIE, 1996: 302). A caminhada que registamos afirma novas possibilidades de libertação que deverão ser entendidas para lá desta ou daquela região geográfica, bem como fora das nostalgias do passado, não rejeitando, ainda assim, aquilo foram as conquistas civilizacionais que ocorreram. Nas palavras de Michael Hardt e Antonio Negri (2004: 15) “Defenderemos assim que a nossa tarefa política não é simplesmente resistir aos processos em curso, mas reorganizá-los e reorientá-los em ordem a novos fins.” O nascimento de uma nova realidade ontológica dará continuidade histórica às lutas de classes e aos processos revolucionários do passado. Mesmo que trôpego na cadência importa mais o sentido da passada.

É pois com galilaico sorriso que os novos “Ptolomeus” escrevem a cartografia dos poderes alternativos que servirá de guia à História que sentimos fervilhar.

Não em direcção a uma longínqua terra prometida, mas à implementação aqui e agora do “poder singular de uma *cidade nova*.” (HARDT e NEGRI, 2004: 430), alicerçado naquele misto de esperanças e de dificuldades tão bem traduzido pelas palavras de Silvério da Rocha Cunha (2005: 205), segundo as quais “Sem ponto arquimédico óptimo, mas exercitando alguns espaços de resistência – é esta a forma de exprimir a perplexidade. Afinal, é o humano espanto de existir, paralelo à violência do mundo, que nos dá os motivos genuinamente radicais para pensar.”.

a) O pós desenvolvimento

Conforme temos vindo a analisar ao longo do presente trabalho, o paradigma desenvolvimentista revelou comportar um conjunto de insuficiências (ou deficiências consoante o ângulo de observação) que o tornam insatisfatório e fomentam a procura da sua superação. O desenvolvimento foi, e é, a âncora de uma globalização que designa também o “avanço estrondoso da *omnimercantilização* do mundo. Os bens e os serviços, o trabalho, a terra, o corpo, os órgãos, o sangue, o esperma, o transplante de úteros, entram no circuito comercial. A partir de agora, com os serviços, a banca, a medicina, o turismo, os meios de comunicação, o ensino, a justiça, tornam-se transnacionais” (LATOUCHE, 1998: 31 e 32). A sociedade salarial foi desmantelada em nome da desinflação competitiva que retoma o léxico das *velhas* relações internacionais numa guerra de todos contra todos. Apesar de existirem leituras diversas, será muito difícil não reconhecer que “as tendências de mundialização das economias, da comunicação e dos mercados financeiros, o crescimento que delas deve resultar não será forçosamente proveitoso para todos os países. Esquecemos muito facilmente que metade da humanidade vive fora da "economia normal" da modernidade. O desenvolvimento – se o houver – dirá inicialmente apenas respeito às poucas regiões e pólos de prosperidade, cada vez mais ligados, que constituem o núcleo duro do macrocapitalismo planetário.” (ENGELHARD, 1999: s/n). Por seu lado, o predomínio da finança sobre a economia levou a que no campo internacional se acentuassem os desequilíbrios de poder através do mecanismo de financiamento dos défices orçamentais dos Estados por via da emissão de títulos da dívida pública lançados na selva dos mercados mundiais deixando-os “debaixo da lei dos fundos de pensão americanos e ingleses.” (LATOUCHE, 1998: 29). Através das leis da economia, com as bengalas da ciência e da técnica, o mundo parece a certa altura ser um corpo possuído, “em que os próprios homens estão reduzidos ao estado de coisas compráveis e apropriáveis. Se não se pode fazer outra coisa a não ser gerar obrigações, a governação dos homens é substituída pela administração das coisas.” (LATOUCHE, 1998: 39). De acordo com a visão ultraliberal, tudo aquilo que se afigura alvo do desejo humano é susceptível de entrar no domínio mensurável da troca. Dito de outra forma, a teoria económica contemporânea de matriz desenvolvimentista não contempla limites, “Só que, em vez de provocar um equilíbrio harmonioso para a grande felicidade do maior número de pessoas como postulam os liberais, este mercado total, totalmente enganador, não pode evitar

nem em teoria nem em prática algumas instabilidades perigosas... Um rapaz de 25 anos, ao brincar com o seu computador portátil, conseguiu mesmo, em Fevereiro de 1995, colocar em bancarrota o mais antigo e respeitável banco da *City*, o banco Barings.” (LATOUCHE, 1998: 33).

Os enormes saltos tecnológicos não devolveram tempo útil aos cidadãos para que a *Cidade* deixasse de estar tributária de um profundo olhar. As empresas - átomos da estrutura - estão entregues à lógica de comando numérico da máquina sendo conferido ao Homem o papel de executante de tarefas não pensantes, condenando-o a uma trajectória de sequestro real de uma existência, cada vez, mais virtual.

Estabelecido o diagnóstico acerca das consequências da mundialização ocidental é tempo de procurar uma formulação alternativa de modelos de organização social. É necessário *“revitaliser le tissu local. Cela est nécessaire, parce que même sur une planète virtuelle on vit localement... mais surtout, cela est nécessaire pour sortir du développement et de l'économie et pour lutter contre la mondialisation.”*¹³⁶ (LATOUCHE, 2005: 116). A pesquisa prossegue. A pista atacada está em torno daquilo que, habitualmente, se designa por altermundialismo e que é, no fundo, uma visão alternativa de um mundo global.

Uma visão que seja mais do que um porto de abrigo para os desiludidos e marginalizados que não encontram neste estado de coisas resposta para a sua vivência em sociedade. Que faça o corte com os pressupostos do desenvolvimento cujo objectivo de redução de metade da pobreza até 2015, de acordo com os *objectivos do milénio* estão, obviamente, em causa *“Premièrement, la pauvreté ne recule pas et les inégalités tendent à accroître inexorablement dans le monde. La situation se détériore particulièrement dans tous les pays auxquels furent imposées les politiques dites d'«ajustement structurel», dictées par le Fonds monétaire international et le Banque mondiale.”*¹³⁷ (HARRIBEY, 2004: 23).

¹³⁶ Revitalizar o tecido local. É necessário, porque até mesmo num planeta virtual a pessoa vive localmente... mas especialmente é necessário para sair do desenvolvimento e da economia e lutar contra a mundialização.

¹³⁷ Primeiro, a pobreza não tem recuado e as desigualdades tendem a aumentar inexoravelmente no mundo. A situação deteriora-se especialmente em todos os países para os quais foram impostas as políticas ditas de "ajuste estrutural" ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

Que não se acomode ao que existe. Que seja um ponto de partida e não o fim de qualquer coisa. Que não tenha receio de suportar o custo de afrontar os *escribas e fariseus* do nosso tempo. Que se afirme pela positiva, como referencial de valores fundamentais como a solidariedade e justiça humanas. Pois, como pudemos perceber o desenvolvimento não é o remédio. É o problema. Como nos é lembrado, “*Le prodigieux développement de échanges internationaux, qui a beaucoup contribué à la croissance de dernières décennies, a provoqué la transformation des appareils de production nationaux, en entraînant un remodelage social qui interdit tout retour en arrière. Au plan économique, le pays industrialisé ne jouit plus de la moindre autonomie, sa dépendance à l’égard du monde extérieur étant, paradoxalement, d’autant plus grande que son niveau de développement technico-économique est plus élevé.*”¹³⁸ (PARTANT, 1982: 25).

Temos assim que o grau de dependência internacional entre os países torna-se mais apertado. Tal poderia, à partida, ser exclusivamente apreciado como algo bom em si mesmo, não fora todavia os constrangimentos efectivos provocados pelos desequilíbrios inerentes a esta formulação.

Na esteira de diversos pensadores, Serge Latouche analisa o desenvolvimento económico como a forma de dominação do Ocidente sobre o resto do mundo e, como tal, há que acabar com ele de vez. É para isso necessário estruturar outra concepção. “*Cette posture du refus du développement (que ses auteurs qualifient eux-mêmes d’anti ou post-développement) a le mérite de lier une critique de la domination occidentale à l’un des vecteurs essentiels de celle-ci : l’imposition d’une vision de l’avenir des sociétés qui ne pourrait passer que par le chemin emprunté par l’Occident. Elle refuse à juste titre la fuite en avant de la production et de la consommation au mépris des contraintes naturelles. Elle montre aussi que l’adhésion à la croyance en un développement – réduit à une augmentation perpétuelle de la richesse matérielle – conduisant au bien-être*

¹³⁸ O prodigioso desenvolvimento com base nas trocas internacionais que muito contribuiu para o crescimento nas últimas décadas provocou a transformação dos aparelhos de produção nacionais, enquanto induziu uma remodelação social que, do que estava à volta, nada escapou. No plano económico, os países industrializados não gozam de menor autonomia, mas a sua dependência relativamente ao exterior é, paradoxalmente, tanto maior quanto o nível de desenvolvimento técnico-económico é mais elevado.

*traduit une violence symbolique subie par les dominés*¹³⁹ (HARRIBEY, 2004: 173 e 174).

Existem duas formas distintas de perspectivar uma sociedade onde seja possível viver de forma diferente. Podemos ser obrigados de forma quase inconsciente a construí-la contra vontade, ou podemos, pelo contrário fazê-lo de forma consciente. “*La première forme représente «l’alternative» historique, la seconde, «l’alternative» volontariste*”¹⁴⁰ (LATOUCHE, 2005: 116). O autor sustenta aquilo que designa de uma coerência global de conjunto, nas inovações alternativas, que vai, por exemplo, desde as empresas cooperativas em autogestão às comunidades neorurais, bem como o direito à auto-organização dos povos do Sul. Essas possibilidades valem, desde logo, pelo que simbolicamente representam, “*nous intéressent moins pour elles-mêmes que comme formes de résistance et de dissidence au processus de montée en puissance de «l’omnimarchandisation» du monde. Le danger de la plupart des initiatives alternatives volontaristes est, en effet, de se cantonner dans la créneau qui leur a permis de naître et de se développer au lieu de travailler à la construction et au renforcement d’une «niche».*”¹⁴¹ (LATOUCHE, 2005: 117). No que toca à definição do contexto, as empresas alternativas devem viver num meio diferente do mercado mundializado, não podendo nesta fase estar sujeitas à confrontação violenta e aos conflitos renhidos característicos da racionalidade económica, sob pena de serem canibalizadas. Não poderão pois ser esses os meandros da organização alternativa.

Nesse campo exploratório, Serge Latouche na obra *Os perigos do mercado planetário*, destapa o véu e apresenta um novo mapa analítico relativo ao contexto hodierno. A

¹³⁹ Esta posição da recusa do desenvolvimento (que os próprios autores qualificam de anti ou pós desenvolvimento) tem o mérito de ligar uma crítica da dominação ocidental a um dos vectores essenciais da mesma: a imposição de uma visão do futuro das sociedades que só poderia passar pelo caminho apontado pelo Ocidente. Ela recusa compreensivelmente a fuga para a frente da produção e do consumo com total desprezo pelos constrangimentos naturais. Ela mostra que a adesão a uma convicção no desenvolvimento – reduzido a um aumento perpétuo da riqueza material - dirigido ao bem-estar traduz uma violência simbólica sofrida pelos que são dominados

¹⁴⁰ A primeira forma representa a *alternativa* histórica, a segunda a *alternativa* voluntarista.

¹⁴¹ Interessam-nos menos por elas próprias do que como formas de resistência e dissidência para com o processo de elevação ao poder da omnimercantilização do mundo. O perigo da maioria das iniciativas alternativas voluntaristas é, realmente, ficarem limitadas por se acantonarem no espaço que lhes permitiu nascer, em vez de trabalharem para a construção e reforço de um movimento.

descolonização dos espíritos, ou do imaginário, como várias vezes a designa, baseia-se na convicção de que existe um conjunto de ideias que partem de um julgamento exterior sobre uma determinada realidade e que ela é a partir desse momento modelada pelo juízo que é formulado. É como ele refere, “a interiorização do olhar do outro, esse processo de autocolonização do imaginário” (LATOUCHE, 1998: 126). Não obstante, reconhece que o principal obstáculo ao triunfo de novas soluções passa por ainda não ter havido a “*deseconomização* dos espíritos, da qual é consequência. Resolver esta impossibilidade é, sem dúvida, o maior desafio com o qual é confrontado o pensamento crítico contemporâneo.” (LATOUCHE, 1998: 142). Esboça-se a partir daqui a oferta de um novo quadro teórico que contempla desafios, incertezas e expectativas. Nesta ousadia de dar um passo em frente ressalta um conjunto de ações – entre outras possíveis – que são consideradas essenciais, tais como:

a) Pôr em causa o despotismo dos mercados financeiros, que acentuam as desigualdades crescentes quer entre o Norte e o Sul (em termos internacionais) quer dentro dos países, cuja finalidade apenas assiste aos profetas do capitalismo. Ao arrepio desse açaimo deverá, isso sim, ser adoptada uma taxa sobre as transacções nos mercados de câmbio com vista ao restabelecimento de uma “regulamentação pública internacional.” (CHESNAIS, 2000: 15). Esta taxa também conhecida por taxa Tobin, o economista keynesiano que lhe deu nome, enquanto procedimento tributário sobre transacções com fins especulativos, constituiria uma séria advertência aos agentes económicos por parte do poder político lembrando que “o interesse geral deve prevalecer sobre os interesses particulares” (CHESNAIS, 2000: 15). Isso “seria uma medida reformista de salubridade pública planetária.” (LATOUCHE, 1998: 144);

b) Bater-se contra o mercado mundial que é, pode afirmar-se, falsamente livre, além de ser o grande responsável pela dinâmica destruidora do planeta. A Salvaguarda da *grande casa comum* faz-se pela garantia da diversidade gerida de acordo com uma fórmula onde cada população seja capaz de produzir, pelo menos parte, das suas necessidades fundamentais porque, se assim não for, estar-se-á a atirar a dignidade humana desses povos para o fundo de uma vala. Rumar a uma economia-ecológica na qual “o tempo e a irreversibilidade têm um peso e uma significação incontornáveis.” (FAUCHEUX e NOËL, 1997: 395). Deve ser este o caminho, antes que GAIA, a deusa grega da terra realize a sua auto-regulação e em resposta à agressão à natureza, esta mesma natureza recupere o seu equilíbrio

ainda que tenha como custo a exclusão do Homem pondo fim à aventura humana sobre a terra;

c) Questionar o totalitarismo mercantil, em que todas as áreas e sectores da vida se tornam, dele, reféns. Deve portanto caminhar-se no sentido de democratizar o processo de cálculo acerca de qual o “grau desejável de internacionalização da economia.” (LATOUCHE, 1998: 146). Tal pressupõe a assumpção da dimensão política na organização das sociedades ou como acredita Chantal Mouffe (1996: 17) “reconhecendo a natureza do político, em vez de negar a sua existência”. Numa nova concepção, a concorrência não pode invadir a vida humana, através do preço do trabalho, na medida em que, ao proporcionar que os trabalhadores concorram entre si, os obriga a aceitar salários cada vez mais reduzidos e abaixo do limiar de um nível de vida digno. As propostas de soluções futuras devem contemplar a redução dos horários de trabalho. Trata-se de permitir a todos aqueles que o desejem que possam encontrar um emprego, considerando isso, não apenas um direito mas uma condição de realização da própria existência humana no sentido material. E num sopro de mudança, dever-se-á ir um pouco mais longe fazendo caminhar o rendimento mínimo de inserção, ou o seu equivalente, no sentido de “um verdadeiro salário de cidadania, desligando o salário da obrigação do trabalho” (LATOUCHE, 1998: 147). Esta posição repousa na convicção de que há condição de sequestro da liberdade em muitas das áreas da vida quotidiana. Não há liberdade quando alguém em casa espera por nós e nada temos para levar. Não há liberdade quando o que outrora se chamou bem-estar se apelida agora de bem-ter e muitos não têm. Não há liberdade onde graça o preconceito. Não há liberdade quando os outros escolhem por nós. Completando, esta refundação do princípio salarial sugere com facilidade a verificação de que se tornará justo limitá-lo superiormente. Ou seja, a delimitação de um tecto salarial que, além de ser pensado como factor de justiça, representará simbolicamente a existência de limites de vontade colectiva que a partir de determinado grau prevalecem sobre os desejo materiais do indivíduo. Latouche (1998: 148) remata ao colocar uma questão para a qual avanta de imediato a resposta “Poderá haver democracia sem um mínimo de igualdade de condições, mesmo as económicas? Se o muito rico não sente ter algum dever para com o mais pobre, deixa de haver vínculo social.”;

d) Através da definição oferecida por Badie e Smouts (1999: 93) temos as relações transnacionais como “toda a relação que, por vontade deliberada ou por destino se constrói no espaço mundial para lá do quadro estatal nacional e que se realiza pela fuga, ao menos parcial, ao controlo ou à acção mediadora dos Estados”. Dentro

desta circunscrição constatamos como agentes dominantes as empresas transnacionais às quais é necessário aplicar regras de boa conduta e tentar o “seu desmantelamento se ainda for a tempo para isso.” (LATOUCHE, 1998: 149). Porque internacionalmente se levantam, cada vez de forma mais notória, movimentos transnacionais irmanados em interesses transversais aos territórios, há que avançar com *pinças* em matéria de equilíbrios para novas formulações. Tal sucede, pois, tendo uma vez mais como origem o domínio económico, na medida em que “o sistema económico internacional, no qual os Estados traçam as fronteiras entre a economia interna e as relações de comércio externo, transformam-se na esteira da globalização dos mercados, numa economia transnacional” (Habermas, 1999 apud SERBENA; SERBENA, S/D: 29). Assim, num novo panorama, a autonomização normativa de um interesse público universal, deve surgir como quadro moderador. Partindo aprioristicamente da existência de uma comunidade humana, é então possível erguer uma outra realidade;

e) Ajudar todos os que, por consequência do modelo desenvolvimentista, se encontram do lado de fora da vida, para que se possam auto-organizar. Deverá pois prevalecer a noção de respeito por aquilo que é diverso, sobre a paranóia da normalização. Trata-se no fundo de combater as anti-sociedades conforme nos alerta Gilbert Rist (1997: 35) “*Le processus de mondialisation entraîne donc, selon les lieux et selon qu’il se manifeste dans l’ordre économique ou politique, des effets opposés mais symétriques dont la caractéristique commune est de produire ce qu’il faut bien considérer comme des «anti-sociétés».*”¹⁴² Ao mesmo tempo, e de acordo com o novo modelo, é imperativo que se assista a um processo de autolimitação das economias *predadoras* for forma a permitir o renascer de territórios hoje parasitados e por isso muribundos, sem esquecer que “Em todos os casos, o encorajamento por sociedades ecologicamente viáveis deve ser preferível à impostura do desenvolvimento sustentável.” (LATOUCHE, 1998: 150);

f) Implementar o princípio da precaução e “Exigir que os atentados ao meio ambiente e, em particular, as mutações genéticas, as agressões contra as outras espécies vivas (dos sacrifícios de animais à erosão da biodiversidade) sejam debatidos democraticamente e decididos por instâncias representativas e não pela

¹⁴² O processo de internacionalização arrasta então, de acordo com os lugares e dependendo de como se manifesta na ordem económica ou política, efeitos opostos mas simétricos de cuja característica comum é produzir o que se considera as anti-sociedades.

mão invisível ou pelos poderes tecnocientíficos da megamáquina.” (LATOUCHE, 1998: 150) ¹⁴³. Para lá da questão do meio ambiente e centrando a análise na posteridade, facilmente nos daremos conta de que terá de existir uma mudança profunda na óptica de como a contemporaneidade pondera todo o sistema de direitos e de deveres. Naquilo a que Hans Jonas¹⁴⁴ refere como concepção antropocêntrica, os direitos são reflexo dos deveres. Porém, se em causa estiver a posteridade, o outro ainda não-existente não tem a forma existencial de impulsionar o dever dos que agora existem, nem igualmente de atribuir os direitos aos seres presentes. Desta forma, há uma relação desigual entre o ser presente, digno de direitos e deveres, e o ser futuro. Para lá da lógica antropocêntrica, pelo contrário, o ser da posteridade deverá encarar-se como alguém que merece existir e tem direito de existir. E tudo deve, para isso, ser feito. Essa é a nossa responsabilidade;

g) Considerar que a técnica está ao serviço das pessoas, e por isso subordinada à vontade da humanidade, o que leva necessariamente a uma selectividade da segunda em relação à primeira, manifestada na não integração desta “excepto na condição de não constituir um atentado nem à natureza nem ao emprego, mas

¹⁴³ Nesta óptica podemos encontrar um conjunto de reflexões paralelas a outros expoentes do pensamento contemporâneo p.e. para KÜNG (1990: 65) “as palavras de ordem do terceiro milénio deveriam ter, por conseguinte, um teor muito concreto: responsabilidade da sociedade mundial pelo seu próprio futuro! Responsabilidade pelo mundo contemporâneo, pelo meio ambiente, mas também pela posteridade.”

¹⁴⁴ Para Hans Jonas (1990: 87) “La revendication d’être commence seulement avec l’être. Or c’est précisément à ce qui n’est pas encore que l’éthique cherchée a affaire et son principe de responsabilité doit être indépendant aussi bien de toute idée d’un droit que de celui d’une réciprocité – de sorte que dans son cadre la question qu’on a inventée à son intention en manière de boutade: « L’avenir, qu’a-t-il jamais fait en ma faveur ? est-ce qu’il respecte, lui, mes droits ? » ne peut absolument pas être posée.”

A proposta de Hans Jonas para um princípio de responsabilidade é um princípio baseado numa relação onde não prevaleçam os direitos e deveres de uma ética antropocêntrica, mas sim o desejo de contribuir para a existência feliz de futuras gerações. É uma responsabilidade solidária e abnegada. O princípio de responsabilidade recupera o altruísmo, entendido como parte da nossa identidade natural e que nos aproxima dos outros. O dever para com as gerações futuras é um dever para com a humanidade, independentemente de estas não nos retribuirmos qualquer direito. É um dever filantrópico.

traduzir-se, pelo contrário, numa diminuição do tempo de trabalho, num aumento das remunerações e numa melhoria da qualidade de vida.” (LATOUCHE, 1998: 150);

h) A terra, os bens ambientais e o corpo não poderão ser considerados como vulgares mercadorias “porque dizem respeito ao homem, à sua vida, à sua cultura e às suas ligações.” (LATOUCHE, 1998: 151). Não proibindo em absoluto transacções destes elementos, elas deverão ser alvo de um quadro de regulamentação baseado num amplo e participado debate democrático. Isto constituirá uma profunda alteração relativamente àquilo que existe pois subtrai a decisão aos comités de especialistas que não representam a vontade das comunidades.

Para Serge Latouche (1998: 151 e 152) estas pistas para um novo tempo “separadas da sua dinâmica, não escapam ao risco do voluntarismo utópico. O importante não está tanto no pormenor das medidas concretas, mas no estabelecimento de uma clara determinação em resistir aos «novos mestres do mundo».”. Latouche tem a noção de algumas debilidades que podem ser apontadas no caso de a leitura ser efectuada (como não pode deixar de ser) com os óculos que o modelo existente nos proporciona. No entanto, não deixa de ousar apresentá-las como *pedradas no charco* que se juntam, em salpicos de esperança formulados como candeias, a impulsos procurados por outros em nome de um tempo vindouro mais justo.

O nosso dever para com a essência da humanidade assenta em princípios éticos. Sem a verificação de tal pressuposto, não é garantida a preservação da humanidade.

A força agregadora dessa moral subjectiva que gera o princípio de responsabilidade deve permitir a salvaguarda da *habitabilidade* global. Caso contrário, as gerações futuras têm o direito de acusar-nos de irresponsáveis e causadores da sua adversidade.

Assim, a nossa principal missão é, através das acções contemporâneas, criar condições para que as gerações futuras possam prosseguir esta *aventura*.

Parafraseando Boaventura Sousa Santos, dir-se-á que “este projecto pode parecer demasiado utópico. Mas, como disse Sartre, antes de ser concretizada, uma ideia tem uma estranha semelhança com a utopia. Seja como for, o importante é não reduzir o realismo ao que existe, pois, de outro modo, podemos ficar obrigados a justificar o que existe, por mais injusto ou opressivo que seja.”.

Neste sentido, tem-se intensificado a busca por concepções alternativas, com designações, mais ou menos, sugestivas de tempos mais prósperos para a humanidade. Em comum, quer tenham ou não um título que lhes permitam ser identificadas com o pós desenvolvimento, como o já referido *princípio da responsabilidade* ou a construção em marcha da *cultura da paz*¹⁴⁵, quer não sejam ainda possuidoras de patentes reconhecidas, todas elas acabam por habitar o terreno comum da expectativa e da confiança. Se outras razões não houvessem bastaria uma: “mesmo por mais modestas que sejam estas experiências, elas são portadoras de esperança.” (LATOUCHE, 1998: 153). Na verdade existem alguns exemplos nossos contemporâneos que, pela expressão que tiveram, pela dinâmica, pela justiça de que foram portadores na luta que travaram, são dignos de referência. É o caso dos movimentos feministas, sobretudo pela forma como se tornaram avassaladores alterando o posicionamento social dos actores. Atentemos pois que “Ainda não há muito tempo, os objectivos prioritários dos feministas envolviam a melhoria da condição das mulheres, a aquisição de um estatuto equitativo. Estes ajustamentos eram necessários. Todavia, assiste-se a uma evolução e a um alargamento das preocupações: passou-se das reivindicações "welfaristas" para passar a levar em linha de conta o seu papel activo. A mudança de percepção é notável: já não são as destinatárias passivas de uma reforma afectando o seu estatuto, mas sim as actrizes da mudança, as iniciadoras dinâmicas de transformações sociais, visando modificar tanto a existência dos homens como a sua (...)” (SEN, 2000: 19).

Estas abordagens contagiam-nos com a certeza de que há uma concepção alternativa no caminho da paz e remetem-nos o seu alcance para uma substituição de noções e práticas comportamentais, perfeitamente entrosada com a procura de “uma reabilitação do *ethos*, dos valores morais de base que fundamentam as atitudes humanas” (KÜNG, 1990: 55). A proposta de progredir em direcção a uma abordagem de comunidade global colhe o assentimento de quem reconhece que “a comunidade internacional no seu conjunto, quadro de referencia da objectivação de alguns interesses protegidos pelo Direito Internacional, reclama da responsabilidade algo mais do que uma indiferenciada sanção de ilegalidade.”

¹⁴⁵ Sobre esta perspectiva e para dar corpo a esses *pilares de um novo senso comum* alicerçados numa *cultura da paz* deverão alterar-se vários aspectos. “O primeiro é a substituição da territorialidade pelos interesses comuns; o segundo é a substituição do etnocentrismo pelo multiculturalismo; e o terceiro é a substituição das lealdades de proximidade por uma cidadania cosmopolita.” (PUREZA, 2002: 2).

(PUREZA, 1998: 118). Resistir e divergir ajudarão decisivamente na limitação do efeito nefasto que é a uniformização à escala planetária, consequência da ocidentalização do mundo. Lutar através de atitudes cuidadosamente buriladas, como se permite referir Serge Latouche (1998: 152) “Resistência e dissidência com a cabeça, mas também com os pés. Resistência e dissidência como atitude mental de recusa, como higiene de vida: recusa em participar neste empreendimento de lavagem cerebral e de destruição planetária. Resistência e dissidência como atitude concreta por todas as formas de auto-organização alternativas.”.

A alternativa ao desenvolvimento não será um regresso ao passado e por isso não passará por trazer semanticamente agarrado e reabilitado o termo sustentável¹⁴⁶, embora não deva, por outro lado, rejeitar os aspectos positivos do *velho* paradigma, “*Le retour inattendu du "développement" à travers le durable sert en fait de cheval de Troie pour réintroduire dans la pensée critique, voire anti-productiviste, par la fenêtre la croissance économique de la production matérielle prédatrice et écodestructrice que l'on avait chassé par la porte. La critique radicale du développement est le «schibboleth» de l'alternative authentique. L'anti-productivisme peut laisser la porte ouverte à un développementisme "modéré" : critique des excès de la croissance, du mal-développement mais au lieu de jeter le bébé on ne jette que l'eau du bain.*”¹⁴⁷ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 18).

¹⁴⁶ É por exemplo essa a posição de Jean-Marie Harribey quando refere que “En termes économiques, notre projet est de réhabiliter l’usage des choses : établir la suprématie de la valeur d’usage sur la valeur d’échange. Cela signifie la limitation progressive du règne du profit et du champ de la valorisation du capital. C’est la condition *sine qua non* de la transformation des modèles de production et de consommation dans un sens plus qualitatif, plus économe à la fois du travail et des ressources, et plus favorable à la l’éclosion d’activités solidaires.(...) En revanche, le développement peut retrouver un sens positif s’il est radicalement requalifié pour mettre l’économie en face de nouvelles exigences : politiques, sociales, écologiques, et cela dans la durée.” (HARRIBEY, 2004: 241).

¹⁴⁷ O retorno inesperado do "desenvolvimento" como sustentável é de certo modo um cavalo de Tróia que tende a reintroduzir no pensamento crítico, ou anti-productivista, pela janela, o crescimento económico da produção material predatória e ecodestrutiva que tinha sido empurrado pela porta. A crítica radical do desenvolvimento é a contra-senha da alternativa autêntica. O anti-productivismo pode deixar a porta aberta a um desenvolvimentismo moderado: crítico dos excessos do crescimento, do mau desenvolvimento, mas em vez de deitar fora o bebé deita só a água do banho.

Não poderá também tomar a forma de um modelo único. O pós desenvolvimento deve ser obrigatoriamente plural. O pós desenvolvimento mover-se-á num quadro de realização colectiva, no qual não se privilegiará um bem-estar material destrutivo do meio ambiente e do vínculo social. Movimentar-se-á no respeito pela amplitude das culturas.

b) Perspectivas altermundialistas

O altermundialismo pretende significar uma dinâmica de alternativa à mundialização em curso. Foi, aliás, primeiramente evidenciado como antimundialismo, *“Il n'a pas suffi en effet de remplacer l'expression «antimondialisation» par «altermondialisme» pour donner un contenu positif à une alternative crédible au libéralisme à l'échelle mondiale (...) Ce qui n'est pour le moment qu'une proclamation programmatique, «l'altermondialisme», a été une bonne opération médiatique. Elle a été particulièrement bienvenue puisqu'elle a levé l'hypothèque de la suspicion légitime vis-à-vis de ceux qui ne font que s'opposer et que critiquer. Elle s'est avérée particulièrement heureuse puisque la nouvelle dénomination, «l'altermondialisme», a été popularisée par les médias.”*¹⁴⁸ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 5 e 6). Opõe-se, pelo menos na maioria das suas acepções, à lógica produtivista do desenvolvimento por considerar que este continua baseado na visão fordista dos 30 gloriosos anos da economia, no pensamento único e que teima em não aceitar os limites do crescimento. Dirige fortes críticas no domínio da ecologia política assente na contestação ao cada vez maior aumento do crescimento da riqueza material por intermédio do progresso técnico que se arvora em *“«la loi et les prophètes» de l'accumulation capitaliste.”*¹⁴⁹ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 9 e 10). A dimensão produtivista fomenta o acréscimo sucessivo das desigualdades a nível mundial que, se por um lado possibilita uma acumulação imensa de riqueza, por outro conduz também à condenação à miséria de milhões de seres humanos. Assume, por isso, como ponto de partida transformador o antiprodutivismo. E, desde logo, questiona

¹⁴⁸ Não foi suficiente substituir a expressão "antimundialização" por "altermundialização" para dar um conteúdo positivo a uma alternativa credível ao liberalismo à escala mundial (...) Este não é o momento para mais do que uma proclamação programática, o "altermundialismo" foi uma boa operação mediática. Ele foi particularmente bem vindo na medida em que ergueu a garantia da suspeição legítima defronte daqueles que mais não fazem do que se opor e que criticar. Provou ser particularmente feliz na nova denominação o "altermundialismo" foi popularizado pelos media.

¹⁴⁹ Lei e profetas da acumulação capitalista.

o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), uma vez que sendo este considerado como uma componente essencial da riqueza como se pode então verificar que em determinados momentos históricos, ou mesmo actualmente, em certos países, concomitantemente com o seu crescimento se assista a um decrescimento do bem-estar? Há pois que assumir um conjunto de posições face ao crescimento. Os mentores do altermundialismo propõem “*les quatre positions fondamentales vis-à-vis de la croissance*”¹⁵⁰ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 11): 1. a rejeição da mundialização; 2. a rejeição da mundialização capitalista; 3. o reformismo pragmático e 4. o reformismo realista com ideal¹⁵¹. Vejamos sucintamente cada uma delas.

1. A rejeição da mundialização é a posição do autor que em detalhe analisamos neste trabalho - Serge Latouche – que, “*avec le soutien d'Edgar Morin*”¹⁵² (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 11), defende uma descolonização do imaginário e um decrescimento voluntário. Esta será a abordagem que aprofundaremos adiante.

2. A rejeição da mundialização capitalista é na prática a recusa do capitalismo, considerando que a sua expansão objectivou a construção de um *Império* à escala mundial e cuja cúpula são os Estados Unidos da América. Os autores que, na actualidade, apresentam maior visibilidade neste vector do altermundialismo são Michael Hardt e António Negri¹⁵³. Acresce a esta notoriedade o Conselho Científico da ATTAC (*Association pour la taxation des transactions financières pour l'aide aux citoyens*¹⁵⁴). Esta é a posição do desenvolvimento durável, desde que no quadro de um conjunto de concessões das quais se destacam a sustentabilidade

¹⁵⁰ As quatro posições fundamentais perante o crescimento

¹⁵¹ As expressões originárias e em francês são respectivamente: 1. Le refus de la mondialisation; 2. Le refus de la mondialisation capitaliste; 3. Le réformisme pragmatique e 4. Un réformisme réaliste avec idéal.

¹⁵² Com o suporte de Edgar Morin.

¹⁵³ No âmbito do presente trabalho foram lidos dois trabalhos destes autores, disponíveis em língua portuguesa: HARDT, Michael e NEGRI, António: 2004, *Império*, Lisboa: Livros do Brasil e 2005, *Multidão – Guerra e democracia na era do império*, Porto: Campo das Letras.

¹⁵⁴ Associação para a taxação das transacções financeiras para ajuda aos cidadãos. Esta associação tem como Presidente do Conselho Científico Dominique Plihon, Professor de economia na Universidade Paris XIII.

ecológica, a equidade social, fundado na democracia, geopoliticamente equilibrado e respeitador da diversidade cultural.

3. O reformismo pragmático assenta numa óptica social liberal seguida, em grande medida, por uma lógica de governança baseada numa regeneração paulatina que utiliza mecanismos e instrumentos de raiz económica como, por exemplo, as populares ecotaxas ou as licenças de poluição de forma a internalizar os efeitos negativos. Esta perspectiva corre o risco de aceitar a substituição crescente do capital artificial pelo capital natural na linha do conceito de sustentabilidade fraca de Solow.

4. O reformismo realista com ideal que consiste “à miser délibérément sur le pluralisme de l'économie plurielle”¹⁵⁵ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 12). Significa tornar plural, com base numa prática associativa, a gestão da sociedade fomentando a diversificação dos modos de produção da riqueza, “*quitte à faire décroître le PIB dans les pays du Nord pour le faire croître dans les pays du Sud, émanciper les femmes de leurs foyers et subordonner tous les modes de production à un mode de gouvernance reposant sur la démocratie délibérative.*”¹⁵⁶ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 12). Esta abordagem deriva de uma “*analyse internaliste de l'altermondialisme.*”¹⁵⁷ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 12). As questões relacionadas com a ecologia política e o antiprodutivismo não são particularmente valorizadas nesta posição.

c) A origem da ideia do decrescimento

A origem da ideia do decrescimento deve-se ao matemático e economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen¹⁵⁸ que por alturas dos anos 1960 “*a tenté d'appliquer à*

¹⁵⁵ Entrar imediatamente no pluralismo da economia plural.

¹⁵⁶ Levando ao decrescimento do PIB nos países do Norte para o fazer crescer nos países do Sul, emancipar as mulheres das suas casas e subordinar todas as formas de produção a um modo de governação baseado na democracia deliberativa.

¹⁵⁷ Análise *internalista* do altermundialismo.

¹⁵⁸ Nasceu a 04 de Fevereiro de 1906, teve formação inicial em matemática, começou sua carreira científica em 1930 com uma tese na Sorbonne. Trabalhou em Harvard, como bolsista da Fundação Rockefeller sob a supervisão de Joseph Schumpeter. Foi igualmente aí que trabalhou em 1948 quando a ascensão do estalinismo o levou a abandonar Bucareste. No ano seguinte tornou-se

l'économie les principes de la thermodynamique. Le premier, appelé principe de conservation de l'énergie, indique que la quantité d'énergie dans l'univers reste constante ; le second, appelé principe de dégradation ou entropie, établit que la quantité d'énergie, bien que constante, se transforme de plus en plus en chaleur irrécupérable, non réutilisable. Selon Georgescu-Roegen, «l'entropie d'un système clos augmente continuellement (et irrévocablement) vers un maximum ; c'est-à-dire que l'énergie utilisable est continuellement transformée en énergie inutilisable jusqu'à ce qu'elle disparaisse complètement». Les activités économiques s'insèrent dans un univers physique soumis à la loi de l'entropie et le développement économique est fondé sur l'utilisation inconsidérée du stock terrestre d'énergie accumulé au cours du temps.»¹⁵⁹ (HARRIBEY, 2004: 187).*

Avulta nesta leitura a convicção de que é necessário encontrar uma via de desenvolvimento humano compatível com a retracção, isto é, com o decréscimo do produto. Georgescu-Roegen defendeu a tese de que a economia está, no limite, submetida à ecologia e será um dia absorvida por ela. Isso sucederá quando, ao invés do que acontece actualmente, os economistas desenvolverem o seu trabalho no muito longo prazo (aqui considerado como acima de duas gerações). Basta pensar na gestão de recursos raros necessários à qualidade da vida das gerações

professor da Universidade Vanderbilt (Nashville), onde permaneceu até completar 70 anos. Faleceu a 30 de Outubro de 1994. Deixou vários artigos que publicou em revistas científicas de economia no intervalo de 60 anos que decorreu entre 1935 e 1994. Uma obra parcialmente reunida em três livros: *Analytical Economics; Issues and Problems* (Harvard, 1966), *The Entropy Law and the Economic Process* (Harvard, 1971) e *Energy and Economic Myths* (Pergamon, 1976), publicações que servem hoje de referências básicas a pesquisas sobretudo na área de economia do ambiente.

* N. Georgescu-Roegen, *La Décroissance : Entropie-Écologie-Économie*, 2^e éd. fr., Paris, Sang de la terre, 1995, p.81-82.

¹⁵⁹ Tentou aplicar à economia os princípios da termodinâmica. O primeiro, designado *princípio de conservação da energia*, indica que a quantidade de energia no universo permanece constante; o segundo, designado *princípio de deterioração ou entropia*, estabelece que a quantidade de energia, embora constante, vai-se tornando cada vez mais em calor irrecuperável, não reutilizável. De acordo com Georgescu-Roegen "a entropia de um sistema fechado aumenta continuamente (e irrevogavelmente) para um máximo; isso significa que a energia utilizável é transformada continuamente em energia inutilizável até que desaparece completamente". As actividades económicas inserem-se num universo físico submetido à lei da entropia e o desenvolvimento económico baseia-se no uso imprudente do stock terrestre de energia acumulado durante o tempo.

vindouras para se perceber que a economia irá ser considerada um dia como um ramo da ecologia¹⁶⁰.

Georgescu-Roegen chega a esta proposição ao considerar que a termodinâmica é muito mais pertinente para a economia do que a mecânica. Entra em colisão com o paradigma dominante por via da compreensão do segundo princípio da termodinâmica, a chamada lei da entropia, que consiste na transformação de formas úteis de energia em formas que a humanidade não consegue utilizar. Temos por um lado que todas as formas de energia são gradualmente transformadas em calor sendo que este acaba por ser tão disperso que o homem não o pode utilizar. Para ser utilizável, a energia precisa estar repartida de forma desigual. Se a energia estiver completamente diluída então não é utilizável. A ilustração clássica remete para o exemplo da grande quantidade de calor dissipada na água do mar que nenhum navio pode utilizar. Por outro lado, todos os organismos vivos estão sujeitos ao aumento da entropia, mas procuram mantê-la constante tirando do meio ambiente os elementos de baixa entropia necessários à compensação. O crescimento económico moderno baseou-se na extracção da baixa entropia contida no petróleo e no carvão. Ora, mesmo que um dia a forma de exploração possa apresentar características diferentes, não poderá, ainda assim, contrariar o segundo princípio da termodinâmica o que acabará por obrigar a humanidade a abandonar o crescimento.

Georgescu-Roegen considera a possibilidade de um *estado estacionário* de crescimento nulo como uma visão ingénua. Conclui que é essencial encontrar um caminho compatível com a retracção, isto é, com o decréscimo do produto. Uma tese que afronta claramente a visão económica de curto prazo. Para ele *“Il n’y a croissance que lorsqu’augmente la production par habitant des types de biens courants, ce qui implique naturellement aussi un épuisement croissant des ressources également*

¹⁶⁰ Esta posição levou-o a ser considerado praticamente como um herege, A punição foi assumida em 1976, na décima edição do manual de Economia, de Samuelson, no qual foi introduzida uma advertência - suprimida em edições mais recentes - sobre o banimento do autor de *Analytical Economics*, uma obra que uma década antes havia sido promovida por prefácio do próprio Samuelson. Foram assim retiradas as teses que Georgescu-Roegen que este, no entanto, posteriormente desenvolveu. A dita advertência referia que Georgescu-Roegen não podia mais ser aceite na medida em que se aventurara pelo campo obscuro da ecologia.

accessibles.”¹⁶¹ (GEORGESCU-ROEGEN, 2006: 118). Explica que “*La croissance économique – il convient de le souligner – est un état dynamique, analogue à celui d’une automobile prenant un virage. Il est impossible pour une telle automobile de se trouver sur une trajectoire à un moment suivant. L’enseignement de l’économie dominante selon lequel la croissance économique dépend seulement de la décision prise à un moment donné de consommer une proportion plus ou moins grande de la production (Beckerman, pp.342 et ss ; Solow 1973, p.41) est en grande partie non fondé.*”¹⁶² (GEORGESCU-ROEGEN, 2006: 118 e 119). Ainda assim, quando se reportar ao desenvolvimento, Georgescu-Roegen não estabelece (ao contrário de Serge Latouche) uma relação directa entre o crescimento e este e chega mesmo a afirmar que “*Toutefois, au niveau purement logique, il n’y a nul lien nécessaire entre développement et croissance ; on pourrait concevoir le développement sans la croissance.*”¹⁶³ (GEORGESCU-ROEGEN, 2006: 119).

d) O decrescimento

Partindo de uma visão altermundialista, na qual se concebe um caminho alternativo diverso do modelo capitalista, e se, simultaneamente, nos situarmos no paradigma do pós-desenvolvimento, estamos então no plano teórico, bastante próximos de conhecer uma formulação reformadora, bem como toda a estrutura conceptual que lhe está associada e na qual Serge Latouche se estrutura como um dos principais vultos desse conceito. Eis a *décroissance* ou decrescimento. O que é a *décroissance*, que objectivos persegue, como se organiza enquanto movimento e que questões adjacentes se lhe levantam nomeadamente no âmbito das relações internacionais, será o que estudaremos a seguir.

¹⁶¹ Não há crescimento que, quando aumenta a produção per capita dos tipos de bens correntes, não implique, naturalmente, também o igual esgotamento dos recursos acessíveis.

¹⁶² O crescimento económico - convém sublinhar isto - é um estado dinâmico, análogo ao de um carro que está a dar a volta. É impossível tal carro encontrar uma trajectória no momento seguinte. O ensino da economia dominante de acordo com a qual o crescimento económico só depende da decisão de num dado momento consumir uma proporção maior ou menor da produção (Beckerman, pp.342 e ss; Solow 1973, p.41) é em grande parte infundada.

¹⁶³ Porém, para o nível meramente lógico, não existe uma estreita ligação entre desenvolvimento e crescimento; poderemos conceber o desenvolvimento sem o crescimento.

A *décroissance*, doravante designada por decrescimento, não pretende ser apresentada como uma teoria nem sequer como um conceito económico. O decrescimento é anunciado como uma *palavra de ordem* de higiene mental, que antes de qualquer outra coisa descoloniza o nosso imaginário do crescimento.

Ciente das dificuldades que, certamente, surgem associadas ao desenvolver de qualquer acção concreta com vista a aplicar o decrescimento, Serge Latouche reconhece o desconforto oferecido por esta tese e explicita: “*Pour ma part, j'ajouterai qu'une alternative réaliste, en effet, est une expression quasi antinomique*¹⁶⁴. *Une véritable alternative remettant en cause l'état des choses, donc les rapports de force, se heurtera toujours à des coalitions d'intérêts et des résistances (y compris, voire surtout, de la part des victimes dont le changement bouscule les habitudes de vie et de pensée). Elle est donc toujours quelque peu utopique tant que les circonstances n'ont pas rendu sa réalisation inéluctable.*”¹⁶⁵ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 72). Ao aprofundar um pouco mais esta leitura, o autor delimita o alcance da sua formulação e refere que “*La décroissance, quant à elle, n'est qu'un slogan commode et un tantinet provocateur (au bon sens du terme) pour résumer la nécessaire remise en cause de la croissance. Bien sûr, toute proposition concrète ou contre-proposition est à la fois nécessaire et problématique. En tant que telle, la décroissance n'est pas vraiment une alternative concrète, c'est bien plutôt la matrice autorisant un foisonnement d'alternatives. C'est donc une proposition nécessaire pour rouvrir l'espace de l'inventivité et de la créativité de l'imaginaire bloqué par le totalitarisme economiciste, développementiste et progressiste. D'où la nécessité de dénoncer la résistance à la décroissance au nom du développement durable et préciser les rapports entre décroissance et croissance zéro, pour lever les ambiguïtés.*”¹⁶⁶ (GUIBERT e

¹⁶⁴ Serge Latouche clarifica o significado que pretende dar ao termo antinomia referindo que é uma figura de retórica que consiste em justapor duas palavras contraditórias e exemplifica com «a obscura claridade que cai das estrelas» utilizada e, segundo Latouche, cara a Victor Hugo. Esta explicação pode ser encontrada em BERNARD, Michael, CHEYNET, Vincent e CLÉMENTIN, Bruno, 2005, *Objectif décroissance*, Lyon: Paragon.

¹⁶⁵ Pela minha parte aduzirei que uma alternativa realística, com efeito, é quase uma expressão de antinomia. Uma verdadeira alternativa põe em causa o estado das coisas, logo as relações de força, irá sempre contra as alianças de interesses e resistências (incluindo, sobretudo, as vítimas cuja mudança desorganizará os hábitos de vida e pensamento). É sempre um pouco utópico uma vez que as circunstâncias ainda não permitem a sua inelutável realização.

¹⁶⁶ O decrescimento, quanto a ele, é só um slogan cómodo e um tanto ao quanto provocador (para o bom senso do termo) para resumir a necessidade de pôr em causa o crescimento. Claro que toda a

LATOUCHE, 2006: 73). Ao efectuar esta apreciação, veda qualquer chance de reabilitação ao modelo económico-social vigente, chegando mesmo a escrever que falar de desenvolvimento sustentável ou de economia solidária equivaleria a falar de “*une guerre propre*”¹⁶⁷ (BERNARD, CHEYNET e CLÉMENTIN, 2005: 19).

O decrescimento tem, portanto, um ponto de partida concreto, cujas condições históricas são as hodiernas e não poderiam ser outras. É, desde logo um começo, não uma meta. Ou melhor, apenas o é em condições muito particulares. Condições essas que correspondem a um determinado estágio de desenvolvimento do sistema capitalista que não está presente em todas as regiões do globo. No entanto, uma vez atingido um patamar de saturação associado a níveis de consumo desrespeitadores de equilíbrios básicos na relação Homem – natureza cai-se num cenário em que a reprodução continuada do sistema predatório não é sustentável.

Sem prejuízo de toda a riqueza da invenção social, uma vez a criatividade e o engenho humanos livres do cárcere economicista e desenvolvimentista, podem pressupor-se duas formas de alternativa: “*la décroissance conviviale et le localisme*”¹⁶⁸ (LATOUCHE, 2004: 90). Vamos continuar a aprofundar neste estudo a área do decrescimento, atrás referenciada como “*decroissance*” e adjectivada de “*conviviale*”¹⁶⁹. Sobre o “*localisme*”¹⁷⁰ dir-se-á que, uma vez em marcha a lógica do

proposta em concreto ou contraproposta é simultaneamente necessária e problemática. Como tal, o decrescimento não é verdadeiramente uma alternativa concreta, é bem mais uma matriz que permite um forjar de alternativas. É então uma proposta necessária para reabrir o espaço da inventividade e da criatividade do imaginário bloqueado pelo totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista. Donde a necessidade de denunciar a resistência ao decrescimento, em nome do desenvolvimento sustentável e precisar os relatórios entre decrescimento e crescimento zero para sublinhar as ambiguidades.

¹⁶⁷ Uma guerra própria*.

*Abstemo-nos de utilizar a expressão guerra justa, na medida em que a mesma tem conteúdo bastante relevante nas Relações Internacionais o que poderia suscitar controvérsia.

¹⁶⁸ O decrescimento convival e o localismo.

¹⁶⁹ Conviviale, é o feminino de convival que traduzido à letra significa convival, amigável. No contexto em que é empregue julgamos ajustado sublinhar a significação de partilha, portanto, mais comunitária.

¹⁷⁰ O mesmo que localismo. Característica de um determinado local. Também aparece, neste trabalho, referenciado como iniciativas locais democráticas.

decrecimento, os localismos poderão, ou melhor deverão, surgir como forma complementar ao citado decrecimento. Não é, portanto, desprezível a compreensão da sua importância. Latouche defende que “A revitalização da escala local constitui, com efeito, uma via de decrecimento serena muito mais viável do que uma problemática democracia universal. O sonho de uma humanidade unificada, como condição de um funcionamento harmonioso, ultrapassa assim a panóplia das falsas boas ideias veiculadas pelo etnocentrismo ocidental mais comum. A diversidade das culturas constitui sem dúvida a condição de um comércio social pacífico.” (LATOUCHE, 2005b: 3). Recorre também aos trabalhos de Takis Fotopoulos para sustentar que o funcionamento da democracia pressupõe provavelmente que a *polis* tenha uma dimensão reduzida e perfeitamente ancorada aos seus valores fundacionais. A generalização da democracia assenta numa «confederação de *demoi*» (Fotopoulos, 2001 *apud* LATOUCHE; LATOUCHE, 2005b: 3), o que significa, “pequenas unidades homogêneas de cerca de 30.000 habitantes” (LATOUCHE, 2005b: 3). Esta ordem de grandeza “permite, segundo ele, satisfazer localmente a maioria das necessidades essenciais.” (LATOUCHE, 2005b: 3). Esta associação de pequenos aglomerados permitiria a criação de uma nova geografia, não apenas territorial, mas também ambiental e social. A realização desta utopia poderá ser, ao contrário de outras, de objectivação mais alcançável na medida em que está próxima da vida real dos cidadãos e possibilita a emanção de um projecto de acção com resultados expectáveis no curto prazo. “Apresentar-se às eleições locais”, afirma Takis Fotopoulos, “dá a possibilidade de começar a mudar a sociedade por baixo, o que constitui a única estratégia democrática – contrariamente aos métodos estatistas (que se propõem a mudar a sociedade por cima, apoderando-se do poder de Estado) e às abordagens ditas da ‘sociedade civil’ (que não visam mudar o sistema).” (Fotopoulos, 2001 *apud* LATOUCHE; LATOUCHE, 2005b: 3).

Ao estender esta dinâmica a uma perspectiva global, temos que as relações entre as várias unidades políticas ocorreriam “reguladas por uma «democracia das culturas». Distante da ideia de um governo mundial, tratar-se-ia de uma instância de arbitragem mínima entre unidades políticas (*polities*) soberanas de estatutos muito diversos” (LATOUCHE, 2005b: 3). Esta abordagem socorre-se dos estudos de Raimon Panikkar no que toca a contrapor uma alternativa ao governo global. Assim, “seria a bio-região, ou seja as regiões naturais onde rebanhos, plantas, animais, águas e homens formam um conjunto único e harmonioso(...) Seria necessário alcançar um mito que permitisse constituir a república universal sem

que isso implicasse governo, controlo, ou polícia mundial. Tudo isto requer um outro tipo de relações entre as bio-regiões” (Panikkar, 1995 *apud* LATOUCHE; LATOUCHE, 2005b: 3). Não obstante, as dificuldades que se antevêm na concretização objectiva destas iniciativas locais democráticas, elas são mais prováveis de se assumirem como pioneiras da dissidência, num contexto em que nos parece altamente improvável inflectir o domínio do poder do capital. Como exemplo, é apresentada a “estratégia dos zapatistas e do subcomandante Marcos. A reconquista ou a reinvenção dos «comuns» (*commons*) – comunais, bens comuns, espaço comunitário – e a auto-organização da bio-região de Chiapas constituem uma ilustração possível, num outro contexto, do procedimento localista dissidente” (LATOUCHE, 2005b: 3).

Temos, portanto, que a aposta no decrescimento ao cumprir o “apelo da utopia da convivencialidade, combinada com o peso das imposições legais à mudança, pode favorecer uma «descolonização do imaginário» e promover de forma decisiva comportamentos virtuosos favoráveis a uma solução razoável: a democracia ecológica local” (LATOUCHE, 2005b: 3).

Só com a referida descolonização do imaginário colectivo e com a saída mental de um conjunto de símbolos, que são o fundamento da estrutura comunicacional do desenvolvimento, será possível avançar. Não se ignoram os constrangimentos e, “*Il est certain qu'un programme postdéveloppement n'est pas formulable dans le langage des experts et des technocrates. Il n'est, par ailleurs, ni simple, ni facile à mettre en oeuvre. La critique radicale exige des solutions non moins radicales et ce n'est pas parce que l'audace des propositions les rend difficilement réalisables qu'elles ne sont pas nécessaires ni qu'il faille renoncer à tout faire pour prendre les mesures concrètes qu'elles impliquent.*”¹⁷¹ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 72 e 73). Sobre este nova atitude acrescenta Jean-Claude Besson Girard (2005: 163 e 164) “*De la même manière, s'il est possible saisir raisonnablement les mécanismes de la croissance économique, jusque dans ses propres*

¹⁷¹ É certo que um programa de pós-desenvolvimento não é formulável na linguagem dos peritos e dos tecnocratas. Não é para eles nem simples nem fácil meter mãos à obra. A crítica radical exige soluções não menos radicais e não é porque a audácia das propostas as apresenta como dificilmente realizáveis que elas não são necessárias nem que se irá renunciar a tudo fazer para tomar as medidas concretas que elas implicam.

contradictions, la signification de la société de décroissance que nous préconisons n'est pas accessible avec les seuls outils de la raison."¹⁷².

A sociedade actual, dominada e determinada pela economia do crescimento, tende a reduzir-se e a esgotar-se nele próprio. O crescimento deixa assim de ser instrumento ao serviço, para se transformar em objectivo primordial. O crescimento pelo crescimento não é perpetuável no tempo, desde logo, porque de forma directa ou indirecta ele baseia-se em recursos findáveis e, como tal, a sua continuidade colide com os limites da biosfera.

Se, como exemplo, for levado em conta o impacto do modo de vida da sociedade ocidental preponderante, no meio ambiente, verificaremos que o resultado é insustentável. A sociedade do crescimento não consegue, de forma alguma, fugir a um conjunto de críticas: produz e acentua desigualdades e injustiças, o bem estar criado não se apresenta consistente, antes pelo contrário é ilusório e, mesmo os favorecidos desta sociedade, confrontam-se com problemas gerados pelo *modus vivendis*. A uma maior disponibilidade para aplicar recursos em consumo corresponde uma elevação de custos que assumem forma mercantil e não mercantil, designadamente perdas de qualidade do ar, da água, do meio ambiente, bem como custos de reparação como medicamentos, transportes, etc. Porém, tudo isso não basta para abandonar a trajectória e assumir a direcção oposta. É preciso recuar, ainda que se saiba previamente que, não sendo um ideal nem uma meta de sociedade pós-desenvolvimentista para um mundo, o decrescimento é uma necessidade e é, sobretudo para as sociedades do Ocidente, um objectivo do qual se pode tirar uma vantagem de sobrevivência.

Como já se referiu, não basta parar. Seria enganoso. Contrariamente à concepção de algumas correntes ecologistas reformistas o estado estacionário e o crescimento zero não são, nem possíveis nem sustentáveis. Pelo que "*cette position sous-estime la démesure propre à notre système. En conséquence, on se prive des apports positifs en terme de bonheur collectif d'une décroissance conviviale et on ne renonce pour autant ni au mode de production, ni au mode de consommation, ni au style de vie engendré par la croissance antérieure. On se résigne par raison à un immobilisme conservateur, mais sans remettre en cause les valeurs et les logiques du développementisme et de l'économisme. Il s'agit d'une*

¹⁷² Da mesma maneira, se é possível razoavelmente sair dos mecanismos do crescimento económico, também nas suas próprias contradições, a significação da sociedade do decrescimento que nós preconizamos não é acessível com as ferramentas da razão.

position héroïque et utopique; c'est l'équilibre du cycliste faisant éternellement du sur-place."¹⁷³ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 77).

De acordo com a leitura de Serge Latouche, o sobrecrecimento, isto é, o crescimento para além do aceitável, já há muito tempo que ultrapassou largamente a capacidade da Terra. O decrescimento é assim inevitável.

O estado estacionário e o crescimento zero são posições de compromisso que tentam conciliar a preservação do meio ambiente com os atributos da dominação económica. Convém esclarecer que o decrescimento não é sinónimo de crescimento negativo, pois assume pressupostos diferenciados da lógica que enforma o crescimento. Tem um ponto de partida diferente, serve-se de um caminho diferente, adopta uma proposta teórica diferente e persegue objectivos diferentes. A filosofia que lhe subjaz é completamente distinta. A expressão crescimento negativo é, aliás, como facilmente se denota, contraditória e ilógica. Significaria, levada a sério, que se *avançaria recuando*. Esta expressão é apenas mais uma construção semântica ilustrativa da falta de sentido que tem dominado a orientação hegemónica do período absolutista da economia. Apenas leva à resignação, a um imobilismo conservador, mas que não questiona nem põe em causa a lógica e os valores do modelo de desenvolvimento submetido ao economicismo.

O decrescimento deverá ser organizado não somente para proteger o meio-ambiente mas sobretudo para restaurar um mínimo de justiça social sem o qual o planeta estará condenado à explosão. O que significa que a sobrevivência social e a sobrevivência biológica estão intimamente ligadas. Os limites da natureza não se põem apenas num quadro intergeracional mas, sobretudo, num quadro de equidade presente. Para que se compreenda a dimensão da insustentabilidade, basta referir que se todos os cidadãos do mundo consumissem como os americanos ou como os europeus médios, os limites físicos do planeta já estariam largamente ultrapassados.

¹⁷³ Esta posição subestima o exagero próprio do nosso sistema. Por conseguinte, a pessoa priva-se das coisas positivas em termos de felicidade colectiva mas não renuncia nem ao modo de produção nem ao modo de consumo, nem ao estilo de vida engendrado pelo estado de crescimento anterior. Resignamo-nos de acordo com um imobilismo conservador sem pôr em causa os valores e as lógicas do desenvolvimentismo e do economicismo. Movimentar-nos-íamos sobre uma posição heróica e utópica; seria o caso do ciclista que ficaria eternamente equilibrado.

Num estudo mencionado por Serge Latouche (2004: 93) “*les chercheurs travaillant pour le World Wild Fund (WWF) ont calculé que l’espace bioprodutif consommé par tête de l’humanité était de 1,8 hectare*”¹⁷⁴. Um cidadão dos EUA consome em média 9,6 ha, e um europeu médio 4,5 ha. Admitindo uma absoluta estabilização da população mundial, o cenário mínimo para a existência de uma civilização durável estaria limitada a 1,4 ha, o que não se verifica. É crucial decrescer. Para Latouche não há necessariamente implicações negativas. O decrescimento não significa uma regressão do bem estar. A maior parte dos especialistas considera que a felicidade se realiza pela satisfação de um número judiciosamente limitado de necessidades. A evolução e o crescimento lento das sociedades antigas integraram-se numa reprodução alargada e bem temperada, paulatinamente adaptadas aos constrangimentos naturais.

Assumir o decrescimento significa, desde logo, renunciar ao imaginário económico. O bem e a felicidade podem realizar-se de outra maneira. Redescobrir a verdadeira riqueza dentro de uma manifestação de relações sociais conviviais no interior de um mundo carente de se realizar com serenidade praticante, com sobriedade e com austeridade ao consumo material. Em suma, o caminho apontado caracteriza-se pela assumpção e prática de uma simplicidade voluntária.

A questão que daqui decorre é a de saber em que medida cada um de nós está disposto a resistir às necessidades socialmente fabricadas?

Para que a sociedade do decrescimento possa ver a luz do dia, os ditames económicos terão que ser abandonados. Ou seja, será posta em causa a dominação da ciência económica sobre todas as áreas da vida, a começar nas nossas próprias cabeças. Isto implica a reinvenção da relação entre nós e a propriedade privada, no sentido de renúncia, abolição e ultrapassagem dos meios de produção e da acumulação ilimitada de capital. Chegados a este patamar somos impelidos a reconhecer que o cenário proposto parece ter a ver com a realidade das experiências colectivistas levadas a cabo no século passado no leste europeu. Todavia, Serge Latouche (2004: 96) apressa-se a sublinhar que “*cette transformation ne passe probablement pas par des nationalisations et une planification centralisée dont l’expérience de l’Union soviétique a montré les résultats décevants et les effets*

¹⁷⁴ Os investigadores da WWF (World Wide Fun) calcularam que o espaço bioprodutivo consumido per capita é de 1,8 ha.

désastreux.”¹⁷⁵ Sair da economia deve ter como consequência um abandono gradual do desenvolvimento e dos seus mitos fundadores nomeadamente a crença na trajectória automática entre o crescimento e o progresso. Se tal acontecer, permitir-nos-á assistir à entrada da economia simultaneamente em decrescimento e em decadência¹⁷⁶. Será o princípio para a construção de uma sociedade menos injusta, livre do economicismo, mais convival, em cujos consumos serão quantitativamente balizados e qualitativamente mais exigentes, onde o altruísmo deverá prevalecer sobre o egoísmo, onde o racional dará lugar ao razoável, em que a obsessão pelo trabalho será substituída por gosto pelo lazer, em que a preceção da eficiência estará o amor pela criação da obra e onde a competição dará lugar à cooperação.

Na determinação dos contornos de uma sociedade do decrescimento há que ter em conta a necessidade de um novo imaginário, o que obriga, como se disse, à desconstrução daquele que existe, ou seja, a desconstrução do imaginário da sociedade do crescimento. Pois não seria compatível implementar o decrescimento na lógica anterior. A grande dificuldade radica em que os valores que determinam o actual paradigma são produzidos pelo sistema vigente e, por seu lado, reforçam-no. Como tal, e por serem sistémicos, esses pilares resistem fortemente. Derrubá-los pressupõe não apenas a já referida atitude ética de simplicidade voluntária mas sobretudo um profundo questionar da estrutura que suporta o sistema, ou seja, o seu imaginário.

Uma vez no âmbito de uma política de decrescimento sugere-se a redução ou mesmo a supressão do peso sobre o meio ambiente de tudo o que não traz benefício. Contesta-se a mobilidade de homens e de mercadorias e propõe-se a realocação da economia. Indaga-se acerca do volume exagerado de publicidade bem como da acelerada obsolescência de produtos e aparelhos numa óptica de descartabilidade cuja única justificação é alimentar a *megamáquina infernal*. Alteram-se comportamentos e articulam-se expectativas. Retoma-se a legitimação de objectivos e a instrumentalização dos mecanismos, pois os segundos servem os

¹⁷⁵ A transformação associada ao decrescimento não passa provavelmente por nacionalizações nem por uma planificação centralizada como no caso da União Soviética onde os resultados foram decepcionantes e os efeitos desastrosos.

¹⁷⁶ Esta decadência tem a ver com o desenraizamento paulatino do próprio conceito de economia. Não se pode interpretar como decadência imanente à lógica económica pois tal significaria um mau desempenho de acordo com as regras aceites.

primeiros e não o contrário. “Reavaliar, reconceptualizar, reestruturar, realocar, redistribuir, reduzir reutilizar, reciclar: os oito «r» constituem objectivos interdependentes para desencadear um ciclo virtuoso.” (LATOUCHE, 2005b: 3).

Estes *círculos virtuosos de decrescimento*, em que o retorno percebido nos indicaria a cada passo que estaríamos mais próximos do objectivo, basear-se-iam em medidas simples mas de grande alcance. O articulado valeria claramente pelo seu potencial de sinergia.

Latouche (2005b:3) defende que é desejável avançar com um programa que apelida de reformista e do qual avança os seguintes exemplos:

“- reencontrar uma impressão ecológica igual ou inferior a um planeta, ou seja, uma produção material equivalente à dos anos 1960-1970;

- internalizar os custos de transporte;

- realocar as actividades;

- restaurar a agricultura camponesa;

- estimular a «produção» de bens relacionais;

- reduzir o desperdício de energia a um quarto;

- penalizar fortemente as despesas de publicidade;

- decretar uma moratória sobre a inovação tecnológica, fazer um balanço sério e reorientar a pesquisa científica e técnica em função de novas aspirações.”

No tutano destas medidas exemplificativas está presente a lógica de internalização (no modelo económico clássico) dos custos relacionados com o desempenho da própria actividade e que surge referenciado como *deseconomias externas*. Tal daria azo a que se dessem alguns passos no caminho da sociedade do decrescimento uma vez que “as disfunções ecológicas e sociais deveriam ficar a cargo das empresas que por elas fossem responsáveis. Imagine-se o impacte da internalização dos custos dos transportes, da educação, da segurança, do desemprego, etc., sobre o funcionamento das nossas sociedades! Estas medidas «reformistas» – cujo princípio foi formulado pelo economista liberal Arthur Cecil Pigou no início do século XX! – provocariam uma verdadeira revolução.” (LATOUCHE, 2005b: 3). As estruturas empresariais que hoje não internalizam os custos atrás apontados, ver-se-iam obrigadas (ao passarem a internalizar esses encargos) a alterar a sua maneira de actuar. No entanto, o início desta nova trajectória, deixa antever um forte clima de convulsão na medida em que ocorreria um atrofiar do sistema com a

obrigação de incorporar como custos a “cobertura do risco sanitário, do risco social (desemprego) e do risco estético.” (LATOUCHE, 2005b: 3). Numa primeira fase a realidade seria percebida como estando próxima do caos particularmente devido ao incrustar de novos conceitos no terreno do imaginário colonizado. As várias actividades passariam a não ser rentáveis e o sistema paralisaria. Todavia, Latouche deixa uma questão que é reveladora da sua convicção nessa inevitabilidade: “não residirá justamente neste ponto a prova suplementar da necessidade da sua superação, para além de uma via de transição possível para uma sociedade alternativa?” (LATOUCHE, 2005b: 3).

Tal dificuldade entronca, uma vez mais, na estrutura mental gerada pelo domínio dos actuais pilares. O crescimento é a trave mestra da sociedade consumista. Sem o panorama do crescimento no horizonte não seria possível suportar as desigualdades. Elas são aceites apenas porque se imaginam transitórias uma vez que, no futuro, se espera um nivelamento das condições de consumo tornando-se este acessível a todos.

É, sobretudo, esta a razão pela qual persistem muitas dúvidas sobre a capacidade das democracias em tomarem as medidas consideradas necessárias ao decrescimento uma vez que, à partida, e no imediato, elas seriam contrárias ao desejo colonizado nos cidadãos. Por isso certas esferas “não vêem saída para os constrangimentos que não seja uma forma de ecocracia autoritária: ecofascismo ou ecototalitarismo.” (LATOUCHE, 2005b: 3). De sublinhar ainda que a este propósito o autor aborda esta visão como sendo a desejada pelos poderosos do *Império* para que o sistema seja salvo e dá como exemplo a discussão que decorre no seio de uma sociedade semi-secreta – o grupo de Bilderberg¹⁷⁷.

Os valores referidos e considerados desejáveis para encetar um *tempo novo* vão muito para lá da circunscrição dos partidários do decrescimento. Mesmo dentro da óptica desenvolvimentista, designadamente na adjectivação de sustentável, se encontram propostas, de todo, semelhantes. Latouche não hesita em reconhecer

¹⁷⁷ Para um melhor enquadramento acerca deste assunto, ver ESTULIN, Daniel, 2005 *Clube Bilderberg – Os senhores do mundo*, Lisboa: Temas & Debates, que segundo o autor “documenta a história da implacável subjugação da população por parte dos seus governantes. O leitor assistirá ao nascimento de um Estado policial mundial que transcende o pior pesadelo de Orwell, com um governo invisível, onnipotente, que puxa os cordelinhos na sombra, controlando o governo dos Estados Unidos, a União Europeia, a OMS, as Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e qualquer outra instituição similar.” (ESTULIN, 2005: 11).

que “As medidas de autolimitação preconizadas, já em 1975, pela Fundação Dag Hammarsköld são as mesmas propostas pelos defensores do decrescimento” (LATOUCHE, 2005b: 3). Em comum têm aspectos relacionados com a preocupação ecológica. Aliás, essa apreensão, que é no fundo a salvaguarda do planeta, é transversal, pelo menos teoricamente, à generalidade das pessoas e está mesmo presente nos discursos dos responsáveis políticos da actualidade. Ninguém preconiza as alterações climáticas nem a ruptura da camada de ozono. Tal *statu quo* obriga a um, ainda, maior esforço em “identificar de modo mais preciso os adversários de um programa político de decrescimento, os obstáculos à sua implantação e finalmente, a forma política que poderia dar corpo a uma sociedade «ecocompatível»” (LATOUCHE, 2005b: 3).

É, ainda assim, difícil reconhecer em concreto e atribuir um rosto ao opositor, dadas as características das entidades económicas nomeadamente pelo facto de serem transnacionais e pelo exercício indirecto que fazem do poder. Serge Latouche (2005b: 3) coloca a questão, se “Por um lado o «Big Brother» é anónimo, por outro a servidão dos indivíduos é mais *voluntária* que nunca, sendo a manipulação da publicidade infinitamente mais insidiosa que a da propaganda...Nestas condições, de que forma afrontar «politicamente» a megamáquina?” A resposta sugerida não surpreende, não obstante o cuidado com que é fundamentada. A raiz de todos os obstáculos é o *capitalismo*. É, portanto, essencial começar por aboli-lo. Mesmo que teoricamente seja aceitável a concepção de um capitalismo compatível com padrões de equilíbrio ecológico, tal não se verifica na prática. São duas as ordens de razão apresentadas, consoante se considere que os agentes constitutivos das empresas transnacionais estarão ou não receptivos a um processo de auto regulação. No primeiro caso (não existe receptividade), tem a ver com a interpretação clássica do modelo que não admite restrições que viessem os objectivos estritamente económicos. Como tal, as empresas transnacionais de grandes dimensões não contemplarão espontaneamente nenhuma regulação mesmo que seja pelo nobre motivo de redução do impacto ecológico destrutivo. No segundo caso (existe receptividade), segundo Latouche (2005b: 3) “Ainda que se revelem adeptos de uma auto-regulação, os seus responsáveis não detêm os meios necessários para se imporem aos *free riders* (passageiros clandestinos), ou seja, a toda uma maioria, obcecada pela maximização a curto prazo do valor para os accionistas”. Daqui se retira que não estando presente a força da imposição legal “as máquinas de gerar dividendos,

anónimas e funcionais não renunciarão nunca à predação.” (LATOUCHE, 2005b: 3).

Aponta-se como solução, ainda que com compreensível tibieza, a presença de uma instância que concentre esse poder regulador, que redefina as regras dos jogo e que faça o que o autor apelida de reinstituir a sociedade. Será, no fundo, uma limitação do poder pelo poder. Mas esta poderá ser a via para inverter o sentido da História pois a “sociedade do decrescimento não pode pois ser concebida senão fora do capitalismo.” (LATOUCHE, 2005b: 3). Ora, é precisamente este o maior obstáculo a superar. Como se compreende, a História não se apaga nem se decreta, faz-se. E faz-se com os Homens do seu tempo que encarnam uma estrutura mental e formam uma estrutura sociológica específicas desse mesmo tempo. Portanto, é nesse espaço, construído e construtor, alimentado por tensões necessariamente divergentes que se desenrola o argumento desta tese. Latouche tem disso perfeita noção e não deixa de reconhecer que “esta fórmula cómoda designa uma evolução histórica que é tudo menos simples. A eliminação dos capitalistas, a interdição da propriedade privada dos bens de produção, a abolição da relação salarial ou do dinheiro fariam a sociedade mergulhar no caos, a expensas de um terrorismo maciço que não poderia fazer esquecer o imaginário mercantil.” (LATOUCHE, 2005b: 3).

Se pedirmos licença à linguagem motorizada, típica da sociedade desenvolvimentista do crescimento, poderemos dizer que o decrescimento carece de encontrar um *motor de arranque* que o ponha em marcha. Num cenário de omnimercantilização do mundo em que o capitalismo não deixa espaço para formulações colectivas, é difícil architectar uma concepção ao arrepio da actual. Serge Latouche (2005b: 3) reconhece os obstáculos de uma globalização em que as “bases imaginárias da sociedade de mercado repousam sobre o excesso e a dominação irrestrita.”, no entanto, não deixa de afirmar que “Escapar ao desenvolvimento, à economia e ao crescimento não implica renunciar a todas as instituições sociais que a economia anexou (dinheiro, mercados, mesmo o assalariado), mas «reincrustá-las» numa lógica totalmente diversa.” (LATOUCHE, 2005b: 3).

Finalmente, importa sublinhar certas virtudes, bem como referir algumas das interrogações que, naturalmente, se levantam acerca do decrescimento.

Um dos predicados do decrescimento é enfrentar a ideologia do progresso. O progresso desenvolvimentista evita pensar o futuro refugiando-se no imediatismo,

o que traduz na prática um convite ao não pensamento. Outra das virtudes do decrescimento consiste “à rappeler que l'enrichissement qui découle de la croissance est fondé sur la croissance d'une «dette». À partir du décrochage de l'or par rapport au dollar, le 15 août 1971, l'enrichissement a une composante nominale dans la mesure où il repose sur un processus d'inflation permanente. En réalité on ne s'enrichit pas du tout.”¹⁷⁸ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 81). Este aspecto realça a fragilidade da financeirização da economia. Por outro lado, tem a virtude de suscitar a interpelação dos mercados pela opinião pública. Pode dizer-se que é também na sua popularidade que reside a sua força.

Na óptica das reservas que se levantam há a salientar, em primeiro lugar, a crítica dos valores universais. Apesar de legítima, a dúvida sobre o carácter universal dos valores ocidentais, há que compreender, todavia, que uma crítica em sentido contrário pode conduzir a um relativismo cultural castrador do sentido de emancipação de outras sociedades. “Ce relativisme culturel peut justifier ainsi de manière extrêmement dangereuse que les États-Unis puissent prétendre que leur mode de vie ne sera pas négociable : «Nous on aime les grandes voitures ; vous contentez-vous de petites voitures!»”¹⁷⁹ (GUIBERT e LATOUCHE, 2006: 82). Outro aspecto em evidência prende-se com o facto de pôr em causa o fundamento dos direitos económicos e sociais no trabalho, mas não apontar um caminho sólido de alternativa. Este ponto é de enorme relevo uma vez que as nossas sociedades vivem subordinadas ao trabalho e à utilidade, os direitos individuais têm na prática uma estreita conexão com um bom trabalho. É o trabalho que permite ter acesso a uma casa, à saúde, à educação, etc. A partir do momento em que estamos enformados na lógica do crescimento não há aí lugar para uma economia benemérita livre das pressões da competitividade. Assim, o choque prenunciado pela mudança é fácil de imaginar. Ao estarmos, então, perante um contexto de decrescimento, as pessoas que saem das actuais instituições (fundadas no trabalho) deverão recriar solidariedades. Ora, a questão que se levanta é a de saber quais os fundamentos

¹⁷⁸ Recordar que o enriquecimento que resulta do crescimento é fundado no crescimento de uma dívida. A partir do desemparelhar de ouro em relação ao dólar em 15 de Agosto de 1971, o enriquecimento tem uma componente nominal que assenta num processo de inflação permanente. De facto ninguém fica mais rico.

¹⁷⁹ Este relativismo cultural pode justificar, de maneira extremamente perigosa, que os Estados Unidos possam pretender que o seu estilo de vida não seja negociável: "Nós adoramos carros grandes; vocês contentem-se com os carros pequenos!".

sobre os quais essas novas solidariedades vão ser criadas. Igualmente, percebe-se que não será suficiente a implementação de medidas tecnocráticas de desaceleração do crescimento para resolver o problema. Não bastarão apenas as políticas públicas. É necessário que todas as práticas privadas, dos consumidores particulares e das empresas, contribuam para uma matriz de reforma colectiva que evite desperdícios e destruições. Tal remete para a responsabilização, individual e comum, pela reapropriação do futuro.

Finalmente temos um problema de natureza geopolítica, trata-se da questão Norte-Sul. Devemos perguntar se é apropriado falar de decrescimento nos países do Sul. Eles podem até, em tese, concordar com a ideia. Mas não podem, de modo algum, concordar na implementação do conceito de maneira operacional nos próprios países. É, como vimos, necessário que haja uma contracção do consumo e da produção no Norte que possibilite a convergência de acessos e particularmente que o combate à pobreza, nos países do Sul, seja uma prioridade.

e) O decrescimento face às Relações Internacionais

A questão sobre a qual nos propomos reflectir neste item pode sintetizar-se da seguinte forma: Poderá o decrescimento apresentar-se como uma possibilidade teórica incorporável no domínio das relações internacionais?

Por tudo aquilo que foi até aqui exposto, pesamos que é justo responder afirmativamente à questão desde que se enquadre o decrescimento numa perspectiva construtivista, o que não apenas consideramos plausível como também pertinente.

Entendemos que a afirmação do construtivismo como referencial no espaço das relações internacionais abre portas para que o decrescimento saia do limbo e se posicione como um caminho, entre outros alternativos de igual densidade.

Importa assim identificar os aspectos centrais desta corrente que “Neste princípio do século XXI, a teoria das relações internacionais destaca crescentemente” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 192).

O construtivismo, no âmbito das RI, surge associado ao trabalho de Nicholas Onuf intitulado *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations* datado de 1989, bem como ao artigo de Alexander Wendt publicado em 1992 pela revista *International Organization*, com o título “*Anarchy Is What States*

Make Of It” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005)¹⁸⁰. Esta abordagem decorre do balanceamento sobre a posição das ideias e dos valores, no fenómeno social. A sua génese instala-se sobre as seguintes premissas: O mundo não é pré-determinado, é uma construção social sendo por isso o resultado das nossas escolhas; A negação de qualquer antecedência ontológica aos agentes e à estrutura, “ambos são co-construídos” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 163); Centralidade reconhecida ao idealismo na sua relação com o materialismo; Negação da anarquia como estrutura que define as Relações Internacionais; e o reconhecimento de que a anarquia internacional é socialmente construída¹⁸¹.

Após a exploração bibliográfica que efectuámos, onde foram contemplados alguns dos principais vultos do construtivismo como Alexander Wendt, Nicholas Onuf e Emanuel Adler, entendemos que, apesar da enorme importância de cada uma das premissas apresentadas, a primeira delas é a chave, e o teorema, da corrente construtivista, enquanto todas as outras acabam por ser corolários desta.

Efectivamente, quando se afirma que não existe predeterminação e que mundo é fruto de uma construção social, estamos no campo da ontologia construtivista. Para Alexander Wendt “o construtivismo é uma teoria estrutural baseada no pressuposto de que os actores são socialmente construídos. Aquilo que acabou por ser definido como estado ou interesses nacionais não é mais do que o resultado das identidades sociais dos actores” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 214). Também Nicholas Onuf considera que é através das relações sociais que nos

¹⁸⁰ Se no início da década de 1990 o construtivismo não era, de todo, integrado nos principais referenciais das relações internacionais, todavia a partir de meados dessa década passará a ocupar uma posição de destaque. Temos que “Foi nesse contexto, por exemplo, que Stephen J. Walt incluiu o construtivismo, ao lado do realismo e do liberalismo, como uma das três abordagens teóricas dominantes das Relações Internacionais*. No mesmo ano em um número especial da revista *International Organization*, Peter Katzenstein, Robert Keohane e Stephen Krasner publicaram um artigo na forma de um balanço da área, mostrando o percurso da disciplina até então e debatendo suas principais teorias**” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 165). *Walt, Stephen J. “International Relations: One world, Many Theories”. *Foreign Policy*, n.110, primavera de 1998. **Katzenstein, Peter; Keohane, Robert; Krasner, Stephan. “International Organization and the Study of World Politics”. *International Organization*, v.52, outono de 1998.

¹⁸¹ De referir que nem todos os construtivistas subscrevem em pleno a totalidade das premissas, sobretudo as últimas duas. No entanto, elas são partilhadas pelos nomes mais relevantes desta corrente.

construímos enquanto pessoas. E quando se alarga a escala de análise, Nicholas Onuf afirma que “*Conversely, we «make» the world what it is, from the raw materials that nature provides, by doing what we do with each other and saying what we say to each other.*”^{182»183} (KUBÁLKOVÁ, ONUF e KOWERT, 1998: 59). A reciprocidade de que nos fala é adiante concretizada quando salienta que “*Constructivism holds that people make society, and society makes people. This is a continuous, two-way process.*”^{184»185} (KUBÁLKOVÁ, ONUF e KOWERT, 1998: 59). Estamos, pois, segundo Nicholas Onuf, diante de uma interação da qual resultam então a realidade individual em primeiro lugar e posteriormente a realidade colectiva, uma vez que “Nicholas Greenwood Onuf sustenta que a realidade social consiste naquilo que as pessoas constroem ou constituem como realidade social.”^{186»} (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 214). Igualmente Emanuel Adler partilha o fundamento desta dinâmica e sublinha que “Em todos os momentos da história, os estados e os actores que compõem os estados são afectados pelas suas respectivas interpretações do mundo as quais, por sua vez, são o resultado de conceitos socialmente construídos.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 215). Para ele “*Constructivism describes the dynamic, contingent, and culturally based condition of the social world.*”¹⁸⁷ (ADLER, 2005: 11). Assim podemos sublinhar que a primeira premissa nos devolve o leque das possibilidades de fazer do mundo um lugar

¹⁸² Para aprofundar, ver Onuf, N. (1998). *Constructivism: A User's Manual*, in Vendulka Kubálkova, Nicholas Onuf e Paul Kowert, eds., *International Relations in a Constructed World*. M. E. Sharpe. New York.

¹⁸³ Reciprocamente, nós "fazemos" do mundo aquilo que ele é, quer a partir das matérias-primas que natureza provê, quer fazendo o que fazemos uns com os outros e dizendo o que dizemos uns aos outros.

¹⁸⁴ Para aprofundar, ver Onuf, N. (1998). *Constructivism: A User's Manual*, in Vendulka Kubálkova, Nicholas Onuf e Paul Kowert, eds., *International Relations in a Constructed World*. M. E. Sharpe. New York.

¹⁸⁵ O construtivismo afirma que as pessoas fazem a sociedade e a sociedade faz as pessoas. Este é um processo contínuo, de duplo sentido.

¹⁸⁶ Nicholas Greenwood Onuf, *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, Columbia, SC, University of South Carolina Press, 1989, em especial pp. 35-65.

¹⁸⁷ O construtivismo descreve o dinâmico, o contingente e o fundamento cultural como condição do mundo social.

diferente. Podemos, pois, com a nossa acção transformá-lo através do reemancipar da vontade das sociedades por via do nosso próprio querer.

Aclarado o fundamento do conceito construtivista iremos a partir daqui, em paralelo com a discussão de cada uma das premissas, confrontar a lógica do decrescimento com o desenho da referida corrente. Ao longo deste percurso procuraremos compreender de que modo o decrescimento poderá reunir condições para assumir uma posição relevante no plano das relações internacionais.

Como já vimos, o pleno das opções volta a estar do lado da determinação das sociedades como consequência do desejo individual. Então, por mais impensável e obtusa que se apresente aos olhos da lógica técnico-científico-económica, o decrescimento não estará doravante condenado ao cárcere da inconcretizável utopia. Ainda que sujeito a constrangimentos, a sua legitimidade é plena desde que seguido o caminho de descolonização do imaginário proposto por Serge Latouche, bem como a sequente redefinição de prioridades¹⁸⁸. É igualmente possível que, uma vez implementado, a sua escala se amplie à dimensão inter países. Poderemos mesmo supor que, sobretudo devido à sua concepção sobre a finitude dos recursos ambientais ser de cariz universal e essa temática, por sua vez, apresentar-se tendencialmente como exemplo de consenso intersubjectivo¹⁸⁹, isso ajude a que o decrescimento tenda a criar uma dinâmica de expansão global.

¹⁸⁸ Também sobre a descolonização do imaginário e a redefinição de prioridades é possível encontrar um elevado grau de compatibilidade entre as duas visões. Ao olhar para o desenho institucional Wendt põe-no em causa por considerar que o mesmo não pressupõe uma visão de futuro. “De acordo com ele, para discutir o desenho institucional, o pensamento dos liberais se baseia no conhecimento do funcionamento passado das instituições, enquanto é preciso olhar para o futuro e suas necessidades para desenhar instituições capazes de lidar com esses desafios. (...) “Em outros termos, Wendt aproveita-se do debate sobre instituições para afirmar a validade do pensamento normativo: é a eficiência futura das instituições que deve governar seu desenho institucional, e não seu passado. Portanto, a questão dos valores que liderarão esse desenho é central para Wendt: quais instituições – e para que propósitos definidos – os agentes querem construir? Essa deveria ser a pergunta central para Wendt.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 182).

¹⁸⁹ “De acordo com Emanuel Adler, existe um relacionamento dinâmico entre forças estruturais e forças históricas que ajuda a explicar a natureza da mudança. “Assim como a ciência avança mediante desenvolvimento paradigmático – cada construção é substituída por outra à medida que o conhecimento avança – os processos sociais encontram-se bem firmados no seio dos regimes e instituições que produzem, entre os actores relevantes, aquilo a que se chama *consenso*

O decrescimento estabelece para com a segunda premissa uma articulação plena. Relembremos que esta nos refere que “No debate agentes-estrutura, os construtivistas negam simultaneamente que os agentes precedam a estrutura e a moldam para servir seus interesses e suas preferências, e que a estrutura tenha a capacidade de constringer e limitar as opções e, portanto, as ações dos agentes. Para eles, agentes e estrutura são co-constitutivos uns dos outros, e nenhum precede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar o outro.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 166). Como tal, se não existe precedência ontológica de nenhum dos pilares bem como se eles se formam e se transformam mutua e simultaneamente, sem todavia se limitarem, então é absolutamente plausível que Serge Latouche sublinhe o papel da resistência e da dissidência como campo de novas alternativas. Basta, para isso, que os porta-estandarte do decrescimento adquiram a condição de agentes neste sistema o que poderá perfeitamente acontecer com o auxílio dos localismos que perderiam o seu carácter de complementaridade para se tornarem precursores da nova via. De salientar, também, que existe nesta abordagem, que não prescinde da *identidade*, espaço suficiente para reintegrar no sistema a componente *cultura* pois ela será por definição a argamassa que realiza a co-constituição. Essa co-constituição é lida, como vimos, não apenas numa sociedade em si mesma, mas também no âmbito internacional. Sintetizando, temos que “Um exemplo ilustrativo da premissa de co-constituição é que não se pode falar nos indivíduos que a compõem, sem se falar de indivíduos – no plural, ou seja, mais de um indivíduo – sem falar da sociedade que eles constituem. Nesse sentido, sociedade e indivíduos são co-constituídos, da mesma forma que agentes e estrutura são co-constituídos.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 166 e 167).

O terceiro pressuposto, que como identificámos relaciona o materialismo e o idealismo, é também ele susceptível de ser interpretado como mais uma peça

intersubjectivo. Uma vez que as nossas ideias, crenças e conduta são aprendidos dos de outros, a fonte da aprendizagem colectiva reside na capacidade dos grupos de se transmitirem uns aos outros os produtos das suas respectivas experiências cognitivas. O processo é dinâmico, e através dele a evolução cognitiva é agregada ao nível nacional e, de forma mais abrangente, no interior do sistema internacional. Neste sentido, a aprendizagem é definida como a capacidade dos decisores políticos de adoptar novas interpretações da realidade – ou seja, de criar um novo consenso intersubjectivo – que são introduzidas no sistema político, em primeiro lugar ao nível nacional e, depois, ao nível internacional.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 215).

essencial ao sistema que assegura a passagem do decrescimento para o plano efectivo. Neste enfoque não existe o entendimento de neutralidade em relação a nenhum dos dois aspectos, “Se, por um lado, os construtivistas não descartam as causas materiais, por outro, consideram que as idéias e os valores que informam a relação do agente com o mundo material desempenham uma função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 167). Tal quer dizer que, não obstante o mundo real e concreto exista e seja incontornável, ele só faz sentido na medida em que “nos referimos a ele, e mediante os meios que usamos para nos referirmos a ele.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 167). Daqui deriva, uma vez mais, a falibilidade do modelo dominante quando defronte do diagnóstico e da respectiva alternativa. Abre pois campo à ultrapassagem ou, pelo menos à grande relativização, do ponto de vista teórico, da barreira material ao decrescimento apontada por Latouche como uma antinomia. É, portanto, aceitável admitir que a sociedade internacional do decrescimento supere o, historicamente superado, materialismo histórico.

As duas premissas restantes estão interligadas, uma vez que a negação da anarquia como estrutura definidora das Relações Internacionais conduz ao reconhecimento de que a anarquia internacional é socialmente construída. A não aceitação da anarquia baseia-se na observação concreta da existência de “um conjunto de normas e regras que organizam e norteiam as relações internacionais” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 167). Essas regras e normas derivam de vontades construídas e portanto alteráveis. Também aqui o decrescimento encontra receptividade plena pois sendo *condição de* é ao mesmo tempo *condição para*.

Finalmente, em relação à última premissa, podemos apontar como incorrectas as opções de considerar as RI como determinadas em espaço de conflito ou de competição, dado que, como vimos, não existe anarquia predeterminada. Assim, há total permeabilidade do sistema internacional à influência de variadas visões, entre elas o decrescimento. Além disso, uma vez que “sendo socialmente construído, o sistema internacional pode variar entre o conflito e a cooperação” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 167) bem como tendo em conta que “Os processos de construção e reconstrução são permanentes e abrem espaço para a contínua possibilidade de mudança.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 167) nada impõe a sujeição futura às condições de contexto, aos protagonistas e aos ideais do Homem contemporâneo. Torna-se portanto lícito acalentar a esperança de escapar à aparente inevitabilidade, comportada na preocupação de que “*Les enfants que*

nous allons léguer au monde ne posent pas moins problème que le monde que nous léguerons a nous enfants !¹⁹⁰¹⁹¹ (LATOUCHE, 2003: 148).

Analisada a conexão entre as premissas do construtivismo e o decrescimento, devemos sublinhar aquilo que é porventura bem visível, que não é captado por outras latitudes teóricas e que, por fim, leva a pender a balança em favor da reflexão construtivista. Trata-se da constante e imparável trajetória de transformação social que faz com que, nas palavras de James E. Dougherty e Robert L. Pfatzgraff Jr. (2003: 215) “Aquilo que era considerado socialmente aceitável no início do século XX já não é aceite no início do século XXI. Assim, e na essência da teoria construtivista-reflectivista encontramos a questão de saber como se produzem estas mudanças e de como elas se encontram incorporadas ou reflectem a mudança das instituições.”.

Ao mergulharmos um pouco mais na nossa análise deparamo-nos com um aspecto que entronca com o papel representado pela questão cultural no âmbito do decrescimento e que reputamos de muito relevante para o nosso estudo. No diagnóstico que é feito ao modelo desenvolvimentista hodierno, Serge Latouche deixa bem claro, como tivemos oportunidade de referir, que a hegemonia dominante não só mutila os valores culturais diferentes, como tende a eliminá-los. E é de facto sob a égide desta concepção que se firma o actual sistema internacional. No entanto, se o examinarmos, à luz dos pressupostos construtivistas, verificamos que há um conceito-chave que, ao estar na origem do sistema, não pode ser secundarizado e muito menos ignorado. Podemos afirmar também que o mesmo possui bastantes zonas de coincidência com a ideia de cultura sustentada por Latouche. Trata-se do conceito de identidade¹⁹² e representa

¹⁹⁰ Esta expressão surge em contexto diverso das RI. No entanto, o alcance que atribuímos à mesma foi decisivo para a referenciar-mos neste âmbito

¹⁹¹ As crianças que nós vamos legar ao mundo não levantarão menos problemas do que o mundo que nós legaremos às nossas crianças!

¹⁹² “No entanto, nem todos os construtivistas consideram o conceito importante e útil de um ponto de vista analítico. Onuf, por exemplo, nem sequer menciona o conceito em suas discussões, por considerar sua força analítica muito limitada para lidar com eventos sociais em geral, e as relações internacionais em particular. Para ele, não se ganha nenhum poder explicativo ao substituir o conceito de interesse pelo conceito de identidade. Quando Onuf lidou com o conceito de identidade, não seguiu uma definição relacional das identidades, e preferiu uma definição cognitiva*.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 167). * Onuf, Nicholas. “Parsing Personal Identity:

neste ponto mais um argumento a favor de um desintrincar de desfecho afirmativo para a nossa questão inicial (Poderá o decrescimento apresentar-se como uma possibilidade teórica incorporável no domínio das relações internacionais?).

Alexander Wendt, um dos mais notáveis expoentes do construtivismo, é aquele que melhor explora as deficiências reveladas nas abordagens positivistas tradicionais que não incorporam a questão da identidade. Wendt considera a existência de uma dinâmica de facto e vai mesmo mais longe ao considerar que, ao nível do próprio sistema internacional, o que é determinante é precisamente o modo como se formam e se transformam as identidades. Esta sua leitura está subjacente, por exemplo, à seguinte afirmação: “*The culture of the international system can take at least three different forms – Hobbesian, Lockean, and Kantian – depending on whether states constitute each other as enemies, rivals or friends. Progress from a Hobbesian to a Kantian culture is not inevitable, but can result from historically contingent processes of collective identity formation among states. Anarchy is what states make of it.*”¹⁹³¹⁹⁴ (GUZZINI e LEANDER, 2006: 181). A identidade, nunca dada e sempre construída, incorpora as condições específicas que a tornam no veículo estruturante condutor às novas dimensões. Secundado por Adler, no reconhecimento do papel da identidade, que nos diz: “*a shared identity is a collective meaning that becomes attached to material reality, thus helping to constitute practices that make people feel more secure within their national or their transnational ‘borders’.* (...) *In addition, identity always works in relationship to and interacts with other social processes and variables, including material resources.*”¹⁹⁵ (ADLER et al., 2006: 15), Wendt não

Self, Other, Agent”. In: Debrix, François. (Org.). *Language, Agency, and Politics in a Constructed World*. Nova York: M.E. Sharpe, 2003.

¹⁹³ Para aprofundar, ver Wendt, A. (2006). Social Theory as Cartesian science: An auto-critique from a quantum perspective. In: S. Guzzini and A. Leander (ed.), *Constructivism and International Relations – Alexander Wendt and his critics*, Routledge. New York.

¹⁹⁴ A cultura do sistema internacional pode tomar pelo menos três formas diferentes - Hobbesiana, Lockeana, e Kantiana - dependendo da maneira como os Estados consideram os outros, se como inimigos, rivais ou amigos. Progredir de um Hobbesianismo para uma cultura Kantiana não é inevitável, mas pode ser o resultado de processos historicamente contingentes de formação de identidade colectiva entre estados. A anarquia é o que estados fazem dela.

¹⁹⁵ Uma identidade compartilhada é um significado colectivo ligado à realidade material, que ajuda a constituir práticas que fazem as pessoas sentirem-se mais seguras dentro dos seus limites

aceita que as identidades colectivas sejam consideradas como predeterminadas e por isso, para além da crítica que formula às teorias dominantes, estabelece instrumentos analíticos endógenos para as explicar e define-as como produto de processos relacionais, logo, susceptíveis de conduzir a mudanças¹⁹⁶.

Importa-nos reter que “Wendt apresenta um conceito de identidade preciso, mas flexível o suficiente para permitir às identidades se transformarem e se adaptarem aos processos e às necessidades da política internacional. Para ele as identidades precedem os interesses e se formam em processos relacionais entre a identidade e a diferença.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 168). Quando Wendt afirma que a definição das identidades é necessariamente anterior à definição dos interesses e que “antes de definir o interesse nacional, faz-se necessário definir a identidade que vai informar a formação deste interesse.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 179), daí resulta que não sendo as primeiras predeterminadas, os interesses também o não são. Temos assim que tal como o decrescimento se implementa em harmonia cultural com o território onde desponta e faz depender tudo o resto, nomeadamente o seu alargamento, desse *respeito antropológico*, também esta visão de identidade sustentada por Wendt não evidencia quaisquer incompatibilidades com aquilo a que Serge Latouche designa por *revitalização do tecido local*, se transposto gradualmente para uma escala de tamanho superior. As zonas de convergência são imensas. Latouche põe ênfase na necessidade de combater a desculturação e reabilitar o vínculo entre Homem e cultura e sustenta que só com este pressuposto é possível garantir uma existência identitária.

Concluimos pois que, ao associar as teses construtivistas ao campo do decrescimento, esta opção altermundialista se reforça e ganha uma abrangência, até então, nunca tentada. O fato parece talhado à medida do modelo. Por muito que se possa especular acerca da forma como as estruturas condicionam as opções

nacionais ou transnacionais. (...) Além disso, a identidade sempre trabalha em relação e interacção com outros processos e variáveis sociais, inclusivo recursos materiais.

¹⁹⁶ Com isso, uma das premissas centrais do realismo – a acção dos Estados em prol da *defesa do interesse nacional* - pôde ser modificada: antes de defender o interesse nacional como algo previamente determinado, é preciso definir esse interesse nacional e, para defini-lo, é preciso definir as identidades que estão em sua origem*.” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005: 176 e 177).

*Jepperson, Ronald L.; Katzenstein, Peter J.; Wendt, Alexander. “Norms, Identity, and Culture in National Security”. In: Katzenstein, Peter J. (Org.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

facultadas aos agentes, a óptica do construtivismo não reconhece nelas qualquer carácter determinante, sobretudo porque a “estrutura não inclui apenas o ambiente físico (...) mas também o contexto social” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 191). Significa que o contexto social é a porta de entrada para que o agente interfira na estrutura consoante a sua capacidade e a forma como reconhece e se relaciona com os constrangimentos e as oportunidades. Pelo que “podemos dizer que as estruturas fornecem o contexto no interior do qual os agentes se envolvem em várias formas de comportamento que vão da guerra à paz, do conflito à cooperação.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 191) e acrescentamos: *do crescimento ao decrescimento*.

Tendo em conta fenómenos do passado histórico intrinsecamente construtivistas, tais como a alteração do papel e do estatuto das mulheres em várias sociedades ou a abolição da escravatura, compreendemos que a base de entendimento do mundo resulta de noções e conceitos que mais não são do que construções sociais. São o reflexo da própria cultura. E que “em última análise, toda a política externa e outros padrões de interacção internacional se encontram, ou são construídos, no contexto de um ambiente geográfico, cultural, social e político.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 234) ou como nos ensina Adler “a acção política colectiva depende da medida em que um específico conjunto de premissas é partilhado no interior das instituições, estados e outros grupos, assim como entre eles.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 216). A este processo que ele designa de *evolução cognitiva*¹⁹⁷ e que destoa da apreciação estática presente

¹⁹⁷ “A evolução cognitiva é composta essencialmente por três dimensões: 1) *inovação*, a criação de novos valores e expectativas que são aceites no seio de um grupo; 2) *selecção*, a medida em que os valores e as expectativas se enraízam nas mentes dos membros do grupo; 3) *difusão*, o grau em que os novos valores e expectativas alastram de um grupo ou estado para outro grupo ou estado. Ao longo do processo que constitui a evolução cognitiva, as *comunidades epistémicas*, definidas como elites que dispõem de um entendimento partilhado de um determinado objecto e que desenvolvem estratégias para alcançar os seus objectivos, desempenham um papel inovador de grande relevância*. No processo de selecção que acabámos de descrever, os estados têm um papel fundamental enquanto que, na fase de difusão, a evolução cognitiva é promovida, ao nível internacional, pelos regimes e outras estruturas institucionais reflexo de um consenso intersubjectivo evolutivo que vai moldando o meio social global.” (DOUGHERTY e PFATZGRAFF JR., 2003: 216). * Ver, por exemplo, Emanuel Adler e Peter M. Haas, «Conclusion: Epistemic Communities, World Order, and the Creation of a Reflective Research Program», *International Organization*, 46 (1), Inverno de 1992, pp. 367-390; Peter M. Haas, «Do Regimes

noutras teorias das RI está associada uma filosofia de inovação política que proporciona uma deslocação da acção para campos inexplorados. Afinal é esta a sua impressão digital pois “*Constructivism in IR has been at the forefront of the analysis of global or ‘transnational’ civil society, especially with respect to international human rights. Constructivists have sought to demonstrate how norms may shape states interests, and thus have an important impact on their conduct within the international system.*”¹⁹⁸ (ARMSTRONG, FARRELL and MAIGUASHCA, 2003: 165).

Em síntese, podemos afirmar que o decrescimento tem na sua génese um potencial de propensão construtivista e apresenta expectativas mundiais, ou seja, ambiciona dimensão, para assim se tornar relevante. O decrescimento pode atingir o âmago das relações entre os vários países e transformar-se num importante ponto de análise. No confronto entre o constrangimento e a oportunidade, em território disputado ao desenvolvimentismo, os renovados padrões comportamentais farão emergir novos valores, sob os quais repousará o caminho de transformação da sociedade internacional. Nos carris do construtivismo encontrará a plataforma que lhe possibilitará, a exemplo dos já referidos movimentos feministas ou raciais, que alteraram papeis e estatutos nas sociedades do passado, modificar as relações entre os Estados.

Matter? Epistemic communities and Mediterranean Pollution Control», *International Organization*, 43 (3), Verão de 1989, pp. 377-403.

¹⁹⁸ O construtivismo em RI esteve na vanguarda da análise da sociedade civil global ou transnacional, especialmente com respeito aos direitos humanos internacionais. Os construtivistas procuraram demonstrar como as normas podem amoldar os interesses dos estados, e assim terem um impacto importante na sua conduta dentro do sistema internacional.

Conclusão

O projecto de construção de uma sociedade alternativa reúne, sob o mesmo chapéu, partidários de vários movimentos, por vezes separados por pouco mais do que siglas, slogans e rótulos. Há, entre eles, um denominador comum que aponta no sentido de uma desaceleração progressiva do crescimento material. Seja por preocupações de base social ou ambiental, seja ancorado numa natureza ideológica ou pragmática. O vector explorado neste trabalho surge na linha de uma tradicional resistência ao liberalismo que actualmente se expressa através de fóruns, debates e reuniões à escala planetária na tentativa de encontrar uma construção alternativa ao modelo económico dominante e hegemónico. Conceitos como soberania económica (se alguma vez existiu) são hoje uma miragem. “*La “souveraineté économique” qui est l’aspiration clef des États-nations est une idée purement métaphorique et sans contenu rigoureux. Le concept de nationalité économique, en revanche, peut être construit de façon cohérente, mais il ne tire sa pertinence que d’une analyse historique ; la nationalité économique apparaît alors liée à la croissance et au développement économiques.*”¹⁹⁹ (LATOUCHE, e OUTROS, 1992: 9). Na medida em que a afirmação dos países na cena internacional depende do poder efectivo de cada um deles. Depende da sua capacidade económica²⁰⁰. A esta performance junta-se toda uma máquina comunicacional que desequilibra e divide o mundo de maneira desigual, enquanto catapulta para uma ribalta quase absoluta a imagem da modernidade, “Sobretudo depois do Uruguay Round do GATT de 1993, o

¹⁹⁹ A soberania económica que é a aspiração chave dos Estados-nação é uma ideia puramente metafórica e sem conteúdo rigoroso. O conceito de nacionalidade económica, em contrapartida, pode ser construído de forma coerente mas não tira a sua pertinência de uma análise histórica; a nacionalidade económica aparece então ligada ao crescimento e ao desenvolvimento económico. Ver: *Vers quel désordre mondial?*, Revue L’Homme et la Société (Revue internationale de recherches et de synthèses en sciences sociales): Éditions L’Harmattan, Paris, n.105-106, 1992/3-4.

²⁰⁰ Hoje como no passado histórico recente, a economia está na base da acção. Por exemplo, “O movimento colonizador que teve a referência na Conferência de Berlim de 1885 foi determinado principalmente por razões económicas – a busca de mercados e de matérias-primas - , e a descolonização, depois de 1945, foi igualmente muito determinada pela filosofia americana de livre acesso aos mercados e matérias-primas.” (MOREIRA, 2002: 418).

liberalismo pareceu afirmar-se como o único critério do politicamente correcto, apoiado numa informação de mercado favorável e dirigida por famosos controladores dos meios de comunicação, como Bill Gates, Rupert Murdoch, Jean-Luc Lagardère, Ted Turner, Conrad Black, uma das causas da crise da UNESCO de 1989, quando o Terceiro Mundo ali exigiu uma Nova Ordem de Informação, e os EUA abandonaram por isso a organização. O conceito de modernidade que domina este unilateralismo traduz-se, como escreveu entre outros Serge Halimi, a fazê-la depender da aceitação da livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias, da moeda única, da desregulamentação, da privatização, da informação, tudo reproduzido no conceito de uma Europa do mercado, da desregulamentação, das privatizações, da informação, da moeda única.” (MOREIRA, 2002: 437 e 438). Ao arrepio deste quadro sublinha-se, neste trabalho, a compreensão de que a economia mais não tem que um carácter instrumental e, como tal, nada mais é que uma ciência ao serviço de quem governa. Evidencia-se que o triunfo histórico da razão económica castradora de liberdades pode ser apenas circunstancial e que parafraseando Augusto Cury (2005: 136), autor da teoria denominada *inteligência multifocal*, “Os piores inimigos de uma ideia são aqueles que a defendem radicalmente, mesmo na ciência.”. Exemplo paradigmático do antagonismo geoeconómico, anteriormente referido, é o facto de “*qu’on continue à détruire l’agriculture vivrière et l’élevage des pays d’Afrique en y exportant à bas prix nos excédents agricoles (d’ailleurs subventionnés), les pêcheurs, ou en tout cas les pêcheries, de ces mêmes pays ruinent nos propres pêcheurs en exportant les poissons de leur misère. En conséquence, les modes de vie, les patrimoines sociaux constitués de l’accumulation des savoirs ancestraux et des relations sont dilapidés, les équilibres écologiques sont rompus. La mondialisation actuelle est en train de parachever l’œuvre de destruction de l’oïkos planétaire. La concurrence exacerbée pousse les pays du Nord à manipuler la nature de façon incontrôlée et les pays du Sud à en épuiser les ressources non renouvelables*”²⁰¹ (LATOUCHE, 2005: 99). Acrescenta Serge Latouche

²⁰¹ Que continuamos a destruir a agricultura de subsistência e a exportar os nossos excedentes (subsidiados) agrícolas a baixos preços para os países de África, os pescadores, ou em todo o caso as pescas, desses mesmos países arruinam os nossos próprios pescadores enquanto exportam o peixe da sua miséria. Por conseguinte, os modos de vida, os patrimónios sociais constituídos pela acumulação do conhecimento ancestral e relações é desperdiçado, os equilíbrios ecológicos são quebrados. A mundialização presente põe em marcha a completa destruição do oikos global. A competição exacerbada empurra os países do Norte para a manipulação da natureza de um modo descontrolado e leva os países do Sul a esgotarem os seus recursos não renováveis.

(2005: 114), “*Les initiatives locales, la créativité locale sont dévoyées, récupérés, marginalisées dans la logique de l’économie et du développement. L’évolution des mutuelles au Nord et du microcrédit au Sud est un bon exemple de cette dérive.*”²⁰².

Não se espera, todavia, uma mudança imediata de atitudes. Há ainda uma enorme vaga de *adoradores do templo* sem disponibilidade para prescindir da bengala deste dogma do tempo moderno. Aliás, “*Confrontés aux sociétés non occidentales, les économistes se heurtent aux obstacles culturels au développement. Comment se joue alors la coexistence conflictuelle, mais forcée, entre culture et technique? Cette question fait retour sur l’Occident lui-même: comment se joue la coexistence du lien social et de la technique?*”²⁰³ (LATOUCHE, 1995: 38). É necessário uma ultrapassagem gradual da racionalidade da ciência e da técnica ao serviço de uma economia sacralizada que, em última análise, põe em causa a própria democracia.

Tenta-se, por isso, formular uma concepção que contraponha valores que privilegiem o social, o razoável e o humano. Que permitam o restabelecimento de uma verdadeira democracia plural (a começar à escala local) que recupere para o espaço público a prática da discussão e da saudável controvérsia, entretanto adormecidas no leito da formalidade.

O essencial de tese aqui apresentada tem, nas suas entrelinhas, o retomar da natureza política e, através dela, politizar a economia remetendo-a para o seu espaço natural – o campo instrumental.

Para conseguir esse fim, o autor apresenta um conjunto de propostas em cuja gênese se evidencia a oposição do razoável ao racional. Faz aliás questão de deixar claro que no seu dispositivo teórico não opõe uma nova racionalidade, mas sim uma razoabilidade bem diferente do conhecimento tecnocrático que é a economia capitalista.

²⁰² As iniciativas locais, a criatividade local são enganadas, recuperadas, no seio da lógica da economia e do desenvolvimento. A evolução do mútuo ao Norte e do microcrédito ao Sul é um bom exemplo desta deriva.

²⁰³ Confrontados com as sociedades não ocidentais, os economistas encontram obstáculos culturais ao desenvolvimento. Como é então gerida a coexistência contraditória, mas forçada, entre cultura e técnica? Esta pergunta faz retornar o Ocidente a si mesmo: como é então gerida a coexistência contraditória, mas forçada, entre vínculos sociais e técnica?

Trata-se de um programa ousado e assumidamente utópico que, para lá das várias interrogações que suscita, não assegura que uma transição a seu contendo seja possível sem violência social.

O mercado, tal como hoje o conhecemos, friamente baseado no lucro e na acumulação, não deverá continuar a ser o fundamento do sistema. É pois tempo de aperfeiçoar o argumentário e utilizá-lo como o sabre dos desarmados.

Entretanto, os cataclismos naturais que, cada vez com maior frequência, se abatem sobre as diversas regiões do globo poderão funcionar melhor do que todos os outros argumentos no sentido de demonstrar a necessidade de se caminhar para uma sociedade de decrescimento. Por caricato que possa parecer, para a descolonização do imaginário poderá ser imprescindível o ensinamento da natureza, ainda que, através dos sempre pesarosos efeitos das catástrofes.

Sobre o decrescimento em particular, há a referir que é, no limite, uma teoria transitória e, por isso, contingencial na medida em que a sua existência apenas se justifica e portanto depende da existência de um contexto de desenvolvimento saturado. Pressupõe um certo estágio de desenvolvimento do capitalismo. Não é imaginável em países onde não exista desenvolvimento e prática de consumo. Assim, “não é justo que uniformemente se ordene o decrescimento aos que têm tudo em abundância e àqueles a quem falta o essencial. As populações pobres têm direito a um tempo de crescimento económico, sendo inaceitável a ideia segundo a qual a extrema pobreza remete para uma simples projecção dos valores ocidentais ou para um puro imaginário. Será preciso construir escolas para suprimir o analfabetismo, centros de saúde para permitir que todas as populações tenham acesso a cuidados médicos, redes que levem água potável a todo o lado e a toda a gente.” (HARRIBEY, 2004a: 24). Só é possível decrescer onde já se cresceu previamente até determinado referencial, ou seja, até ao ponto a partir do qual é prejudicial para a comunidade, ou pelo menos para parte dela continuar com incrementos semelhantes. A palavra de ordem do decrescimento não pode ser generalizada. Se o decrescimento fosse aplicado uniformemente em todos os países e para todos os sub modelos, apesar de tudo, presentes na lógica dominante, tal seria injusto e perverso. Para Jean-Marie Harribey (2004a: 25) são duas as ordens de razão para que assim seja: “Primeiro porque o capitalismo nos impõe actualmente um certo decrescimento, sobretudo o dos bens e serviços de que socialmente mais necessitamos: transportes colectivos, saúde, educação, assistência às pessoas idosas etc. Depois, porque nem toda a produção é forçosamente poluente ou degradante.”. Os indicadores de avaliação das actividades,

designadamente o PIB (produto interno bruto) não distinguem entre actividades que exercem forte pressão sobre o meio ambiente, como por exemplo a indústria e a agricultura, de outras em que tal não acontece, como o caso dos serviços. Daqui resulta que, pelo menos, tão importante como a extensão do crescimento é a sua natureza. “A urgente necessidade de diminuir o rasto ecológico não implica o decrescimento de todas as produções, sem distinção entre elas nem entre as pessoas a quem se destinam.” (HARRIBEY, 2004a: 25). A gestão global dos recursos deve pautar-se por critérios tais, que permita aos países pobres crescer o essencial até à satisfação das suas necessidades prementes, e aos países ricos diminuir a utilização supérflua dos mesmos.

Nesta ordem de ideias são várias as perguntas que se vislumbram: qual é o ponto de inversão do paradigma? Até onde é tolerável exercer o direito de propriedade e, a partir de onde deve haver restrições? Quem as determina? Caminharemos, através do decrescimento para uma sociedade de pobreza? Terá alguma consistência formular, por oposição ao crescimento económico, que o capitalismo “elevou ao estatuto de objectivo em si, o decrescimento, por seu turno erigido em objectivo em si pelos antidesenvolvimentistas.” (HARRIBEY, 2004a: 24)? Parecem de alguma fragilidade a afirmação de uma escolha simétrica. Isto é, a um crescimento que tende para infinito, contrapõe-se um decrescimento que tende para zero. Seria, seguramente, a geometria do choque.

O fracasso do desenvolvimento, visto pelos olhos dos defensores do decrescimento, parece, por vezes, enfermar de miopia, pois é fundamentado intrinsecamente não levando em conta as relações e as forças sociais que em cada tempo e em cada território fazem a História. No entanto, não há nenhuma espécie de maldição que determine o resultado do desenvolvimento. Como qualquer construção humana, ele pressupõe falhas mas também possibilidades de correcção das mesmas.

Quando se projecta uma hipotética sociedade alternativa no quadro aqui explorado, são referidas, para além do apelo utópico, as imposições legais. Todavia, as mesmas não são concretizadas. Torna-se pois lícito especular sobre a sua legitimidade, qual o poder de onde emanam e, no limite, sobre se terão ou não contornos susceptíveis de restringir liberdades.

Já do ponto de vista da economia prática, a sucessão de acontecimentos desencadeada pelas internalizações relacionadas com as deseconomias externas levaria a um desencorajamento difícil de ultrapassar. O programa de uma política de decrescimento revela-se assim carregado de dúvidas. Se, por exemplo,

pensarmos na necessidade de derribamento de empresas gigantes, como é que tal ocorreria? Como seria determinada a dimensão de referência e que actividades afectaria?

A única certeza que parece existir é a que nos afirma que “inumeráveis e delicados problemas de transição se levantariam” (LATOUCHE, 2005: 3), ainda que aparentemente não falem soluções, mas sim condições efectivas para a sua aplicação.

Na senda das questões levantadas, refira-se que é reclamada uma instância que detenha o poder regulador para impor normas, mas que as sugestões aventadas são absolutamente diversas na sua natureza e, por isso, geradoras de caminhos distintos, p. e. “Estado, povo, sindicato, organização não governamental, Nações Unidas, etc.” (LATOUCHE, 2005: 3). Expressar a vontade de uma limitação do poder pelo poder, é deixar tudo em aberto no que concerne à estrutura política de base. E, como já se referiu, poderá tender a uma proeminência da segurança em prejuízo da liberdade. E é pela conjugação equilibrada da liberdade e da segurança que a sociedade se organiza, o que não parece estar salvaguardado.

Essa aridez de propostas concretas manifesta-se novamente quando, apesar de contundentes críticas ao capitalismo, se reconhece que seria um erro abdicar de certos aspectos positivos. Ao fazer-se essa concessão e ao propor-se o salvamento dos mesmos, fala-se de reincrustá-los numa lógica diferente. Lógica essa que não é convenientemente caracterizada e da qual se depreende que será, obrigatoriamente projectada no tempo de várias gerações, com a consequente problemática, tão bem definida por Boaventura Sousa Santos (1994: 276), “O problema das soluções intergeracionais é que elas têm de ser executadas intrageracionalmente. Por isso, os problemas que elas criam no presente em nome do futuro tendem a ser mais visíveis e certos que os problemas futuros que elas pretendem resolver no presente.”.

Mas, se apesar de todas as interrogações o decrescimento se afirmar como uma via alternativa ao modelo de sociedade contemporâneo, será ele capaz de se afirmar na cena internacional? Considerámos que sim e apresentámos o construtivismo como meio para a afirmação do conteúdo decrescimento.

Em suma, há uma tela saturada que é preciso substituir por outra que, por enquanto, apresenta pouco mais do que alguns traços susceptíveis de dar origem a criações bastante diversas. Por cada passo erguem-se múltiplas dúvidas... Mas não será essa a fatalidade de tudo aquilo que acaba de nascer?

Bibliografia

ABRAMOWITZ, Moses

1992 *O crescimento económico*, Mem Martins : Publicações Europa-América

ADLER, Emanuel

2005 *Comunitarian International Relations – The epistemic foundations of International Relations*, New York: Routledge

ADLER, Emanuel, BICCHI, Federica, CRAWFORD, Beverly and DEL SARTO, Raffaella A. (eds.)

2006 *The Convergence of Civilizations – Constructing a Mediterranean Region*, Toronto: University of Toronto Press

AMIN, Samir

2005 *O vírus liberal*, Porto: Campo das Letras

ARENDT, Hannah

2006 (1961) *Entre o Passado e o Futuro*, Lisboa: Relógio d' Água

ARMSTRONG, David, FARRELL, Theo and MAIGUASHCA, Bice (eds.)

2003 *Governance and Resistance in World Politics*, Cambridge: Cambridge University Press

ARON, Raymond

2004 (1965) *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa: Dom Quixote

BADIE, Bertrand

1996 *O fim dos territórios*, Lisboa: Instituto Piaget

BADIE, Bertrand e SMOUTS, Marie-Claude

1999 *O mundo em viragem*, Lisboa: Instituto Piaget

BERLIN, Isaiah

2006 (2000) *O poder das ideias*, Lisboa: Relógio d' Água

BERNARD, Michael, CHEYNET, Vincent e CLÉMENTIN, Bruno

2005 *Objectif décroissance*, Lyon: Paragon

BERTRAND, Maurice

2004 *O essencial sobre a ONU*, Lisboa: Bizâncio

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco

2004 (1983) *Dicionário de política, Vol. I e II*, Brasília: Editora UnB

BOBBIO, Norberto

2000 (1909) *Teoria geral da política*, Rio de Janeiro: Editora Campus

BONIFACE, Pascal

2001 (1996) *Dicionário das Relações Internacionais*, Porto: Plátano Edições Técnicas

BRAUDEL, Fernand

1985 *A dinâmica do capitalismo*, Lisboa: Teorema

BURUMA Ian e MARGALIT Avishai

2004 *Occidentalism*, London: Atlantic Books

CEBRIÁN, Juan Luis

2005 *O fundamentalismo democrático*, Porto: Campo das Letras

CHESNAIS, François

2000 *Tobin or not Tobin*, Porto: Campo da Comunicação

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO

2005 *Por uma globalização justa*, Oeiras: Celta Editora

CORDELLIER, Serge e DIDOT, Béatrice (coord.)

2005 *L'état du monde 2006 – Annuaire économique géopolitique mondial*, Paris:
Éditions La Découverte

CUNHA, Silvério da Rocha (ed.)

2005 *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*, Évora: Instituto
Superior Económico e Social

CURY, Augusto

2005 *Nunca desista dos seus sonhos*, Cascais: Pergaminho

DOUGHERTY, James E., PFATZGRAFF JR., Robert L.

2003 *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Lisboa: Gradiva

ENGELHARD, Philippe

1998 *O Homem Mundial – Poderão as sociedades humanas sobreviver?*, Lisboa: Instituto Piaget

Repensar o desenvolvimento africano, Le Monde Diplomatique: Campo da Comunicação, Lisboa, Edição electrónica, Setembro, 1999.

ESTULIN, Daniel

2005 *Clube Bilderberg – Os senhores do mundo*, Lisboa: Temas & Debates

FAROUKI Nayla

2005 *Os Dois Ocidentais*, Lisboa: Instituto Piaget

FAUCHEUX Sylvie e NOËL Jean-François

1997 *Economia dos recursos naturais e do meio ambiente*, Porto: Instituto Piaget

FERREIRA, Álvaro, MOCITO, Filipe e MENDES, Nuno

2000 *A legitimidade dos Estados Unidos da América nas Relações Internacionais*, SODILIVROS: Lisboa

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas

2006 (1979) *La décroissance*, Lyon: Sang de la Terre

GIRARD, Jean-Claude Besson

2005 *Decrescendo cantabile*, Lyon: Parangon

GUIBERT, Bernard e LATOUCHE, Serge (Dir.)

2006 *Antiproduktivisme Altermondialisme Décroissance*, Lyon: Parangon

GUZZINI, Stefano e LEANDER, Anna (Ed.)

2006 *Constructivism and International Relations – Alexander Wendt and his critics*, New York: Routledge

HABERMAS, Jürgen

1993 (1968) *Técnica e ciência como “Ideologia”*, Lisboa: Edições 70

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio

2004 *Império*, Lisboa: Livros do Brasil

2005 *Multidão – Guerra e democracia na era do império*, Porto: Campo das Letras

HARRIBEY, Jean-Marie (Coord.)

2004 *Le développement – a-t-il un avenir ?*, Paris: Mille et une nuits

HARRIBEY, Jean-Marie

Desenvolvimento não significa necessariamente crescimento, *Le Monde Diplomatique*: Campo da Comunicação, Lisboa, n.64, p.24 e 25, Julho, 2004a.

HUNTINGTON, Samuel P.

2001 *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial*, Lisboa: Gradiva

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

2004 *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatório de Portugal*, Lisboa: MNE

JAPPE, Anselm

2006 *As aventuras da mercadoria*, Lisboa: Antígona

JONAS, Hans

1990 *Le Principe Responsabilité*, Paris: Éditions du Cerf

KANT, Immanuel

1995 (1964) *A paz perpétua e outros opúsculos*, Lisboa: Edições 70

1994 (1788) *Crítica da razão prática*, Lisboa: Edições 70

KUBÁLKOVÁ, Vendulka, ONUF, Nicholas e KOWERT, Paul (eds.)

1998 *International Relations in a Constructed World*, New York: M. E. Sharpe

KÜNG, Hans

1990 *Projecto para Uma Ética Mundial*, Lisboa: Instituto Piaget

LATOUCHE, Serge

2005 *Décoloniser l'imaginaire*, Lyon: Parangon

2005a *L'invention de l'économie*, Paris: Editions Albin Michel

2004 *Survivre au développement*, Paris: Mille et une nuits

2003 *Justice sans limites*, Paris: Fayard

2001 *La déraison de la raison économique*, Paris: Editions Albin Michel

2000 *La planète uniforme*, Castelnau Le Fez: Climats

1998 *Os perigos do mercado planetário*, Lisboa: Instituto Piaget

1995 *La Méga-machine*, Lyon: Parangon

1989 *L'occidentalisation du monde*, Paris: Editions La Découverte

1979 *Critique de l'impérialisme*, Paris: Editions Anthropos

LATOUCHE, Serge, NOHRA, Fouad e ZAOUAL, Hassan

1999 *Critique de la raison économique*, Paris: L'Harmattan

LATOUCHE, Serge, LAURENT, Pierre-Joseph, SERVAIS Olivier e
SINGLETON, Michael

2004 *Les raisons de la ruse*, Paris: La Découverte - MAUSS

LATOUCHE, Serge e OUTROS

Vers quel désordre mondial?, Revue L'Homme et la Société (Revue internationale de recherches et de synthèses en sciences sociales): Éditions L'Harmattan, Paris, n.105-106, 1992/3-4

LATOUCHE, Serge

Rumo ao decrescimento – ecofascismo ou ecodemocracia, *Le Monde Diplomatique*: Campo da Comunicação, Lisboa, n.80, p.1 e 3, Novembro, 2005b.

Acabar, de uma vez por todas, com o desenvolvimento, *Le Monde Diplomatique*: Campo da Comunicação, Lisboa, n.26, p.8 e 9, Maio, 2001a.

LEITE, António Nogueira

2002 Factores que Atraem o Capital, *Revista Economia Pura*, n.º49, 36-37

LOURENÇO, Eduardo

2005 *A Europa desencantada*, Lisboa: Gradiva

MARECHAL, Jean-Paul

1999 *A economia, o emprego e o ambiente – o racional e o razoável*, Lisboa: Instituto Piaget

MOUFFE, Chantal

1996 (1993) *O regresso do político*, Lisboa: Gradiva

MOREIRA, Adriano

2002 *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra: Almedina

MURTEIRA, Mário

2003 *O que é Globalização*, Lisboa: Quimera Editores

NEMO, Philippe

2005 *O que é o Ocidente*, Lisboa: Edições 70

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar

2005 *Teoria das relações internacionais*, Rio de Janeiro: Editora Campus

PARTANT, François

1982 *La fin du développement*, Paris: Editions la Découverte

PERROUX, François

1981 *A filosofia do novo desenvolvimento*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

1974 *Massa e Classe*, Lisboa: Livros Horizonte

PIMENTA, Carlos

2004 *globalização – produção, capital fictício e redistribuição*, Lisboa: Campo da Comunicação

PIRES, Francisco Lucas

1998 *Introdução à Ciência Política*, Porto: Universidade Católica Portuguesa

PUREZA, José Manuel

1998 *Rumo a um Direitos Internacional da Solidariedade?*, Porto: Edições Afrontamento

A alternativa da cultura da paz, Le Monde Diplomatique: Campo da Comunicação, Lisboa, n.34, p.1-2, Janeiro, 2002

RAMONET, Ignacio

2001 *Propagandas silenciosas*, Porto: Campo das Letras

2004 *O novo rosto do mundo*, Porto: Campo das Letras

RIST, Gilbert (Dir.)

1997 *La mondialisation des anti-sociétés*, Paris : Les Nouveaux Cahiers de l'IEUD (l'Institut universitaire d'études du développement), N.º 6.

RUSSELL, Bertrand

2005 (1919) *Caminhos para a liberdade*, São Paulo: Martins Fontes

2001 *A última oportunidade do Homem*, Lisboa: Guimarães Editores

SANTOS, Boaventura de Sousa

2000 *A crítica da razão indolente*, Porto: Edições Afrontamento

1994 *Pela mão de Alice*, Porto: Edições Afrontamento

Por uma Conceção Multicultural de Direitos Humanos, Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm, Data indisponível.

SEN, Amartya

2003 (1999) *O desenvolvimento como liberdade*, Lisboa: Gradiva

1999 (1981) *Pobreza e fomes – um ensaio sobre direitos e privações*, Lisboa: Terramar

1996 *Norte – Sur: Un nuevo orden mundial humano*, Madrid: Editorial Complutense

1987 *Sobre ética y economía*, Madrid: Alianza Editorial

1997 (1993) *Bienestar, justicia y mercado*, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica

Liberdade das mulheres, trunfo do desenvolvimento, *Le Monde Diplomatique*:
Campo da Comunicação, Lisboa, n.18, p.19, Setembro, 2000.

SERBENA, César António

Globalização e Legitimidade Constitucional, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná*: www.mundojuridico.adv.br, Data indisponível.

SMITH, Adam

2003 (1776) *A Riqueza das Nações*, São Paulo: Martins Fontes

SMOUTS, Marie-Claude (Org)

2004 *As novas relações internacionais – práticas e teorias*, Brasília: Editora UnB

SWIFT, Jonathan

Do bom uso do canibalismo, *Le Monde Diplomatique*: Campo da Comunicação,
Lisboa, n.20, p.23, Novembro, (1729) 2000

TURNER, Bryan S. (Ed.)

2002 (1996) *Teoria Social*, Algés: DIFEL, Difusão Editorial

WALTZ, Kenneth N.

2002 (1979) *Teoria das relações internacionais*, Lisboa: Gradiva

WALZER, Michael

2004 *A guerra em debate*, Lisboa: Livros Cotovia